

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UPFE
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA – MESTRADO EM FILOSOFIA
DAWSON DE BARROS MONTEIRO

**LIBERDADE, COMPROMISSO E COMPROMETIMENTO NA FILOSOFIA DE
JEAN-PAULSARTRE: a questão moral.**

**Recife – PE
2011**

DAWSON DE BARROS MONTEIRO

**LIBERDADE, COMPROMISSO E COMPROMETIMENTO NA FILOSOFIA DE
JEAN-PAULSARTRE: a questão moral.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE, como pré-
requisito para obtenção do grau de Mestre em
Filosofia.

Orientador: Prof.Dr. Sandro Cozza Sayão

**Recife – PE
2011**

Catálogo na fonte Bibliotecária,
Divonete Tenório Ferraz Gominho. CRB4-985

M775I Monteiro, Dawson de Barros

Liberdade, compromisso e comprometimento na filosofia de Jean-Paul Sartre : a questão moral / Dawson de Barros Monteiro. – Recife: O autor, 2012.

118 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Cozza Sayão.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2011.

Inclui bibliografia.

DAWSON DE BARROS MONTEIRO

**LIBERDADE, COMPROMISSO E COMPROMETIMENTO NA FILOSOFIA DE
JEAN-PAULSARTRE: a questão moral.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sandro Cozza Sayão (orientador - UFPE)

Prof. Dr. Érico Andrade (examinador interno – UFPE)

Prof. Dr. André Brayner de Farias (examinador externo – UFPR)

Aprovada em: ____/____/____

Dedico esta pesquisa a todos e a todas profissionais da educação que, assim como eu, se deixam encantar e inebriar pela filosofia e sentem não apenas a sua inquietação, mas se deixam mover pela pergunta e o doce sabor da pesquisa. Este trabalho é uma congratulação com todos aqueles e aquelas que compreendem o sentido de aprender e querer buscar e explorar, cada vez mais, novas significações a partir de novas interpretações da condição humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, e como parece estranho que numa dissertação sobre a questão moral em Sartre o primeiro a ser lembrado nos agradecimentos seja a figura divina do qual o autor defende a inexistência. Ainda assim, volto meus sentidos a essa subjetividade divina, a Deus, para agradecê-lo por toda temperança nos momentos de dificuldade e toda a coragem para continuar, não por mim mesmo, mas por tudo o que a partir desta pesquisa pode ser iniciado. Deus não sabe filosofia, mas sabia o quanto pra mim era importante dar andamento a esta pesquisa. Pode ser mesmo que Deus não exista, mas qual o problema nisso? Pelo menos meu coração não se esqueceu de agradecer à causa – ainda que desconhecida, pois ninguém jamais viu a Deus – pela qual pude existir e realizar esse momento em minha vida. Sou grato a ti Senhor.

Aos meus pais Severino e Lindaura Monteiro que com solicitude e amor incondicional acompanharam esse tempo de composição do trabalho dissertativo com carinho e atenção às minhas necessidades; sou grato por tudo que fizeram por mim. Recordo aqui minhas irmãs Rozângela e Rosimary, e minha sobrinha Ádary, presentes em minha vida.

Agradeço aos meus nobres colegas e professores de departamento (em especial às secretárias do nosso departamento de filosofia: Isabel e Betânia), aos colegas do dia a dia e de docência, como meu amigo Anderson Magno, são tantos e que bom que assim são; aos amigos da FAINTVISA e da FACOL, às minhas grandes amigas Ane Cleries e Norberta por suas presenças fraternas, aos amigos e amigas da jornada *vida*, muitos dos quais, ainda que sem estarem no meio universitário, reconhecem a importância da instituição UFPE no conjunto social; sem vocês não teria graça. Cabe lembrar todos os amigos e amigas que conheci no XIV Encontro Nacional da ANPOF, 2010, no qual quais pudemos partilhar alguns dos nossos pontos de vista e conceituação da leitura de Sartre.

Não poderia me esquecer de agradecer, entre tantas pessoas, ao meu orientador Sandro Sayão. Posso afirmar que tive um grande mestre ao meu lado e isso inclui dizer não somente que o cara é bom e esforçado, mas também que ele sabe pegar

no pé do orientando; ele faz isso por que acredita que podemos fazer melhor do que achamos que estamos fazendo e com mais empenho do quando achamos que já chegamos ao limite dos esforços. Por sua coragem de acreditar, sua fé na minha capacidade e seu apoio: muito obrigado!

Enfim, meu reconhecimento se estende a todos e todas que com palavras, gestos, olhares, abraços e demais expressões humanas de amor transmitiram a mim a confiança que em alguns momentos parecia que eu já tinha perdido e conseguia recuperar por causa de vocês. Como o mundo seria um lugar mais aprazível e mais humano se todos nós pudéssemos ter o que agradecer quando se fala de gestos de amor: eu os tive e por isso agradeço.

*Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria
substância.*

Simone de Beauvoir

*Não me prendo a nada que me defina. Sou
companhia, mas posso ser solidão;
tranquilidade e inconstância, pedra e coração.
Sou abraços, sorrisos, ânimo, bom humor,
sarcasmo, preguiça e sono. Música alta e
silêncio. Serei o que você quiser, mas só
quando eu quiser. Não me limito, não sou cruel
comigo! Serei sempre apego pelo que vale a
pena e desapego pelo que não quer valer...
Suponho que me entender não é uma questão
de inteligência e sim de sentir, de entrar em
contato. Ou toca, ou não toca.*

Clarice Lispector

RESUMO

Esta dissertação está estruturada na análise da questão da liberdade e da moral no pensamento de Sartre. Há uma relação entre liberdade e moral na filosofia sartriana; nesta pesquisa procura-se mostrar que elas se relacionam a partir de um comprometimento com o mundo e de um compromisso pessoal que o ser humano assume como sua postura de ser. O percurso de pensamento desta dissertação foi traçado a partir da ideia de que há, na relação entre a liberdade e a moral, uma aproximação com a estrutura de intencionalidade da consciência e a estrutura de sustentação do fenômeno que o autor descreve. Foi pela análise dessas estruturas que se definiu que compromisso e comprometimento seriam os conceitos nos quais a relação entre liberdade e moral está alicerçada na obra de Sartre. O objetivo foi investigar como o autor estabeleceu o fundamento da moral a partir da liberdade. Fundamentar a conduta moral humana na liberdade mostrou-se, na articulação filosófica de Sartre, numa empreitada de definir que a condição humana é uma postura, um modo de ser consciente de um comprometimento com o mundo e de um compromisso pessoal que torna o ser humano um ser coletivo. A ideia de moral, em Sartre, parecia vaga e não foi sempre fácil ou claro definir esta vinculação moral com a liberdade por meio do compromisso ou do comprometimento. Em alguns momentos, a articulação destes conceitos com a estrutura de consciência ou com a estrutura do fenômeno parecia não querer se encaixar no projeto do autor – a dificuldade consistia em favorecer que o autor pudesse ser reconhecido nessa articulação por meio daquilo que expressou de imediato em sua postura filosófica: o ser humano é condenado a ser livre. Acredita-se que o resultado foi alcançado e que a articulação entre a liberdade e a moral no pensamento de Sartre pode ser compreendida a partir da articulação realizada aqui neste trabalho de dissertação, vinculando compromisso e comprometimento à liberdade e à moral por meio da intencionalidade e do ser do fenômeno.

Palavras-chave: Liberdade. Compromisso. Comprometimento. Moral.

ABSTRACT

This dissertation is structured in analyzing the issue of freedom and morality in Sartre's thought. There is a relationship between freedom and moral in the Sartre's philosophy; this study seeks to show that they relate to a commitment from the world and a personal compromise that takes the human being as its posture of being. The course of thought of this research was drawn from the idea that there is, the relationship between freedom and morality, an approach to the structure of intentionality of consciousness and the support structure of the phenomenon that the author describes. It was by the analysis of these structures that it is determined that commitment and compromise are the concepts on which the relationship between freedom and morality is grounded in the work of Sartre. The objective of this research was to investigate how the author established the foundation of morality from freedom. Reasons for moral conduct in human freedom has been shown, in Sartre's philosophical articulation, an endeavor to define the human condition is an attitude, a way of being aware of a commitment with the world and a personal compromise that makes the human being a collective being. The idea of morality, in Sartre, was vague and was not always easy or clear linkage set this moral freedom through compromise or commitment. At times the articulation of these concepts to the structure of consciousness or structure of the phenomenon did not seem to want to fit the project of the author - the difficulty was to encourage the author could be recognized in this joint by what immediately expressed in his philosophical stance: Man is condemned to be free. It is believed that the result has been achieved and that the link between freedom and morality in Sartre's thought can be understood from the joint held here in this dissertation work, commitment and binding commitment to freedom and morality through the intentionality and be the phenomenon.

Key-words: Freedom. Commitment. Compromise. Moral.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A RELAÇÃO ORIGINÁRIA LIBERDADE-MORALIDADE	22
2.1 Ser e pensar: a unidade do cogito	25
2.2 A compreensão fenomenológica do cogito dada por Husserl (mundo e pensamento)	28
2.3 Apreensão do sentido do cogito: a sua definição segundo a filosofia existencialista de Sartre.	30
2.4 O ateísmo	31
2.5 A relação entre liberdade e moral	34
2.6 A relação ser no mundo	35
2.6.1 O Para-si	36
2.6.2 O ser humano é projeto	38
2.7 A ideia de fenômeno	41
2.7.1 A consciência como estrutura transcendente de si mesma.	46
2.7.2 A subjetividade	51
2.7.3 A responsabilidade no plano da moral e da liberdade	56
3 A MORAL FUNDAMENTADA NO COMPROMISSO DE CONSTITUIR OS VALORES DA AÇÃO	65
3.1 A realidade humana	73
3.2 O Nada	75
3.3 A falta de ser e o problema moral	76
3.4 A consciência de ser	81
3.5 A situação e o seu sentido moral	86
3.6 O fundamento moral	89

3.7 A natureza humana e a moral	94
3.8 O determinismo moral	96
4 LIBERDADE, RESPONSABILIDADE E MORAL	100
4.1 A situação e autenticidade	102
4.2 Responsabilidade e identidade	104
4.3 O sentido da autoria e a consciência orgulhosa de ser seu ator	106
4.4 Identidade e moralidade	109
4.5 Facticidade e moralidade	111
5 CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

Como apresentar a filosofia de Sartre a partir da leitura que dela fazemos e daí conduzir o leitor à apreensão do compromisso e do comprometimento que se sobressaem à questão moral? Captando o sentido dessa relação fundamentada no aterramento com o mundo, o compromisso e o comprometimento que estruturam o vínculo da ação moral nos inquieta quanto à liberdade. Assim, deparamo-nos com a necessidade de investigar se devemos considerar a liberdade como um valor em si mesmo ou em relação ao fundamento moral?

Eis o itinerário que precede as páginas nas quais, adiante, busca-se estabelecer as relações que no parágrafo anterior foram anunciadas e que sustentam, no corpo do existencialismo sartriano, a sua contribuição para a filosofia, entre tantas outras contribuições do autor, como também o contributo para o campo da moral.

Há que se destacar que a filosofia e a moral podem se separar, como harmonicamente podem também se estruturar uma na outra. Não é apenas isso que se sobressai: filosofia e moral são condutas humanas e estruturam um modo de ser humano. O elemento central que define a importância do pensamento sartriano para a filosofia e a moral é o ateísmo que estrutura o seu pensamento.

Aqui não vamos detalhar o ateísmo na filosofia de Sartre, mas anunciar as bases nas quais esse seu pressuposto de leitura da realidade humana constrói um sentido no qual os temas do compromisso e do comprometimento podem ser enxergados. Tomemos uma citação de *O existencialismo é um humanismo*: “O homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo [...] mas que queremos dizer nós com isso, senão que o homem tem uma dignidade maior do que uma pedra ou uma mesa?” (SARTRE, 2004, p. 202-203). Sartre dá ênfase à condição humana, ao sentido de ser que cada humano pode encerrar, sua preocupação é distinguir o ser humano dos demais existentes no mundo e empreende essa distinção não apenas na constatação empírica. Faz mais do que isso, defini-o no plano ontológico estabelecendo as causas nas quais há de distinguir radicalmente o ser que vive para si como existência do ser que existe como coisa.

Como falávamos do ateísmo, para Sartre o ser humano não é fruto da realidade criacionista, portanto, ele não pode assumir que é gerado segundo uma subjetividade divina ou que encontre na criação realizada por Deus o fundamento da verdade da sua existência. Se assim o fosse ele seria, como defende a visão teológica, um ser criado, uma criatura. Esse conceito de que há um ser criado por uma subjetividade, Sartre caracteriza que este é o modo como as coisas surgem a partir do processo de produção industrial. Definindo então que, pela ideia de criação, o ser humano seria o fruto de um artífice superior, no caso, Deus e sua subjetividade divina. A explicação de Sartre é a seguinte: assim como o corta papel e outro produto qualquer é o resultado do intelecto e do conjunto de técnicas de um artífice humano então, o ser humano seria – no pensamento de Deus – um produto de sua inteligência. Sartre procura afastar de sua filosofia essa ideia e o seu esquema é o de encontrar na subjetividade humana a causa pela qual o ser humano se identifique consigo mesmo.

Negando-se, pois, a existência de Deus, Sartre articula o seu pensamento segundo a assertiva de que para o ser humano a existência precede a essência: enquanto que para todas as coisas que existem é a sua essência que define a sua existência, a condição humana é oposta a essa situação ontológica. A partir desse pensamento, Sartre define que a precedência da existência encerra no ser humano o sentido de possibilidade. O ser do humano comporta sempre a escolha como um modo de ser, ao contrário da coisa *que é sempre em si mesma*, não tendo possibilidade alguma de escolha sobre o que ela mesmo é. “O que amedronta nessa doutrina que vou tentar expor-vos não é o fato de ela deixar uma possibilidade de escolha ao homem?” (SARTRE, 2004, p. 199). Um dos elementos que Sartre atribui à condição humana a partir da existência que precede a essência é a escolha: o ser humano vive como uma escolha que se define livremente a partir de cada ato que realiza no mundo. As escolhas são referenciais nos quais os seres humanos podem compreender uns aos outros como liberdades que se projetam entre as possibilidades, e desse modo, se comprometem por aquilo e naquilo que fazem. Compromete o que o ser humano é por que o envolve naquilo mesmo que escolheu. É na possibilidade de escolha que Sartre faz repousar o fundamento da dignidade humana

Este é outro ponto característico da filosofia de Sartre. Lembremo-nos que ele parte da inexistência de todo transcendente absoluto dado pela figura divina para exaltar, na figura humana, todo ideal de dignidade que o ser humano pode requerer para si mesmo por meio da sua liberdade e das suas ações: a dignidade humana não está nos altos céus, mas na humanidade mesma a partir do modo como efetiva as suas escolhas. Cabe aqui destacar, como em diálogo com Sartre, a contribuição de André Comte-Sponville (2007).

Comte-Sponville (2007) foi buscar em Kant o sentido no qual a moral pode ser definida sem que tenha que recorrer a um princípio fora dela mesma; para tal, ele lança o questionamento se a negação ou a falta de fé em Deus muda algo em relação à moral, uma vez que ele quer encontrá-la como algo em si mesma. Ele afirma que não crer em Deus não muda nada ou não muda quase nada em relação à moral. “Não é por que você perdeu a fé que vai de repente trair os amigos, roubar ou estuprar, assassinar ou torturar” (COMTE-SPONVILLE, 2007, p. 46), não muda nada por que, embora não se tenha a fé como fundamento, persiste a dignidade humana que nos dá o senso de orientação no qual a moral já não é mais uma heteronomia, mas autonomia tal como o ser humano é, para si mesmo, no plano da ação. “A moral é autônoma, como mostra Kant, ou não é moral” (COMTE-SPONVILLE, 2007, p. 46), pois, se não faço algo por medo de Deus, não estou sendo moral por que não estou sendo digno de mim mesmo como ser humano, como autônomo em cada um dos meus atos. A autonomia é a dignidade humana na questão moral.

A autonomia do ser humano frente a todo absoluto é a sua dignidade. Sartre e Comte-Sponville buscaram expressar esse sentido, não pelo esforço de provar que Deus não existe, mas extraindo dessa afirmação todo o sentido que ela pode fornecer à questão humana da ação moral. “Na moral, não há nada além do que o sentimento de dignidade. Roubar, estuprar, matar? Não seria digno de mim – não seria digno do que a humanidade se tornou, não seria digno do que sou e quero ser” (COMTE-SPONVILLE, 2007, p. 47). Nesse sentido, proibir-se é um ato moral; se Deus não existe, tudo é permitido, disse um dos personagens de Dostoievski, isso só é válido quando não assumo que devo ser digno de mim mesmo e de minhas escolhas. A proibição é também um meio de afirmar minha autonomia; algo pode

não estar à altura de minha dignidade e de meu projeto de ser e por isso recuso a sua realização, não realizo por mim e proibindo-me, realizo-me moralmente.

E quando não focamos mais a questão da dignidade humana e da autonomia imediatamente ligadas às escolhas e partimos para os horizontes mais extremos da existência (dos quais temos o menor domínio ou arbítrio de escolha) que são o nascimento e a morte¹, como fica a condução do nosso pensamento na leitura da obra de Sartre? Não se perderá nenhuma das questões abordadas nas linhas acima. Terá acentuado destaque a questão da subjetividade naquilo que será a existência humana lançada no mundo pelo nascimento, não focando-o como ponto principal, mas como abertura à consciência de existir e por ela, de definir o seu sentido de vida. A elaboração de sentido de vida é um dos elementos principais da filosofia de O Ser e o Nada quando pensa o foco do compromisso e do comprometimento do ser humano como ser-no-mundo.

A questão é: em que tudo isso – o fato de que o ser humano nasce, vive e vem a morrer – se liga ao compromisso e comprometimento que conduzem a nossa leitura de Sartre? O objetivo dessa introdução não é abordar todas as temáticas que Sartre aproxima da construção de sua filosofia, mas é focalizar aquilo pelo qual o fundamento moral se apresenta em sintonia com o fundamento da realidade humana: a intencionalidade da consciência.

Partimos do ateísmo para compreender o modo como o autor pensou a condição humana. Ele a estabeleceu entre os existentes fazendo repousar no princípio de que sua existência precede a essência; na ideia de dignidade e, nesse sentido, que sua liberdade é a causa de sua autonomia de escolha e projeção de ser. O existente é o que ele faz *de si*, no modo como escolhe em cada ato realizado expressar sua dignidade.

Partimos da definição de que a dignidade humana é expressa no processo de revelação de si a si tal como o fenômeno é revelação de si à consciência. Segundo Simone de Beauvoir (2005) essa revelação da condição humana se encontra em

¹ Tudo bem que posso livremente escolher cometer o suicídio, mas será que essa postura diante das circunstâncias é a que melhor define a minha dignidade de ser frente às vicissitudes da vida ou seria a afirmação da covardia e fuga da vida como conduta humana frente ao desespero? A dignidade humana, assim como a angústia, põe a liberdade humana em questão.

suspenso e num instante não definível entre o nascimento e a morte. O ser humano “a cada instante ele pode apreender a verdade intemporal de sua existência” (BEAUVOIR, 2005, p. 13). Os humanos nascem e morrem sem que lhes haja uma explicação definitiva pela qual os atos originários podem ser entendidos como fundamentais em relação a sua vida. Sartre não empregará a análise do tempo e da consciência de si para explicar a causa da origem do ser humano, mas para que ele possa construir o seu próprio sentido de vida.

A tese de Simone de Beauvoir é de que a condição humana repousa na ambiguidade,² ela procura demonstrar como a filosofia de Sartre comporta essa ideia e a fundamenta pela descrição que o autor faz da condição humana: o ser humano existe “entre o passado que não é mais e o futuro que ainda não é; esse instante em que ele existe não é nada” (BEAUVOIR, 2005, p. 13). A condição humana se assenta num nada de tempo que é referencialidade para o seu passado e o seu futuro, mas o seu presente é um nada de tempo. A ambiguidade da vida é a própria condição de vivermos e morreremos. Essa é a verdade da vida que Beauvoir apresenta e “uma vez que não logramos escapar à verdade, tentemos, pois assumir nossa fundamental ambiguidade” (BEAUVOIR, 2005, p. 15). É do conhecimento das condições autênticas de nossa vida que é preciso tirar a força de viver e as razões para agir. Pela ideia de ambiguidade, entendemos que a estrutura na qual ela emerge é a da intencionalidade e do fenômeno: a consciência transcende ao fenômeno e o capta em sua aparição não sendo ela mesma o que capta por sua intencionalidade. O fenômeno existe para a consciência que o revela, assim como a intencionalidade é vazia de si senão pelo fenômeno que capta e constrói o seu sentido; a ambiguidade da existência é ser o ser no qual se encontra entre a captação do fenômeno e a construção do seu sentido permanecendo distinto de ambas por um *nada de ser*. O ser do humano será, segundo Sartre (2003), afetado

² A percepção de si dar-se, por exemplo, em relação à existência, como um momento incerto entre o nascer e o morrer. O ser humano está sempre situado entre dois polos nos quais dificilmente consegue alcançar: entre o seu passado que não mais e o futuro que ainda não é, entre o seu nascimento que não tem sentido a priori e a morte que pode acontecer a qualquer instante; está entre o mundo, em si mesmo, e o sentido que dele pode construir através da consciência que tem dele. Acerca da morte, a autora defende que o ser humano sempre tenta mascarar a inevitabilidade desse momento uma vez que, ao contrário dos animais que apenas passam por essa experiência, o ser humano a conhece e pensa sobre ela, ainda que não possa evitar o instante de seu acontecimento.

por isso, e aí é que também está a sua ambiguidade: não ser o ser do qual é consciência e, por ela, permanecer como intencionalidade, como falta de ser.

Sartre assumiu essa verdade construindo-a na liberdade, fundamentando compromisso e comprometimento na relação na qual estabelece a autonomia humana que, como já vimos, é o seu traço moral. Por isso, Beauvoir (2005, p. 15) afirma que “o existencialismo se definiu, primeiramente, como uma filosofia da ambiguidade”. É pela ambiguidade que, em *O Ser e o Nada*, Sartre (2003) define fundamentalmente o ser humano como o ser no qual em seu ser reside o não ser de uma natureza humana, ou seja, este ser é uma subjetividade que não se realiza senão como presença no mundo.

Essa presença, no modo como Sartre a define, passa a ser o centro da dignidade humana como sua verdade. “Não há moral para um ser que seria de saída exata coincidência consigo mesmo, perfeita plenitude” (BEAUVOIR, 2005, p. 16) por isso não se propõe uma moral a um Deus e não se pode ser moral sendo Deus, e se o desejo humano é ser Deus, ele se torna o seu fracasso. Pelo fracasso, e somente aí, é que Sartre afirma que o ser humano pode construir o seu fundamento moral, pois, como a autora procurou mostrar, só há moral se houver desencontro, desacordo ou fracasso por que são as condições nas quais há o desalinho para a não coincidência, a não plenitude de ser como essência ou natureza, tal como acontece com as coisas. “A consciência moral só pode subsistir, como diz Hegel na última parte da *Fenomenologia do Espírito* na medida em que houver desacordo entre a natureza e a moralidade; ela desaparecia se a lei moral se tornasse lei da natureza” (BEAUVOIR, 2005, p. 16).

A ideia de compromisso e comprometimento na qual a liberdade é investigada como fundamento moral é a verdade da condição humana que especifica que o ser humano se encontra em desacordo com o ser das coisas; essa não coincidência entre a existência e a essência do ser humano e dos demais existentes funda o compromisso humano com o comprometimento de *ser no mundo* o sentido de definir, por essa ambiguidade de ser, a objetividade do mundo e a subjetividade humana presente a ele, renovando-a a cada escolha feita.

Nesta dissertação, o itinerário conceitual toma por fundamento que a liberdade e o nada se confundem em seu ser, uma vez que o autor assim define a

condição humana. Pela liberdade do ser humano é que o Nada é tomado como uma postura caracteristicamente humana e na qual a sua verdade de compromisso aparece. O Nada é o fundamento da ambiguidade. Cassiano Reimão (2005), acerca da indissociação da liberdade e do Nada que constituem o ser humano, defende que essa ligação, na filosofia sartriana, é o que permite desenvolver a tese da estruturação entre ser livre e o Nada que afeta o ser humano e que este é “o sentido profundo do existencialismo e uma das contribuições mais valiosas para a elucidação do ser humano. É um novo conceito dinâmico do ser dado numa região distinta, a região do Ser-para-si” (REIMÃO, 2005, p. 130).

Do Para-si, conceito chave para a compreensão da questão moral, compreende-se dois elementos fundamentais que sustentam a sua condição ontológica de ser: o ser humano por ser livre e não poder se reduzir à consciência de si para si, porque deixaria de ser sua própria dignidade como gênese da moral, é seu próprio projeto de ser. O homem é, em todo momento, um projeto, projeto livre e plenamente consciente. “Se o homem deixasse de se projetar, deixasse de ser seu projeto, coincidiria consigo mesmo e reduzir-se-ia à categoria de coisa” (REIMÃO, 2005, p. 30). Como é projeto, ou seja, por que é projeto e não se encerra numa coincidência de si para si é que o ser humano não é uma essência determinada e se compreende como uma eterna exigência de renovação de si mesmo. O humano é aquele que se realiza e nesse ato livre, realiza-se como uma verdade para si mesmo e que o compromete por inteiro.

Essa verdade é por ser projeto que se lança à construção de seu sentido de ser, então, ele é “totalmente responsável por seu ser, pois não há nada no seu ser que não tenha projetado ser” (REIMÃO, 2005, p. 131). Esboçamos os dois pontos que focamos da obra de Sartre e que fundamentam, nessa dissertação, o modo como compreendemos a obra sartriana em sua contribuição moral. Se a tese da ambiguidade se estrutura na condição paradoxal do ser humano de não ser coincidência de si para si, essa não coincidência é o princípio da inevitável renovação da subjetividade que eu sou frente às minhas possibilidades e nas quais identifico o sentido de ser de minha existência livre.

A ambiguidade de não ser plenitude de si encaminha-se, na tese de Sartre, para a responsabilidade que é o compromisso de ser sempre responsável pelo que

se faz e no modo como estabelece uma identidade. O ser humano se realiza no que faz e se lança no mundo não descomprometido como esse fato, mas tendo que assumi-lo a cada instante, por isso seu ser é sempre um ser *em questão* a tudo aquilo que empreende.

Veremos, pois, que a estrutura desta pesquisa esta dividida em três capítulos. O primeiro e mais longo, trabalha os conceitos fundadores, o alicerce no qual podemos pensar, em Sartre, uma estrutura de compromisso e comprometimento tal como ele assume, pela fenomenologia de Husserl, que há uma estrutura de consciência e uma estrutura que sustenta o fenômeno como revelação revelada de si mesmo.

Neste capítulo, investiga-se a contribuição do pensamento de Husserl para o existencialismo de Sartre, contudo não é um estudo geral sobre a apropriação do pensamento husserliano na filosofia de Sartre. O foco é, a partir da questão da intencionalidade da consciência, como o cogito se torna, também para Sartre, um importante conceito e como a partir dele surge a realidade humana como o existente, o vivo. A realidade humana não surge apenas como um referencial diante do mundo, mas uma presença concreta, uma subjetividade que existe e altera todo o espaço do mundo ao ser redor. Esse é o sentido no qual o existencialismo cresce e se desenvolve a partir da fenomenologia e como, a partir dela, se compreende o sentido de comprometimento: o existente, tal como Sartre o descreve, se compromete com este mundo que o circunda pela intencionalidade de sua consciência; ele se torna uma consciência de si, momento originário de toda compreensão da sua condição humana de *ser no mundo*.

No segundo capítulo, a partir da construção do sentido do Nada como realidade que afeta integralmente o ser humano em seu modo de ser, compreende-se que o modo de ser do humano assenta a sua verdade de ser na liberdade. O conceito de angústia (consciência de liberdade) norteia toda a reflexão deste segundo capítulo conduzindo-nos até o ponto fundamental da elaboração do sentido de compromisso que é a da renovação do eu. A angústia, ou seja, a liberdade do seu ser em questão desse compromisso, é o sentido de que não escapo à definição de minhas escolhas e de meu sentido de vida; este é o ápice de todo compromisso moral a que sou “chamado” a definir.

Como Sartre procurou mostrar que a essência do humano se acha em suspenso na liberdade, a cada instante – por essa suspensão – o ser humano é constantemente lançado ao mundo e nele se compromete pondo em questão a sua liberdade, o seu ser livre, mediante a causa das suas ações. O compromisso moral é o comprometimento de minha liberdade como minha essência, em meio ao mundo como uma objetividade dada à minha intencionalidade e, nessa relação, vou descobrindo-me em minha subjetividade comprometida como o mundo e compromissada comigo mesmo como sendo minha dignidade ou ambiguidade.

O terceiro e último capítulo analisa a tese da responsabilidade. O sentido desse conceito emerge para o ser humano e para os outros como a imagem universal de humano que sou e que acredito que os outros também podem ser. O compromisso que se estabelece pela responsabilidade é um compromisso com a ação criadora do humano universal que fundamento como referência dada a partir dos atos que estabelecem meu modo de ser livre. Sartre trabalha e articula as ideias de sentido, criação e motivos. O compromisso moral que nesse capítulo se delineia é o da consciência da ação naquilo que a ação é a consciência de liberdade e de criação. Crio, assumo e sou o que apresento como sendo o sentido de minhas escolhas e como estas tornam claro que me renovo em cada situação pela qual defino o ser livre que eu sou.

Se o segundo capítulo norteia-se pela ideia de que o compromisso moral de renovação do *eu* está correlato, no pensamento de Sartre, à estrutura de consciência que ele descreve; no terceiro capítulo, o compromisso de renovação do *eu* é compreendido não apenas pela intencionalidade e transcendência da consciência segundo os conceitos de intencionalidade e pela ideia de fenômeno. O compromisso é focado pela intencionalidade e transcendência da ação, cujos motivos e móveis do agir surgem como constructos de um sentido pelo qual a liberdade é o fundamento da ação e se torna a causa pela qual os valores encontram nela o seu fundamento. De modo que o encontro do fundamento dos valores assentados na liberdade é o que validaria, para Sartre, que a responsabilidade se torne a consciência de autoria da ação no modo como essa ação compromete e compromissa todo o meu ser.

2 A RELAÇÃO ORIGINÁRIA LIBERDADE-MORALIDADE

Esta pesquisa tem por mote a compreensão da liberdade na construção do sentido e do compromisso moral na filosofia de Sartre. A temática a ser analisada nesta dissertação é a da relação entre a moral e a liberdade segundo a fundamentação que Sartre estabelece a partir da consciência, dada como intencional, e pela ideia de fenômeno. De fato, o que para Sartre designa a consciência é a sua intencionalidade; toda consciência é consciência de alguma coisa, afirmou Husserl. Sartre desenvolverá essa tese buscando aplicar o seu sentido para a ontologia e a partir dela, fornecer um fundamento à realidade humana.

Cabe, nesse momento, analisar quais dos elementos da filosofia de Husserl que Sartre assume como o chão onde fundamenta a sua filosofia. Partimos da definição que o pensamento de Husserl é significativo para Sartre. Tem-se em vista, não especificamente o desenvolvimento e as inovações que Sartre promove às teses de Husserl. O objetivo a ser alcançado é o estudo que conduza a interpretação acerca da liberdade e da moral em que estejam indicados os pressupostos da filosofia sartriana que fundamentam uma ideia de comprometimento do ser que é consciência em relação a tudo que o circunda.

Busca-se a fundamentação do comprometimento do ser com o mundo a fim de encontrar o princípio do compromisso do ser humano consigo mesmo e com os outros pelas duas modalidades desta relação: a renovação do eu e a consciência de autoria da ação.

As considerações acerca da intencionalidade, no modo como Husserl a delinea, fazem Sartre debruçar-se sobre na crítica aos conteúdos de consciência e a um psicologismo que fundamentasse uma determinação do ser humano a partir de um ego que residisse na consciência e a estabelecesse no mundo como um *eu* fundamental entre as coisas. Em *A imaginação*, já se apropriando das contribuições de Husserl, Sartre (2009, p. 123) aborda que “a concepção de intencionalidade é chamada a renovar a noção de imagem”. Essa renovação da imagem é uma mudança dada a partir de uma nova postura de reflexão sobre o si mesmo do humano e da forma como ele percebe e apreende o sentido do mundo.

Nessa questão, sobre a qual Sartre se debruça, renova-se o modo como se concebe, pela fenomenologia, a essência da imagem e como a fenomenologia compreende a captação dessa imagem pela consciência. A imagem não será mais um conteúdo de consciência, mas ela está fora de nós (fora da nossa consciência, como um conteúdo). Ela é um objeto ao qual a consciência se dirige e capta o seu ser como sendo o seu fenômeno (manifestação). A imagem também é imagem de alguma coisa. Portanto, lidamos com uma relação intencional de uma consciência com a um determinado objeto. Em suma: “a imagem não está na consciência a título de um elemento constituinte” (SARTRE, 2009, p. 124), mas constitui o motivo pelo qual o objeto se apresenta como imagem.

Sobre a intencionalidade, Sartre dirá que ela é a estrutura essencial de toda consciência. Daí, segue-se naturalmente uma distinção radical entre a consciência e *aquilo de que se tem consciência*. “O objeto da consciência, seja ele qual for, está por princípio fora da consciência: ele é transcendente” (SARTRE, 2009, p. 123). Sartre se apropria da definição husserliana de intencionalidade para estabelecer a diferença ontológica entre o ser da consciência e o ser do qual a consciência é consciência, ou seja, o objeto, o mundo, a realidade em si mesma. O fundamento do comprometimento do ser que existe para si como consciência, diferenciando-se do ser do qual é consciente, é que o ser que existe para si como *consciência de si* está no mundo. Por essa relação, não pode dele se desgarrar a não ser pela pergunta ou reflexão. Para Sartre, a intencionalidade da consciência aterra o ser humano no mundo. Se o argumento que justifica a postura de Sartre apresenta claramente a afirmação do autor, definindo que “a realidade humana não pode se desgarrar do mundo, como faz na interrogação ou na dúvida metódica” (SARTRE, 2003, p. 68), o filósofo, então, recorre ao fenômeno de ser para sustentar tal assertiva. Vejamos como ele apresenta o aterramento da realidade humana no mundo.

Sartre parte do princípio de que, pela análise do ser Em-si, ele não é nem passividade nem atividade; para o autor: “o ser é si-mesmo. Significa que não é passividade nem atividade. Duas noções humanas designando condutas humanas ou instrumentos de condutas humanas” (SARTRE, 2003, p. 37). Só o ser que se expressa e se define por condutas é que pode ser comprometido no mundo, qualquer distanciamento do caráter de conduta determina o fenômeno de ser daquele que não é consciência de si: “se o ser é em si, significa que não remete a si,

tal como a consciência (de) si: este é si mesmo. A tal ponto que a reflexão perpétua que constitui o si funde-se em uma identidade” (SARTRE, 2003, p. 38).

A consciência compromete a existência como modo de ser por que é atividade ou passividade frente a todo outro existente revelado a si como passividade; “chamamos passivos os objetos sobre os quais nossa atividade se exerce, na medida em que não remetem espontaneamente ao fim que o destinamos” (SARTRE, 2003, p. 38). Alcança-se, por essa definição, o primeiro nível do comprometimento no qual a existência se faz ser-no-mundo segundo o pensamento de Sartre. Este nível é o de finalidade da ação. O segundo nível é imediatamente correlato, portanto, não distinto, ao que se expressa nesse ponto. Falamos desse nível e o apreendemos pelo cogito. O cogito, tal como Luijpen (1973) descreve é o que permite falar do ser humano no que ele conceitua como sendo o seu sentido mais próprio.

Neste processo descritivo, que em Sartre assume nova configuração, principalmente em razão do sentido filosófico da análise fenomenológica da consciência, o que toma destaque é exatamente a necessidade de definir ontologicamente qual é o ser da consciência e o ser *daquilo de que se tem consciência*. A distinção que Sartre estabelece entre consciência e objeto, assim como em Husserl, alcança o seu fundamento no cogito. Embora Sartre não siga *pari passu* as teses de Husserl, dele assume grande parte do instrumental conceitual husserliano e é isto que vai ajudá-lo, por exemplo, a afirmar que fora do cogito não há realidade e que “não pode haver outra verdade senão esta: penso, logo existo; é aí que se atinge a si própria a verdade absoluta da consciência” (SARTRE, 2004, p. 220).

Assumindo a filosofia de Sartre, como um referencial teórico a fim de procurar responder se a definição da existência humana como liberdade comporta, ao mesmo tempo, o sentido de ser sem tutela e fundamento de uma postura moral, a questão da verdade da consciência é um dos pontos chaves na qual o autor inova e tece novas considerações acerca da herança fenomenológica que recebe de Husserl.

A título de fundamentação do itinerário conceitual que aqui é assumido, nos parágrafos que seguem será realizada uma análise da questão do cogito, não apenas como estrutura que sustenta o saber, mas em sentido mais amplo (sentido

do comprometimento da existência com o mundo) e não menos filosófico: Pelo cogito, o mundo é apreendido em seu ser e por tal apreensão, Sartre afirma que aí está definido o sentido do ser como compromisso moral pela liberdade, não em vista apenas de si próprio, mas na relação com todos os outros seres humanos: “O homem que se atinge diretamente pelo cogito descobre também todos os outros, e descobre-os como a condição de sua existência” (SARTRE, 2004, p. 221). Assim, pelo sentido de centralidade do cogito e da verdade na qual se alcança o fundamento da consciência, podemos passar para a compreensão do conceito de fenômeno, no modo como Sartre o apreende. Desse modo, será mais precisa a compreensão da definição da realidade ontológica do ser humano em que surge o compromisso moral: A existência precede a essência.

2.1 Ser e pensar: a unidade do cogito

Do comprometimento com o mundo, chega-se aos níveis do compromisso onde a liberdade e a moral se relacionam e estabelecem uma relação na qual Sartre define a autenticidade das condutas humanas. Nesse aspecto, o elemento fundamental da atividade humana é a da infinita separação, pelo cogito, da percepção de si e da percepção em geral. O ponto que aqui se introduz é o modo como o cogito é uma unidade tempo-espacial entre o ser e o pensar. Não é o propósito dessa dissertação, investigar, em Sartre, o pensamento e o modo como este se opera – mas, estudar a partir da distinção entre o ser que conhece e o ser conhecido, o sentido do compromisso moral. Do poema de Parmênides recolhemos a intuição original dessa unidade do cogito, de modo a nos dar mais clareza sobre a postura de Sartre em relação ao ser do conhecimento: se pela intencionalidade da consciência distinguem-se objeto e o ser que é consciente desse objeto, é ao encontro do ser *que é consciência de algo* que procuramos analisar a fim de compreender o suporte que ele fornece para o fundamento moral pela liberdade, elemento no qual Sartre fundamenta a sua ontologia fenomenológica.

Nos fragmentos do poema *Da Natureza* Parmênides objetifica uma questão: o que conduz o pensamento e o que dele se pode dizer de modo a evitar os equívocos de uma investigação que conduza à inverdade. “Vamos, vou dizer-te – e tu, escuta e

fixa o relato que ouviste – quais os únicos caminhos de investigação que há para pensar: um que é, que não é para não ser, é o caminho de confiança (pois acompanha a realidade)” (PARMÊNIDES, 2002, p. 14). Segundo a interpretação de José Trindade Santos, tradutor, intérprete e comentador do referido texto esse caminho que é indicado é o que se pode denominar como “Via da Verdade” (PARMÊNIDES, 2002, p. 51).

Para expressar a intencionalidade desse caminho em relação ao saber, o tradutor, no ensaio *Ninguém nasce por acaso. Ninguém vive sozinho* norteia a compreensão do poema e conduz a reflexão sobre as temáticas dos fragmentos a partir de uma consideração muito próxima a de René Descartes em seu *Discurso do Método*. Descartes afirmava que a razão é a coisa mais bem distribuída em todo o mundo; e José T. Santos considera que “todos os povos, todas as culturas, todas as nações têm um saber” (PARMÊNIDES, 2002, p. 22). Saber e razão se identificam num mesmo sentido: é aquilo da qual não se pode deixar de reconhecer em nenhum ser humano.

Segundo Santos, a questão do saber, pelo poema de Parmênides, é ampla, cobre um universo de áreas e perspectivas sem se afastar de um núcleo central: o ser humano e a partir dele a sua relação com o mundo e o modo como ele compreende a sua vida. O saber não separa a compreensão do mundo do modo como se pode entender a vida, contudo, também não as confunde. Cada uma se expressa como uma postura diante da amplitude que encerra o seu conceito. Assim sendo, o saber é a “percepção e a consciência que cada um tem de si e dos outros, as impressões pessoais, só parcialmente transmissíveis, os valores e o conjunto de regras e os preceitos deles decorrentes. Tudo isso condensado na atitude que expressa a relação do ser humano com a vida e o mundo que o cerca” (PARMÊNIDES, 2002, p. 23).

Uma vez que a estrutura fundamental do saber se compreende como uma postura que expressa a relação humana entre vida e mundo, nada mais óbvio que considerar, portanto, a importância do fragmento 3 do poema: *pois o mesmo é pensar e ser* (PARMÊNIDES, 2002, p. 15). Como foi destacado, Parmênides destaca a necessidade de encontrar a verdade do conhecimento. Segundo o que a deusa Ihe orienta não se pode conhecer *o que não é* e toda tentativa de compreendê-lo é uma tentativa já falha. A verdade do saber é conhecer aquilo que é, e conhecer o que é, de tal modo fundamental que esse *que é* é a causa do

pensamento: “o mesmo é o que há para pensar e aquilo por causa de que há pensamento” (PARMÊNIDES, 2002, p. 17). Esse debate pontua a questão da realidade, tema que será abordado por Sartre segundo a sua compreensão do fenômeno.

Aqui ainda insistimos na percepção de comprometimento radicada pela consciência de si. Se aqui a discussão do conhecimento está no âmbito da realidade e da aparência, descartando esta para assumir aquela, a partir do ser, deve-se concluir que não dá pra conhecer o *não ser*, ou seja, o que não é, por que ele não tem natureza, não tem uma realidade determinada (passividade) na qual o saber possa operar sobre ele. Pela definição de Parmênides só podemos conhecer o *que* é por que este, a priori, é uma essência em si mesma e se expressa como tal. Pela ideia de fenômeno, Sartre rejeita a dualidade *realidade-aparência* a fim de estabelecer que o que percebemos é a sua própria essência manifestada e não apenas uma aparência que esconde o seu ser por trás do que lança à luz.

Já que a deusa rejeita o *não ser* por que ele não é; resta-nos, então, apenas o ser e sua identificação com o pensar? Investigando a postura filosófica de Sartre é possível dizer que não. Até aqui, Parmênides nos conduziu na percepção da verdade do saber: só se pode conhecer, determinar pela investigação o que é e não o que não é; o ser *que sabe* não é o mesmo *que é sabido*, apesar de que ambos são uma realidade e não apenas uma aparência, há, desde Parmênides uma distinção radical entre o ser do conhecimento e o que se apreende pelo conhecer.

A filosofia de Sartre nos permite voltar a essa questão e procurar responder que a diferença que há entre o conhecedor e o conhecido é que este que conhece, segundo a postura fenomenológica de Sartre fundamentada no pensamento de Husserl, principalmente na questão da intencionalidade da consciência, é um *não ser* em relação ao objeto do qual é conhecedor. Recordem-se os princípios da conduta humana que Sartre definiu em relação ao ser: a atividade e a passividade.

Husserl ainda conserva na consciência um eu transcendental, Sartre vai além, nega-o. Nega-o a partir de uma compreensão existencial do nada, ou seja, do não ser e atribui que este é o ser do ser humano. O Nada é consequência direta da visão de Sartre sobre a realidade humana como uma essência livre de toda determinação. Mais à frente esse ponto será retomado.

Sartre, assumindo o problema deixado em aberto no poema, a natureza do ser conhecedor, nos fornece uma estrutura conceitual em que se pode formular a

compreensão do ser do comprometimento com o mundo, fundamento de um compromisso consigo mesmo pelo conhecimento, a partir da sua diferença entre ele e o objeto conhecido. Sartre defende que “toda a teoria que considera o homem fora desse momento, é antes uma teoria da que suprime a verdade” (SARTRE, 2004, p. 220). Se a verdade do conhecimento é que se conhece o que é, Sartre argumenta que a centralidade do cogito é o fundamento de uma verdade, pois o conhecimento de algo é assumido, tanto por Parmênides, Descartes, Husserl e Sartre, assim como outros tantos filósofos, de um ponto referencial: no caso da filosofia de Sartre esse ponto é o ser humano, sendo a existência a verdade da consciência. Nessa estrutura de ser, a liberdade é a essência que o constitui e é por ela que a postura humana no mundo torna-se central para toda e qualquer questão epistemológica, como Sartre mesmo defende.

Sendo o ponto referencial, para a questão do cogito, a existência humana e como a filosofia de Sartre é herdeira da fenomenologia de Husserl, cabe analisar a visão husserliana do cogito cartesiano no modo como ela ainda mantém expresso o caráter de unidade que foi descrito pelo poema de Parmênides. O elemento fundamental é perceber, depois, as inovações que Sartre elabora a fim de fazer com que a realidade humana suporte todo o peso da liberdade que o autor defende ser a essência que a constitui. Vivenciando essa realidade numa forma bem peculiar, a angústia, o problema moral atinge o seu vértice na liberdade que é o fundamento de todos os valores e juízos morais. Para Sartre, cabe à liberdade ser o fundamento da moral.

2.2 A compreensão fenomenológica do cogito dada por Husserl (mundo e pensamento)

A fim de estabelecer o sentido da espontaneidade da consciência, ou seja, a intencionalidade, Husserl define que “o mundo em que me encontro e que é ao mesmo tempo mundo que me circunda” (HUSSERL, 2006, p. 75) é o mundo que está imediatamente disponível a mim. A espontaneidade da consciência é a imediata disponibilidade do mundo que compromete o ser humano em sua conduta de ser como percepção imediata de si e das coisas. O cogito é o princípio dessa disponibilidade; uma vez que a objetividade do mundo é sempre o seu estado

natural de ser mundo, o cogito se difere desse estado, mas assume uma orientação natural que é o fundamento da tese husserliana: a vida natural do ser humano é o que define a sua orientação e constitui-se como o elemento sensível no qual, pelo campo perceptivo, dirá Husserl: “Posso variar meu ponto de vista no espaço e no tempo, direcionar o olhar para aqui ou para lá, temporalmente para frente ou para trás” (HUSSERL, 2006, p. 74). A consciência não é uma essência determinada, ela se constitui à medida que presentifica e assume um determinado foco, deixando fora de circuitos outros tantos, estes que ela poderá considerar em outro momento.

Nesse sentido, toda forma de reflexão sobre o modo como apreendo o mundo já é, ao mesmo tempo, visão e definição concreta desse mundo e do compromisso com ele. O modo como Husserl compreende o cogito é o que define a centralidade da reflexão como fundamento para toda relação imediata com o mundo pela consciência. O que ele conceitua como orientação natural parte do princípio cartesiano: se sou essa compreensão fundamental e imediata do mundo que está disponível a mim, então “há um novo cogito vivo, que é, por sua vez, irrefletido, e que, portanto, não é objeto para mim” (HUSSERL, 2006, p. 75).

Sartre apreende o sentido do cogito que vive implicado no mundo, tal como descrito por Husserl e o define como sendo o ponto de partida de sua filosofia: o cogito vivo, que pensa, deseja, sente e realiza é o existente, o vivo, é o ser humano. Sartre se preocupa em estabelecer esse conceito em relação às condutas humanas mais cotidianas e imediatas. O cogito não é um existente puro (abstrato); ele existe e está na rua, no bar, como operário, no campo ou escrevendo um texto, presente ou ausente a um determinando ambiente; ele vive e imediatamente se percebe como existente vivo para si e todas as coisas que o circundam, tal como Roquentin³ se compreende em *A náusea* (2006).

³ Antoine Roquentin – Protagonista da novela, é também o narrador, escrevendo suas observações no formato de um diário. Após viajar pela África e pelo Extremo Oriente, voltou a Bouville para completar suas pesquisas históricas sobre o Marquês de Rollebon. Entretanto, não apenas perdeu o interesse na pesquisa como começou a se aborrecer com a maneira de lidar consigo próprio e com o mundo exterior. Quer esteja segurando uma pedra, na praça, fumando ou portando um copo de cerveja, sente-se confrontado com a existência excessiva de todas as coisas. O resultado é o que ele denomina de *náusea*. Compreende rapidamente que a náusea vem do fato de que a existência precede a essência: o absurdo é o absoluto, já que toda a realidade é contingente, inclusive e principalmente ele mesmo. Tudo é “a mais” (*de trop*), ou seja, sem razão ou necessidade. Percebe que as características físicas dos objetos e as pessoas são somente uma fachada reconfortante para mascarar o nada da existência. Ao fim do romance, repudia o passado, abraça sua existência e descobre não haver propósito em existir. Ao invés de render-se ao desespero, decide afirmar sua

Então o que distingue Sartre de Husserl seria por que Husserl repete a perspectiva cartesiana? Não. A preocupação husserliana é a de descrever a orientação natural na qual a consciência se define como tal em vista do mundo que permanece sempre à disposição da consciência. Não será o conhecimento do mundo a questão principal, mas o sempre captá-lo imediatamente e daí, sempre construir o seu sentido mediante a orientação natural para qual estou sempre disponível.

Sartre é, nesse sentido, um fenomenólogo por que mantém a ligação com essa tese de Husserl, mas desliga-se do *eu* que o mestre alemão conserva a fim de explorar o sentido da orientação natural da consciência na perspectiva de uma existência que será compreendida no bojo dessa espontaneidade.

2.3 Apreensão do sentido do cogito: a sua definição segundo a filosofia existencialista de Sartre.

Sartre é conhecido pela afirmação de que a existência precede a essência, ou seja, ao considerar a condição ontológica da existência humana, deve-se ter o critério de assumi-la sem tutela ou amparo de uma natureza determinada que lhe conduza os passos. A inexistência dessa tutela tem o seu princípio na própria estrutura da consciência. O ser humano, ele é entregue a si mesmo, tal como a consciência, segundo Husserl, é entregue a sua própria espontaneidade como fundamento de si mesma.

Essa é uma inovação radical e original em relação à conceituação de Husserl sobre o cogito. Se o eu transcendental é conservado por Husserl, a fim de manter o princípio da percepção no qual o mundo é imediatamente descoberto; Sartre rejeita o eu a fim de descobrir a existência na mesma relação temporal em que a descoberta do mundo se estabelece.

Em Sartre, a partir da precedência da existência em relação à essência, o autor também dá um novo significado ao modo como a intencionalidade pode ser vista. Ela, a intencionalidade da consciência, mantém o seu caráter de

liberdade e mudar-se para Paris com o projeto de escrever um romance “que causasse impacto nas pessoas da sua existência.”

transcendência em relação ao objeto apreendido, mas não como em Husserl, a partir de um Eu transcendental.

A transcendência da consciência é sua espontaneidade como um constante *para fora* como sendo a medida no qual todo o mundo é alcançado por ela. “Toda consciência é posicional na medida em que se transcende para alcançar um objeto, e ela se esgota nesta posição mesma: tudo quanto há de intenção na minha consciência atual está dirigido para o exterior” (SARTRE, 2003, p. 22). Sartre desconstrói a primazia do conhecimento como o alicerce da condição humana, para fundamentar a primazia da compreensão do mundo pela experiência de ser: *não sou o mundo do qual sou consciência*. O ser humano não pode ser definido como um objeto conhecido a si mesmo. Ele capta a si mesmo como experiência fundamental de si mesmo em sua postura de percepção imediata do mundo: ele é um ser no mundo.

A postura de Sartre em relação à experiência do mundo e a compreensão do estado natural de ser do ser humano propondo a precedência da existência a qualquer essência quer também expressar que para que o mundo exista, é preciso que haja uma consciência de mundo; para Sartre “como a consciência não é possível de ser, posto que seu ser é fonte e condição de toda possibilidade, é a sua existência que implica a sua essência” (SARTRE, 2003, p. 27). Não há consciência de mundo no próprio mundo, tampouco há na consciência um mundo como conteúdo para a consciência: a consciência é consciência de mundo sem o tê-lo de fato (mas é circundada por ele, como Husserl defendeu) e radica seu ser sendo essa consciência transcendente rumo ao objeto que ela não é, revelando a si mesma e aquilo do qual é consciência como “revelação-revelada de um ser que ela não é e que se dá como já existente quando ela o revela” (SARTRE, 2003, p. 35).

2.4 O ateísmo

O comprometimento com o mundo se apresentou no pensamento de Sartre como sendo postura humana e tal conceito, como Sartre definiu, vai se radicar na negação de qualquer tutela ou realidade que determine o ser humano. Na questão da existência que precede a essência, um ponto que poderia ser questionado,

mediante seu caráter polêmico, é que o autor, através da compreensão existencial do Nada, que pela estrutura da consciência já pode ser intuído, defende a inexistência de Deus como fundamento da liberdade humana.

O fato de Deus não existir, para Sartre, não significa que o autor tenha se esforçado para provar empiricamente tal tese. Partindo da experiência de si como um impacto de vida que o ser humano toma em sua condição existencial no mundo, a consciência de si é o que preenche inteiramente o mundo de realidade. O ateísmo de Sartre é fundado na descoberta de si, pelo próprio humano, como solidão, abandono, indeterminação e subjetividade absoluta, ou seja, no fundamento da relação consigo mesmo e com os demais, o ser humano compreende que a ausência de tutela como postura do ser livre que expressar que “ninguém é por ele, nem Deus” (MELO, 2003, p. 16). A tese da precedência da existência sobre a essência quer, sobretudo, dirigir todo pensamento sartriano dentro de uma coerência ateia que ele assume como um princípio metodológico: esse princípio é que não há espaço, na consciência para outra realidade senão sua própria transcendência; não há espaço para Deus; não há outra forma de comprometer-se com o mundo. Só há liberdade humana:

O existencialismo não é senão um esforço para tirar todas as consequências duma posição ateia coerente. Tal ateísmo não visa de maneira alguma a mergulhar o homem no desespero, como fazem os cristãos, a toda atitude de descrença, a nossa posição ateia parte do desespero original. O existencialismo não é de modo algum um ateísmo no sentido de que se esforça por demonstrar que Deus não existe. Ele declara antes: ainda que Deus existisse, em nada alteraria a questão; esse é nosso ponto de vista. Não que acreditemos que Deus exista; pensamos antes que o problema não está aí, no da sua existência: é necessário que o homem se reencontre a si próprio e se persuade de que nada pode salvá-lo de si mesmo, nem mesmo uma prova válida da existência de Deus (SARTRE, 2004, p. 233).

O ateísmo sartriano não é a prova da inexistência de Deus, mas a defesa de que não há espaço para ele na consciência, visto que a consciência é a totalidade do mundo, não como sendo o mundo, mas dirigida a esse mundo revelando-o como existente. Seria o mesmo que dizer que não precisamos de Deus para sermos consciência de algo, pois a revelação desse algo não depende de nada mais senão da transcendência da consciência que o alcança em sua objetividade.

Outro fato é que, para Sartre, conceber a ideia de um Deus Criador é o mesmo que compreender a condição ontológica humana em semelhança ao processo de produção industrial: “Quando concebemos um Deus Criador, esse Deus identificamo-lo quase sempre com um artífice superior” (SARTRE, 2004, p. 201); Sartre prossegue na justificativa de sua argumentação: “Assim, o conceito de homem no espírito de Deus, é assimilável ao conceito de um corta papel no espírito industrial; e Deus produz o homem segundo técnicas e uma concepção, exatamente como o artífice fabrica um corta papel” (SARTRE, 2004, p. 201). Essa flexão de pensamento não parece ser justificada a partir de Parmênides ou mesmo de Husserl, mas como uma postura crítica à visão cartesiana de fundamentar *no cogito* a existência de Deus e da alma. Bornheim (2007) já havia destacado isso na sua compreensão da filosofia de Sartre: “se o itinerário cartesiano que conduz do *cogito* a Deus afigura-se como inviável, o que Sartre faz, em última análise, consiste em inverter o sentido desse itinerário” (BORNHEIM, 2007, p. 96). Tal inversão recoloca tanto o problema das condutas humanas como a consequência de sua fundamentação.

A evidência do *cogito* era a existência de Deus e da alma humana, contudo, como a filosofia de Sartre defende uma total imanência, a orientação de sua filosofia não estaria em direção ao absoluto que é Deus, mas em priorizar, como única realidade a ser considerada, o relacionamento no próprio plano do Para-si. “Se o fundamento da intersubjetividade não pode ser pensado, digamos, para cima, em direção a Deus, resta apenas o caminho inverso” (BORNHEIM, 2007, p. 97). Eis a situação humana para Sartre: O ser humano encontra-se precisamente onde sempre esteve, ou seja, “num plano em que há somente homens” (SARTRE, 2004, p. 208). A análise da realidade se permite pensar para além do plano metafísico; ela figura e permanece intimamente ligada à compreensão do mundo e de si mesmo como existentes; mas o *Penso, logo existo* sartriano não conduz a uma transcendência vertical como em Descartes, e sim a uma transcendência horizontal, tal como a da intencionalidade, encontrando nos seres humanos o fundamento de sua realidade.

2.5 A relação entre liberdade e moral

Se até agora pensamos as condições que estabelecem o comprometimento do ser-no-mundo com o fundamento de sua conduta, perguntamos a que a filosofia de Sartre se lançou buscando estabelecer uma relação entre liberdade e moral? Ou seja, qual o valor da liberdade na construção da conduta moral? Sartre busca, pela abordagem fenomenológica, situar e desenvolver a reflexão ontológica acerca do humano de maneira bem diferente: para todas as coisas a essência precede a existência, para o ser humano é justamente o contrário. O fenômeno será o conceito pelo qual se apreenderá o sentido dessa diferença. A grande questão que faz Sartre se diferenciar dos demais fenomenólogos é exatamente o modo como compreende a condição humana no mundo. A mundaneidade, descrita até aqui nos passos da fenomenologia de Husserl define a condição do ser humano como um ser que está lançado, jogado, sem tutela, isto é algo significativo no conjunto da arquitetura do seu pensamento acerca da subjetividade.

Como a existência precede a essência, esta será então “constituída” ao longo de toda a vida de cada ser humano. Ele a constituirá numa relação direta com o ser das coisas existentes no mundo. Esse empreendimento existencial dar-se no âmago do ser, pois todo existente no mundo será descrito, como tal, ou seja, como sua essência, pelo ser humano, uma vez que ele não é o ser que descreve. Ele o alcança pela consciência e o torna visível não para o mundo, mas somente para si mesmo; a intencionalidade da consciência, pela qual o ser das coisas torna-se revelado, é uma transcendência horizontal: está no nível do ser humano e só a ele remete o seu sentido.

Como um dos maiores intérpretes da filosofia sartriana no Brasil, Gerd Bornheim (2007) vai considerar que Sartre pretendeu alcançar uma filosofia cuja estrutura conceitual fundamentasse um projeto universal como sendo o projeto ético de uma transformação do ser humano. E assim Bornheim (2007, p. 122) destacou: “A ontologia de Sartre não consegue disfarçar – nem o pretende, de resto – uma inelutável compulsão à transformação do homem”. Fazer com que cada ser humano se compreenda como uma subjetividade dada no seio da ontologia e daí, possa forjar as condições de uma nova visão sobre a humanidade é a ambição do projeto

sartriano. Fornecer um novo significado ao modo como o ser humano compreende a sua relação com o mundo é fazê-lo mudar o olhar sobre si mesmo, resgatando o sentido originário de sua existência.

Das análises de Gerd Bornheim surgem também a suspeita de que a filosofia de Sartre fundamenta e se encerra numa ética da condição humana. Já nos encaminhamos do comprometimento com o mundo para o compromisso moral (pessoal e coletivo). Por isso, Bornheim (2007) afirma que a possibilidade da ética na filosofia de Sartre emerge deste sentido de compromisso pessoal assumido quando do momento da mudança de horizonte conceitual: elaborando a cada instante a sua essência, a existência é o fundamento no qual todas as coisas passam a terem sentido e a se integrarem ao ser humano, constituindo o seu ser e, por ela, tornando-o comprometido com tudo o que está ao seu redor; nada é descartado senão toda determinação a priori.

Há neste sentido uma mudança de relação entre liberdade e moralidade e um pretendo projeto de mudança de consciência no ser humano (crítica a uma postura legalista acerca da moral). Como essa relação se estabelece, uma vez que não há um fundamento anterior à existência a fim de garantir as condições de determinação dessa relação? A problemática escolhida para esta pesquisa busca encontrar, nos conceitos que Sartre desenvolve, os traços de fundamentação dessa relação e como ela se lança ao mundo na forma de responsabilidade.

2.6 A relação ser no mundo

Para que essa passagem do comprometimento ao compromisso seja clara e se apresente bem alicerçada no pensamento de Sartre, o ponto que sustenta essa transição é o conceito de relação subjetiva e objetiva com o mundo e que determina os dois sentidos de toda postura humana como conduta de ser livre.

Sobre essa relação, compreendamos que para Bornheim (2007), a filosofia de O Ser e O Nada as estabelece de dois modos: “A primeira é a relação do sujeito consigo mesmo, visto que o Para si se manifesta como presença a si; toda a moral só pode descobrir o seu fundamento na subjetividade do sujeito. A outra relação é a

de sujeito objeto” (BORNHEIM, 2007, p. 124). As relações que fundam a consciência de existência do ser humano no mundo são os princípios nos quais se compreende não somente a importância da fenomenologia na filosofia de Sartre, mas como ela fornece os conceitos fundamentais nos quais o autor tematiza a relação moral.

A análise de Bornheim (2007) não focaliza o problema da moralidade segundo a definição de que todo compromisso surge como consciência de comprometimento. Desse comprometimento, pode-se alcançar o sentido da liberdade como consciência angustiada frente ao compromisso moral que funda a conduta humana de ser livre: renovar o ser que eu sou e assumi-lo sem desculpas, sem remorso, sem esquivas diante de si mesmo e dos sentidos nos quais se constitui o ser de minha essência. Mesmo assim, é importante destacar que o autor retoma alguns aspectos importantes da relação entre liberdade, moralidade e valor na filosofia de Sartre.

Compreendendo que na relação entre liberdade, moral e valor, o ponto de partida é a realidade ontológica do Para-si definida como liberdade absoluta, busquemos compreendê-la a partir das duas formas de relação que o ser humano estabelece por sua conduta a partir do conceito chave: o Para-si. Anteriormente foi dito que o ser em si mesmo não encerra atividade, tampouco passividade por que ele é ausente de qualquer relação de si para consigo mesmo. Sendo assim, Sartre afirma que “O Para-si e o Em-si estão reunidos em uma conexão sintética que nada mais é do que o próprio Para-si. Com efeito, o Para-si não constitui senão a pura nadificação do Em-si” (SARTRE, 2003, p. 753). O que fundamenta as condutas humanas como atividade, portanto, como direcionamento a tudo aquilo que não é consciência e, conseqüentemente, sendo construção de sentido é por que o Para-si não tem outra realidade de ser, senão, essa nadificação. No próximo capítulo nos dedicaremos à questão do nada.

2.6.1 O Para-si

Ao afirmar que o Para-si nadifica o Em-si no conjunto dessa relação sintética que fundamenta a liberdade humana, vê-se que a ideia de essência, fundamento do

Em-si, é a coerência lógica de sua realidade e que pela atividade humana é alcançada pela consciência. A perspectiva de Sartre não é buscar apenas a compreensão dessa coerência; como foi dito que o sentido do cogito na filosofia de Sartre é o que permite conceituar o ser humano como existência envolvida na facticidade, o sentido mais correto de fenomenologia existencial é a existência humana.

Para Cléa Gois e Silva (1999) o postulado da existência, expressada pela definição *A existência precede a essência* não autoriza pensar que, por sua realidade livre “trata-se de uma ontologia da existência pura, abstrata, sem consistência real. Trata-se, na verdade de uma ontologia total, que, examinando a essência da consciência na facticidade detecta sua liberdade na situação” (GOIS E SILVA, 1999, p. 01). O Para-si é a concretude da existência humana em relação a todo Em-si. A autora aborda o conceito do Para-si na ontologia de Sartre para definir que ele “implica uma consciência com poder nadificante e que, por isso, é liberdade que cria sua própria essência e os valores” (GOIS E SILVA, 1999, p. 02). O Para-si sartriano é o conceito de ausência de tutela traduzido para a ontologia. O ser humano lançado no mundo, dado entre as circunstâncias, é um ser livre, um poder nadificador, uma consciência que se inventa e elege os seus próprios sentidos de ser.

O que nos trouxe ao Para-si foi a questão das condutas humanas como uma identidade concreta da liberdade. A concretude do Para-si, dada como criação, invenção de si mesmo necessariamente conduz o pensamento de Sartre a proposição de uma ética. Esse ponto foi assumido por Gerd Bornheim quando afirma que Sartre, levando essa definição do Para si até o campo da ética, pensa seu conceito chave, o valor, pela lógica do Para si: “Se a liberdade é absoluta, o valor não poderia apresentar consistência objetiva” (BORNHEIM, 2007, p. 124). Bornheim vê na postura de rejeição que Sartre tem em relação a fundamentar a moral no ser o porquê da liberdade ser, para o autor, o único fundamento dos valores. Por isso, Sartre assume a liberdade como valor absoluto da essência humana; tematiza que a consciência de liberdade assume uma forma especial de percepção de si mesmo, a angústia⁴, e por ela estabelece a postura fundamental

⁴ O porquê do conceito de angústia ser sido empregado por Sartre e que ele tenha papel fundamental na construção da relação humana como consciência de si e do mundo não especifica que o termo

que o ser humano deve ter frente ao segundo modo de relação entre liberdade e moralidade, a do sujeito-objeto: “Quando o homem se deixa determinar pelo objeto, ou por uma objetividade que se pretende autônoma, assume o espírito de seriedade e atribui mais realidade ao mundo que a si mesmo” (BORNHEIM, 2007, p. 125).

2.6.2 O ser humano é projeto

Entramos em outra questão que se situa no centro do debate entre comprometimento e compromisso das condutas humanas. Pela realidade do Para-si (construção de si mesmo em meio às circunstâncias) Sartre pensa o ser humano como projeto que se realiza em cada ato que se efetiva por meio de sua livre escolha e ação. Na relação com esse projeto que se concretiza pela liberdade, Sartre compreende que a postura humana pode assumir, por essa mesma liberdade, um encaminhamento que desvirtua o sentido do compromisso moral. Falamos de desvio do sentido de compromisso, por que a postura humana pode forjar uma conduta que busque relativizar o sentido de sua liberdade, não assumindo toda a extensão e profundidade do seu ser. Esta tomada de posição, em relação ao sentido originário da liberdade é a tentativa de suprimir a autenticidade pela qual Sartre defende que o ser humano deve pautar o seu modo de ser. “Posso dispor de um poder nadificador no bojo da própria angústia. Este poder nadifica a angústia enquanto dela fujo e nadifica a si enquanto sou angústia para dela fugir” (SARTRE, 2003, p. 89). Não é a toa que a má-fé é uma postura que o ser humano pode assumir, segundo Sartre, a fim de mascarar a sua própria angústia.

O itinerário que é apresentado é o da construção do juízo moral que Sartre elabora a partir de uma imbricada ligação de conceitos e significações nos quais a questão da essência humana passa a ser pensada como liberdade, portanto, um valor em si mesma, constituindo-se pela intencionalidade da consciência como captação do ser do objeto e do seu próprio ser, no tempo, (relação fenômeno-objeto) como um sentido próprio de seu modo de ser livre.

angústia tenha, em si mesmo, tal significação, mas que Sartre o insere em sua filosofia a fim de expressar, pelo sentido da palavra, o estado, a conduta e o sentido nos quais o ser humano assume o compromisso de ser o legislador de todos os valores.

Falamos da má-fé como conduta humana que busca a fuga da liberdade por meio de uma postura que visa mascarar a densidade do Para-si em relação ao compromisso moral que devo assumir. Afirmamos que isto é o centro da conduta filosófica de Sartre em relação à moral; tal questão foi estruturada, pelo autor, a partir do modo de ser livre que cada ser humano protagoniza. Se a conduta humana pode estabelecer uma estratégia de fuga à realidade, buscando objetificar-se, tal como o Em-si é, afirmando “que sou minha essência à maneira de ser do Em-si” (SARTRE, 2003, p. 87). Tento então captar-me como um outro, um fora objetivo, determinado, como uma coisa. O autor reforça o sentido da liberdade como sendo esse sentido: o de definição da essência humana.

Percorrendo o sentido desse conceito, tal como Sartre teve que responder a essa questão da conduta humana que busca negligenciar sua própria liberdade, segundo o que o autor tematiza ser a essência humana, o que seria o espírito de seriedade que ele descreve pela análise da má-fé? O sentido com que Sartre pensa esse conceito é, como Gerd Bornheim (2007) apresentou, o conceito de determinação, ou seja, é tudo que “bloqueia a espontaneidade inventiva dos atos” (BORNHEIM, 2007, p. 125). Podemos definir que, a partir dessa estrutura de pensamento, não seria redundante voltar à discussão sobre uma natureza humana anterior à existência e condicionando-a ao seu modo de ser atemporal e acircunstancial. A partir dessa análise, busca-se o elo do sentido existencial da ação como elemento fundamental para o desenvolvimento da ideia de relação moral a partir de um compromisso alicerçado na liberdade, traduzido como renovação de mim mesmo.

Havendo uma natureza humana anterior à existência, no modo como Sartre concebe esse conceito, certamente nela estariam dadas todas as condições de regulação moral no trato com a liberdade. Como nos remetemos anteriormente à definição da consciência como intencional, então, por uma natureza humana, haveria no ser da consciência um conteúdo fixo, um EU estrutural em que todas as relações humanas dadas no campo da ação, do desejo, do conhecimento, fossem determinadas por um elo fundamental.

Como sabemos, a postura filosófica de Sartre é a de conceber um pensamento que rejeita qualquer tipo de determinação para o que se pode chamar

de realidade humana. Para o autor o que isso significa? Sartre parte do conceito de relação entre o ser humano e o mundo para designar que “a relação entre existência e essência não é igual no homem e nas coisas” (SARTRE, 2003, p. 68) de modo que, o ser do humano não sendo designado na mesma ordem do ser das coisas, qualquer tentativa de interpretar a realidade humana é propor uma filosofia que se isola no campo da ontologia para se dedicar a um campo único entre todas as coisas que há: a existência humana.

A existência humana não se reduz apenas à vida física de cada ser humano, ela se universaliza em toda construção de sentido humano a partir da ação de cada homem e cada mulher no mundo. A vida é mais do que simplesmente viver, ela é construção do sentido da existência nas quais as razões de viver se tornam as razões de ser. Sartre pensa a condição humana, como o fato de o ser humano impor sentido ao mundo, ele utiliza o exemplo do escritor que pensa a redação de um livro: como considerar esse fato pontual em relação à sua existência? Para Sartre, mais do que o conjunto das palavras utilizadas, está o sentido de existência e vida que as palavras empregadas naquele texto esboçam a ideia e o sentido em que a liberdade e a compreensão do ser (a existência) se relacionam *no escritor*. “Para que minha liberdade venha a se angustiar com este livro que escrevo, é preciso que ele apareça em sua relação comigo” (SARTRE, 2003, p. 81).

Nessa relação, Sartre afirma que há uma tripla descoberta: a primeira é a da essência do ser humano na relação com o ato fundador do sentido: “Fui um querer escrever o livro, pois o concebi, achei de interesse escrevê-lo e me tornei de tal modo que já não posso ser compreendido sem levar em conta de que este livro foi meu possível essencial” (SARTRE, 2003, p. 81). A outra é a que empreende o sentido do ato em relação à essência: descubro “o nada que separa minha liberdade dessa essência (‘fui querer escrever esse livro’, mas nada, sequer aquilo que fui, pode me obrigar a escrevê-lo)” (SARTRE, 2003, p. 81). A terceira é a que “descubro a possibilidade permanente de abandonar o livro como condição mesma da possibilidade de escrevê-lo e sentido da minha liberdade” (SARTRE, 2003, p. 81). Para Sartre, cada ato encerra o comprometimento da minha liberdade por que envolve a constituição da essência de ser no sentido de cada ação praticada. Então se dirá que Sartre encerra o ser humano na ação? Não, mas que ele se anuncia e

põe sua liberdade em questão a partir de cada ato praticado como construção consciente do sentido de ser.

Em cada ato, comprometo minha existência naquilo que objetifica o sentido de minha liberdade e nadifica o que eu sou no presente em vista do futuro. Assim se compreende por que, para Sartre, a liberdade é o fundamento dos valores. A liberdade é o fundamento de toda ação humana e nenhum ato é isento dessa liberdade que constrói o sentido da ação. “A cada instante somos lançados no mundo e ficamos comprometidos. Significa que agimos antes de designar nossos possíveis, e estes, que se revelam realizados ou em vias de se realizar, remetem a sentidos que, para serem postos em questão requerem atos especiais” (SARTRE, 2003, p. 82). Como a existência em si mesma está fundamentalmente ligada à consciência como a estrutura pelo qual o existir se radica no mundo, é preciso compreender o alcance dessa radicalização no modo como o autor a problematiza. Tudo o que toca o ser humano remete ao sentido da sua essência com liberdade por que remete à intencionalidade da consciência. Sartre rejeita toda e qualquer ideia de natureza humana. Isso porque ele é indiferente a toda e qualquer pretensa determinação que se faça a priori, ou seja, o ser humano não tem nada que o conduza e o determine diante da vida. Sua ação nada mais é do que fruto de suas escolhas.

2.7 A ideia de fenômeno

Avançamos e chegamos à análise da ação. Ela só pode ser definida por aquilo que realiza, como ato livre e consciente e o que realiza é dado como realidade efetivada num espaço: o mundo é o lugar de toda ação. Vamos apreender esse sentido pela ideia de fenômeno, pois, a ação, fazendo surgir a consciência de concretude do mundo, ilumina a ideia de fenômeno como contributo para o sentido e para o conceito de realidade. Na ideia que estabelecemos, temos por certo que é preciso que se encaminhe à ideia de fenômeno a fim de compreender o sentido em que a questão moral será trabalhada, tendo por plano de fundo o que já se discutiu como compromisso e comprometimento.

No ponto anterior, acerca da percepção originária de si, um dos elementos focados foi o mundo. Então, o que podemos definir do mundo é o sentido de sua existência como algo concreto para o ser humano. A ideia de atividade não nos deixa equívocos em relação a isto. O que define o ser humano como um ser no mundo é a concretude do mundo. Para compreender o mundo, Sartre se valeu do instrumental conceitual e metodológico da fenomenologia. Um dos conceitos fundamentais pelo qual vamos interpretar a filosofia moral de Sartre é o de fenômeno. Primeiro já vimos, através da interpretação de Gerd Bornheim (2007), como a filosofia de Sartre estabelece dois modos de relação no mundo: a que define pela subjetividade – a relação de si para consigo mesmo da consciência e a que se define pela objetividade – o ser humano e o mundo; passemos, pois, à análise específica de como a ideia de fenômeno estabelece o sentido do comprometimento da liberdade com os atos e os seus sentidos que definem a inseparabilidade da essência do ser humano na relação com o mundo.

A importância de abordar o modo como Sartre assume essa herança conceitual da fenomenologia é por que muito dos conceitos nos quais a fundamentação moral é alcançada na filosofia sartriana segue a mesma estrutura pela qual ele compreende o fenômeno. Quando não é pelo fenômeno propriamente dito, é pela construção de um sentido de tempo fenomênico, aquele que presentifica à consciência a aparição e o próprio ser desta aparição. Esta aparição se manifesta presentificando, também, a própria consciência em relação ao instante em que é intencionalidade, ou seja, captação do ser de algo e construção de um sentido. É o presente da intencionalidade e o presente do tempo histórico onde a essência humana será captada como sendo o *havendo sido*. Sartre afirma que uma das características humanas é sempre ser, temporalmente, consciência de sua essência: “O homem leva consigo, continuamente, uma compreensão pré-judicativa de sua essência, mas, por isso, acha-se separado dela por um nada. A essência é tudo o que a realidade humana apreende de si mesmo como *havendo sido*” (SARTRE, 2003, p. 79).

Já foi argumentado que pela ideia de fenômeno, Sartre introduz na obra *O Ser e o Nada* a reflexão sobre a realidade; se o sentido da existência, pondo em questão a liberdade, é o modo como a ação torna expresso o sentido de minha essência, então a realidade da existência é uma questão fenomênica, pois através

da análise do *fenômeno de ser* compreendo minha própria identidade. Toda realidade do mundo e de minha existência é fenômeno e remete à estrutura mesma da consciência: a intencionalidade revela a minha realidade ao mesmo tempo que a das coisas. Para se falar, como já foi dito, de uma realidade humana e que esta não se desgarra do mundo, é preciso compreender qual é a realidade do mundo: o mundo não é apenas um fenômeno, tudo o que nele existe são fenômenos que compõem o conceito mundo, portanto, para Sartre, toda realidade humana é percepção *imediata* da realidade do mundo como fenômeno.

Isso gera a necessidade do autor justificar a sua escolha de definir a realidade por este conceito, propondo a superação de toda forma de dualismo. Da mesma forma como Sartre define a unidade da consciência como intencionalidade, ele também aplica à fenomenologia para descrever a realidade do mundo e apontar para a sua unidade a partir da aparência de cada coisa, revelada como fenomênica e que constitui o ser de sua essência.

Já foi vista a importância do cogito para o desenvolvimento da filosofia de Sartre. A sua preocupação, ao abordar o fenômeno como um conceito em que se edifica a concepção de realidade é mostrar que a realidade se constitui numa unidade entre o que aparece e o ser mesmo da aparição. O que realmente caracteriza, segundo o autor, o ser do fenômeno é que “manifesta tanto sua essência quanto sua aparência e não passa de uma série bem interligada dessas manifestações” (SARTRE, 2003, p. 17). Pelo fenômeno, posso compreender o sentido de cada ato como concretude da ação; no caso da condição humana, a liberdade que é requerida em cada ato como o sentido próprio da essência humana envolvida pelas possibilidades que o mundo encerra é o que sustenta a ação.

Uma vez que a estrutura da consciência é a intencionalidade, a fenomenologia não poderia se constituir como uma ciência se não alcançasse o ser da manifestação, a aparição, se ela não encerrasse em si mesma também a sua essência. A consciência se volta para a unidade do fenômeno consigo mesmo, ou o que Sartre chama de objetividade. Esse conceito fundamentará o que ele chamará de ser Em si. Se a consciência se dirige a algo que não ela mesma, mas a uma realidade da qual capta a manifestação, esta deve ser objetiva: não deve depender da consciência senão para ser revelada por ela.

Dois elementos já se anunciam nessa ideia de fenômeno: o primeiro já anunciado é o da objetividade do ser do fenômeno dada no fundamento da realidade subjetiva do ser humano: “A realidade desta taça consiste em que ela está aí e não é o que eu sou” (SARTRE, 2003, p. 17). Não sendo eu a realidade da taça, devo perceber que a realidade que compõe a minha percepção pertence a outro modo de ser. O fenômeno se liga a intencionalidade da consciência, assim como a objetividade se liga à subjetividade como constituintes da atividade reflexiva. O segundo elemento que se sobressai à ideia de fenômeno é o de especificá-lo como um *modo distinto de ser* que compõe a percepção do mundo físico e do mundo “psíquico” ou transcendente, por que se remete direto à consciência.

Desse modo, se o objeto não tem por trás de si um ser que esteja nesse ‘reco’ como o seu fundamento, mas o conserva ele mesmo em cada uma de suas manifestações então, quando a consciência atinge a aparição, também alcança a sua essência. Sartre justifica o caráter unificador e intencional da consciência pela unidade do fenômeno: alcança-se o objeto como um todo e não apenas o seu aparecimento. A intencionalidade existe e subsiste por que alcança o absoluto de cada coisa; ela é a captação reveladora do ser de cada coisa que apreende.

A consciência não é apenas revelação da realidade física do mundo. Com esta temática, Sartre define o norte pela qual a questão da intencionalidade alcança o fundamento das relações de consciência segundo o que aqui se estabelece a partir dessa filosofia quando da reflexão acerca do pensamento moral e da consciência de liberdade. Definindo-se o agir moral pelos atos que o fundamentam, cada ato não encerra senão, em si mesmo, a unidade do próprio fenômeno que a ação revela. Cada ato, baseado nos seus motivos, não manifesta os motivos da ação como um ser que esteja por trás do ato, ao contrário, a estrutura mesma do motivo define que ato e motivo se constituem numa unidade.

O que permite à consciência, segundo Sartre, expulsar todo conteúdo de seu interior para encontrá-lo no mundo é que “a consciência e o mundo surgem simultaneamente: exterior por essência, o mundo é por essência relativo a ela” (SARTRE, 1968, p. 29) tal como afirmou Husserl a partir da ideia de intencionalidade. Toda consciência é consciência de algo, Sartre prioriza na conceituação da consciência o seu sentido de exterioridade. Portanto, compreende-

se que, para a articulação do sentido moral da liberdade, Sartre defenderá que os atos da consciência (pegar, cheirar, amar, odiar, querer, etc.) se encerram nos motivos (ao precisar tomar nota de algo, pego a caneta que está próxima e disponível a mim), tal como a ação igualmente se identifica aos seus motivos – “a ação é, por princípio, intencional” (SARTRE, 2003, p. 536), diferentemente da essência da coisa que se manifesta na sua aparição à consciência, pois é na sua aparição que se apresenta o seu próprio ser. Em termos de consciência: a essência da coisa é o seu conteúdo.

Por isso, a consciência será, para Sartre, esse esvaziamento de todo conteúdo a ponto de encontrar no mundo toda a realidade de cada fenômeno e poder, a partir deste esvaziar-se, construir o sentido de sua moral. “O primeiro passo de uma filosofia de ser, portanto, expulsar as coisas da consciência e restabelecer a verdadeira relação entre esta e o mundo, a saber, a consciência como consciência posicional do mundo” (SARTRE, 2003, p. 22). Torna-se inevitável, então, que Sartre tenha que construir uma base filosófica em que a intencionalidade voltada ao fenômeno assuma esse fenômeno como uma forma de ser e que ela também seja uma forma de ser naquilo que é a sua estrutura: a angústia como consciência de liberdade, por exemplo, é a base na qual a estrutura da consciência, como reflexiva, age entre as coisas do mundo pelas possibilidades que surgem a ela, insurgidos entre os atos realizados.

Nesse sentido, o mérito do autor na introdução da ideia de fenômeno é que definida a objetividade do fenômeno, a consciência surge como subjetividade “atraída” pelo ser que aparece, sendo ela mesma um ser que não aparece senão na forma de uma consciência de ser. “Toda consciência, mostrou Husserl, é consciência de alguma coisa. Significa que não há consciência sem esse posicionamento de um objeto transcendente” (SARTRE, 2003, p. 22). Essa consciência radica-se no mundo, deste modo, toda expressão humana de efetivação de sua realidade no mundo, é a realização de uma intencionalidade entre fenômenos.

A realidade humana vai ser trabalhada por Sartre no sentido dessa realização, ou pelo menos, como intenção de se realizar, senão corre-se o risco de conceber uma realidade humana afastada do mundo. A ela será dada um modo de

ser que irrompe no espaço do mundo de forma única: a intencionalidade é um ser em direção ao ser em si, isto é, um ser para o qual o fenômeno surge em sua série de aparições. Os modos de ser que Sartre tematiza em sua obra, são definidos, portanto, a partir da unidade do fenômeno e da transcendência da consciência.

2.7.1 A consciência como estrutura transcendente de si mesma.

Ao considerar a questão da intencionalidade que marca toda a atividade humana, Sartre percebe a necessidade de justificar fenomenologicamente que a intenção dos atos não depende unicamente dos atos em si mesmos, ou seja, porque não é somente o ato em si que se pode considerar como diretivo. Antes de tudo, é preciso ir ao sentido de cada ato, mas tendo como fundamento uma realidade em que esse sentido possa ser pensado como o ser do agir, do querer, do fazer e assim por diante, de acordo com a ideia de fenômeno. Com esse questionamento, Sartre esboça a introdução de O Ser e o Nada. Nessa introdução, o autor busca superar a questão dos diversos dualismos que conduzem a compreensão da realidade e estabelecer um único: o do ser do fenômeno e do fenômeno de ser. É desse modo, pela superação de todos os outros dualismos mantendo-se apenas o que se assenta pela ideia de fenômeno captado pela imediatez da relação do ser humano no mundo (escolha, medo, ação, fuga, engajamento), que segundo Sartre, pode-se chegar à questão ontológica do existente e suas manifestações. “A ontologia será a descrição do fenômeno de ser tal como ele se manifesta, quer dizer, sem intermediários” (SARTRE, 2003, p. 19). Considerando que o fenômeno é um todo organizado, o existente é fenômeno e pode ser apreendido como tal, pois se encerra em suas qualidades: o objeto pelo seu ser e seu sentido, a consciência pelo seu *não ser* em relação ao objeto, e por sua transcendência.

Cada ato compõe em si mesmo a sua intenção, mas ela não será alcançada senão quando for encontrada naquilo pelo qual todo sentido emerge como intencionalidade.

A tese de que cada ato encerra uma compreensão de intencionalidade leva-o a perceber que o ato moral não está encerrado na ação em si mesma, mas no fundamento que o sustenta como ato moral em si mesmo e de acordo com o

propósito que busca realizar. Analisar a ideia da intencionalidade e da transcendência da consciência se faz necessário para perceber como o fundamento moral e dos valores não encontra em si mesmo o sentido pelo qual irá se definir. Esse fundamento será, primeiramente, uma consciência moral e de valores em vista de algo que busca realizar, esse algo é um desejo de ser:

A liberdade identifica-se com a falta, pois é o modo de ser concreto da falta de ser. Ontologicamente, por conseguinte, tanto faz dizer que o valor e o possível existem como limites internos de uma falta de ser que só poderia existir enquanto falta de ser – ou que a liberdade, ao surgir determina seu possível e, com isso, circunscreve seu valor (SARTRE, 2003, p. 692).

Sartre justifica essa postura afirmando que estamos constantemente envolvidos por situações que exigem de nós a definição do sentido de nossa existência e que busquemos realizá-la por meio da liberdade. O que decorre do princípio a que nos referimos – que a situação em si mesma não tem fundamento algum – é por que ela se expressa como um conjunto de possibilidades entre tantas outras. A definição de sentido e, conseqüentemente, de valor, através da escolha de um possível, como sendo o meu possível imediato, que se torna a exigência de definição do sentido de nossa existência livre a partir desta ou daquela situação que um fundamento seja reclamado; esse fundamento:

não poderia ser de modo algum o ser, pois todo valor que fundamentasse sua natureza ideal sobre seu próprio ser deixaria por isso de ser valor e realizaria a heteronomia de minha vontade [...] o valor só pode revelar-se a uma liberdade ativa que o faz existir como valor simplesmente por reconhecê-lo como tal (SARTRE, 2003 p. 82).

Por essa análise, alcançamos a correlação entre estrutura da consciência e a estrutura da liberdade como compromisso moral. Pela afirmação que a situação não tem um fundamento em si mesma, mas só em relação ao sentido de ser, Sartre relaciona que isso se define não apenas no campo da ação, mas para o campo axiológico também. “O valor extrai seu ser de sua exigência, não sua exigência de seu ser” (SARTRE, 2003, p. 82). Sartre assume isso pelo prisma da individualidade.

Os valores dependem de mim e não estão em mim como um conteúdo, mas como uma postura diante desta ou daquela exigência. Sartre recorre à descrição

fenomenológica da consciência para apresentar o fundamento moral. A consciência é sempre consciência de alguma coisa e, nesse sentido, entendo um duplo movimento reflexivo: como consciência de algo que não eu mesmo – a consciência é transcendência e intuição reveladora, “significa que não existe ser para a consciência fora dessa necessidade de ser intuição realizadora de alguma coisa” (SARTRE, 2003, p. 34); e a consciência também é consciência de mim mesmo enquanto experiência existencial. Sartre analisa a estrutura da consciência como transcendente e afirma que tal estrutura não elimina a subjetividade. Segundo o autor, “o que podemos chamar de subjetividade absoluta é a consciência (de) consciência” (SARTRE, 2003, p. 34). A transcendência, para Sartre, não remete à revelação de uma realidade absoluta fora da realidade humana e que a fundamente. Não há espaços fora do contexto humano que possam ser considerados fundamentais ao próprio humano.

O modo como Sartre descreve que a condição humana não encontra o sentido de sua liberdade senão na própria estrutura da consciência e como isto se liga à subjetividade absoluta como consciência de si, sugere que todo traço fundamentalmente humano se caracteriza por uma consciência que é revelação de sua essência mesma e do sentido de existir: encontrar o sentido, o porquê da realidade humana será um dos pontos que o autor irá se debruçar a fim de estabelecer os marcos que aqui serão destacados em vista do problema moral. Sartre está preocupado em fundamentar a consciência moral a partir da adoção de valores sem que se entenda por esta adoção o inclinar-se a conteúdos morais, tomados como válidos e dados ao ser humano antes de sua existência como um princípio de determinação da ação humana. “Nada justifica minha adoção dessa ou daquela escala de valores. Enquanto ser pelo qual os valores existem, sou injustificável” (SARTRE, 2003, p. 83).

Para Sartre, cada conceito de atitude moral encerra uma forma própria de ser esta consciência, ao mesmo tempo que cada forma de ser seu fundamento moral constitui nada mais do que a própria consciência de si como essa subjetividade absoluta. Um problema que poderia ser lançado à filosofia de Sartre é que ele nega a existência de uma natureza humana pela estrutura da consciência e ao mesmo tempo parece reafirmá-la por meio dessa mesma estrutura de consciência: a intencionalidade da consciência poderia ser vista como a natureza do

ser humano, uma vez que ela encerra todos os sentidos de sua transcendência. Vale ressaltar que essa intencionalidade, ao contrário de uma natureza humana dada – que é a que aparece no sentido da crítica de Sartre – uma natureza humana que se constrói na relação da liberdade não é a priori; ela se define continuamente como reflexão da percepção originária de si e constrói sua essência como *modo de ser*. Se essa ideia de natureza ou essência humana encerra todos os sentidos numa única expressão, é por que continuamente se envolve com todas as perspectivas humanas.

Sendo assim, é necessário rever o conceito de transcendência. Por transcendência, Sartre define toda uma perspectiva de fundamentar a realidade humana no concreto. Isso nos ajudará a entender de que modo a subjetividade é compreendida e em que medida é por ela que se constrói a relação moral aqui abordada no pensamento de Sartre. Ora, já que a transcendência não elimina o imanente, mas o capta e não se separa do subjetivo, mas o caracteriza, desse modo, a filosofia de Sartre elabora uma compreensão do universal no concreto; tudo que é fenômeno é universal e ao mesmo tempo concreto por que é captado pela consciência. Não há universalidade, nem totalidade que seja formada fora da estrutura transcendente da consciência. O outro aparece inserido e determinado nessa relação de estrutura transcendente da consciência.

Enquanto aparição, o fenômeno é em si mesmo, captado pela consciência é uma singularidade objetiva dada à reflexão. Fora dessa relação não há o que possa ser dito, por que não há apreensão de sentido. Entenda-se daí, também, a captação da consciência de liberdade como angústia e de moralidade como responsabilidade. Não há para a transcendência um universal abstrato por que, desse modo, teríamos que dizer que o ser da aparição não é o mesmo do fenômeno, é outro que não o da aparência. A consciência, em sua transcendência, é ao sentido e não a outro ser que se dirige e que revela na estrutura de uma revelação revelada. “O sentido do ser do existente, na medida em que se revela à consciência, é o fenômeno de ser” (SARTRE, 2003, p. 36). O conjunto da relação transcendência-imanência quer assentar a realidade no aqui, no dado captado e revelado.

É nesse terreno que Sartre lança a sua filosofia assumindo todos os riscos de se prender ao subjetivismo, tornando a condição humana uma questão do pensamento; aterrada na consciência, a filosofia de Sartre pode desconsiderar, ainda que momentaneamente, a facticidade para definir a situação ontológica do ser humano. A aparição do Para-si como expressão da consciência é o que faz com que o Em-si revele-se como existente; não é fora do Em-si que a ontologia existencialista recolhe a sua intuição original. Ao contrário, pela transcendência se define que a “realidade humana” é uma condição, uma postura diante do ser dada nessa relação entre imanentes; essa relação é histórica, por que emerge das circunstâncias.

Para compreender essa relação, entendamos o sentido de afirmar que a consciência também é histórica. O ponto de partida que se assume é afirmar que a consciência é histórica, e nela, o sentido da liberdade e da moralidade também o é. “A moralidade deve ser histórica, quer dizer, trazer o universal na história e o assumir na história” (SARTRE, 1983, p. 14) tal qual a consciência empreende com o fenômeno. Como transcendência, a consciência busca a captação do imanente; a moral recolhe o seu sentido desse imanente como um universal-aqui: “A moral é um empreendimento individual, subjetivo e histórico” (SARTRE, 1983, p. 14). A humanidade que me toca é esse conjunto de pessoas aqui, com seus problemas, projetos e ações, é esta sociedade-aqui.

Podemos brevemente falar da questão da convivência a partir da postura filosófica de Sartre. Se uma das teses que conduz a nossa pesquisa é a da liberdade que sustenta uma conduta moral, essa moral sofrerá os impactos de sua efetivação e legitimação no coletivo, ou seja, no contato com outros seres humanos. Segundo o autor, todo coletivo que aparece a mim no vértice de meu empreendimento estabelece, dessa maneira, o impulso à concretização da minha moral e, por isso, o porquê de minha angústia: tendo sempre que escolher e cercado pelas circunstâncias que o toca, o ser humano é o único legislador de seu sentido e de sua concretização. Minhas escolhas encerram não somente a minha decisão, mas se lançam às decisões dos outros como um sentido concretizado e atribuído às ações que realizo, tal como Sartre defendeu no Existencialismo é um humanismo:

Se sou operário e se prefiro aderir a um sindicato cristão a ser comunista, se por esta adesão quero eu indicar que a resignação é no fundo a solução que convém ao homem, que o reino do homem

não é na terra, não abranjo somente o meu caso: pretendo ser o representante de todos, e por conseguinte a minha decisão ligou a si a humanidade inteira (SARTRE, 2004, p. 204).

É muito claro o sentido de ação interessada na filosofia de Sartre. É óbvio que toda ação se encerra em interesses, contudo, esse fundamento será o norte pelo qual a moral sartriana também estará assentada. Segundo a citação apresentada, é possível perceber a postura moral do ser humano, segundo o pensamento de Sartre, como de uma moral de sentido universal dada na relação mais imediata: por meio das escolhas o ser humano se torna o legislador de todo comportamento. Cada ser humano deseja, por suas escolhas, estabelecer um padrão no qual sua moral seja reconhecida e possivelmente adotada. “Não há dos nossos atos um sequer que ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo a imagem do homem como julgamos que deve ser” (SARTRE, 2004, p. 204). Se a ação se encerra na vontade de ser um ponto de referência, pois cada ação se fundamenta em seus motivos, Sartre afirma que a ação tem, no sentido universal da convivência humana, um interesse de efetivar a postura moral universal do ser humano a partir do interesse de tornar minha postura um referencial para os outros.

2.7.2 A subjetividade

No aspecto do que foi dito anteriormente: a intencionalidade é o sentido do fenômeno de ser da consciência, é necessário investigar a ideia que Sartre esboça sobre a subjetividade de modo a perceber o sentido com o qual ela irá ‘preencher’ a relação transcendente dada pela consciência, como uma construção de sentido de ser diante do mundo. A subjetividade sartriana é mais do que um ponto de reflexão acerca da identidade ou uma questão estritamente epistemológica, ela é uma postura fundamentada pela consciência de si: “a consciência é um ser para o qual, em seu próprio ser, está em questão o seu ser enquanto este ser implica outro ser que não é si mesmo” (SARTRE, 2003, p. 35). Como a intencionalidade é uma espontaneidade diante do mundo, mas a ação, como foi mostrado anteriormente, encerra num interesse particular de cada ser humano em legar a sua

referencialidade moral a toda humanidade, a subjetividade é o que permite que o indivíduo apareça, na filosofia de Sartre, nessa relação entre a espontaneidade e a ação. A transcendência da consciência constitui uma subjetividade absoluta, tudo está para ela como revelada e fora dela, nada. A condição humana é ser consciência de; é ser uma subjetividade absoluta: tese que gerou inúmeras controvérsias à filosofia de Sartre. Esse é o ponto que agora será analisado: a subjetividade.

A subjetividade é fundada na consciência. Sartre concentra e faz depender da consciência toda a realidade humana como condição. A leitura atenta de *O Existencialismo é um Humanismo* indica-nos tal perspectiva: a moral, as escolhas, o projeto fundamental, a condição humana, tudo o que se diz do ser humano se constitui como subjetividade absoluta e ela “só pode se constituir frente a algo revelado” (SARTRE, 2003, p. 34). Este é o sentido da assunção da História pela consciência de si.

Yvan Salzmänn (2010) ao escrever o livro *Sartre et l'authenticité: vers une éthique de La bienveillance réciproque*⁵ busca esclarecer o sentido com que Sartre estabelece que os seres humanos determinam, por sua ação, laços que fundamentam uma responsabilidade entre todos e para com todos e esta consciência de responsabilidade é que conduz a uma ética da boa convivência. O ponto de partida de Salzmänn (2010) é que desde os primeiros escritos, Sartre considera a condição humana como uma existência consciente de sua própria existência; “Sartre considera que o homem é existente consciente: ele é consciente do mundo e de si mesmo” (SALZMANN, 2010, p. 19). Ele reforça que o sentido com que Sartre conduz essa reflexão expressa a influência da fenomenologia de Husserl no seu pensamento; Sartre explorou o sentido da intencionalidade para defender a ideia de que o ser humano é esse ser consciente de toda ação que pratica, de todo sentido que estrutura sua ação e, principalmente, de que todo elo que estabelece a ação em relação com tudo o que há em proximidade do ser humano.

Sob o aspecto dessa consciência, o autor diz que “duas fórmulas gerais são frequentemente usadas como termos gerais para definir o pensamento de Sartre: a existência precede a essência e o homem está condenado a ser livre” (SALZMANN,

⁵ Numa livre tradução: Sartre e a autenticidade: rumo a uma ética da boa vontade recíproca.

2010, p. 44). Estas duas fórmulas esboçam o eixo conceitual no qual se pode compreender o compromisso universal de uma ética da boa vontade mútua. A contribuição que aqui assumimos dessa perspectiva é que ambas definem a subjetividade requerida ao ser humano no pensamento de Sartre por que este ser humano, que assim é definido, é uma rechaça viva a toda determinação, é uma existência livre que se assume sem precedentes, sem buscar fora de si outro fundamento que não o seu próprio não-ser, sua liberdade. Seu compromisso não é com uma realidade distante de si, mas com a realidade que o toca, tanto na forma história (dos fatos transcorridos) como da convivência entre nós.

O pensamento de Sartre abre caminhos para compreender a intencionalidade husserliana por uma via existencial cujo foco seja a relação humana no mundo e entre os demais seres humanos, tal como o autor buscou demonstrar: A intencionalidade “se apresenta sob uma perspectiva existencial e bem à maneira de Sartre do princípio da intencionalidade husserliana” (SALZMANN, 2010, p. 19). A leitura da obra de Sartre, pela contribuição que aqui destacamos do texto de Yvan Salzmänn (2010), tem como ponto central a condição humana como consciência de sua existência no mundo. Vale acrescentar que essa consciência, acontecida de maneira imediata, pode irromper de qualquer maneira, é um fato abrupto da própria existência: ela acontece e não se justifica em antecedentes; seu próprio acontecer é sua justificativa. O momento da percepção originária de si tem na consciência a sua constituição.

Desse momento, Nélcio Vieira de Melo afirma ser uma experiência existencial de ser consciência: “esse captar-se a si mesmo como experiência fundacional da consciência de si é a primeira descoberta de ser homem no mundo. É o primeiro impulso, a primeira experiência humana” (MELO, 2003, p. 17). Como experiência de existir, o indivíduo primeiro se descobre, depois reflete sobre sua própria percepção. “O homem primeiro existe, se descobre, surge no mundo e que só depois se define” (SARTRE, 2004, p. 202). O conhecimento não é primeiro, é posterior a esta experiência: ele se define existente primeiro para definir sua existência depois. Como a consciência necessita de algo que a “atraia”, a existência é a consciência primeira de se constituir nessa atuação, sendo, ao mesmo tempo, reveladora desse algo que a atrai e tendo-o como já existente quando o revela.

Já destacamos a questão do ateísmo em Sartre. MELO (2003), cuja pesquisa foi a relação entre os seres humanos pela via do compromisso moral, focando a escolha de si como a escolha de toda a humanidade, chama atenção primeiramente para a percepção de que a experiência de si como existência não comporta outra realidade que não a da condição humana em si mesma: “Nela o indivíduo se descobre só, abandonado, jogado no mundo, entregue ao próprio fazer-se” (MELO, 2003, p. 16). A percepção de si é um isolamento profundo e um distanciamento infinito a toda outra realidade que não seja puramente humana, de tal modo que a percepção de si é a construção de todo sentido pelo qual o ser humano pode ser compreendido em seu ser. Essa plenitude de construção de sentido é dada na impossibilidade, para o ser humano, de superar a sua subjetividade em vista de uma objetividade dada por uma natureza determinada e, assim, querer atingir o mundo sem que a consciência e a existência estejam implicadas aí.

Essa via de compreensão da condição existencial do ser humano leva, como na maioria dos leitores de Sartre, à questão de Deus, tema este claramente presente em *O existencialismo é um Humanismo* (2004). Nessa obra, Sartre conduz o seu ouvinte e leitor a perceber o que é o ateísmo em sua obra, em termos gerais, não é uma doutrina da negação de Deus como uma prova de sua inexistência, mas é a descoberta de si como solidão, abandono, indeterminação e subjetividade absoluta. Sendo que “a existência é a verdade na qual se funda a sua consciência” (MELO, 2003, p. 15) e dela não pode, ainda que queira, se eximir para aceitar Deus como a sua realidade, Sartre conduz-nos a pensar que a consciência é por si mesma ateia. Isso muda radicalmente a fundamentação corriqueira sobre a origem e o fundamento dos valores.

Para analisar a moralidade como característica da ação humana assentada num juízo de valor faz-se, então, necessário compreender que a ideia de moral não recolhe mais o seu fundamento do objeto (apenas o sentido), mas da própria ação e que “os valores revelam a liberdade ao mesmo tempo que eles se alienam” (SARTRE, 1983, p. 16) pois dependem diretamente dela e fora da ação livre não se constituem senão como puras objetividades dadas e não realizadas. A subjetividade constitui-se pela ação e a transcende a fim de definir o seu sentido como autenticidade, ou, se quisermos melhor definir, como verdade. “Se há um modo de ser comum que é a inautenticidade [...] a autenticidade retorna ao individualismo”

(SARTRE, 1990, p. 13), retoma a subjetividade como consciência da verdade de sua existência, o ser humano *faz-se* para não se deixar *ser feito* por outros, assume o seu sentido de ser e “não se historializa para a História” (SARTRE, 1990, p. 14). Desse modo, não se assume a intencionalidade para defini-la apenas pelo ser do fenômeno, mas também pelo seu sentido.

A transcendência é o sentido da consciência ao objeto, a moralidade não é o sentido da consciência à ação, mas *ao sentido* da ação enquanto empreendimento que busca a verdade (o resignar-se e não agir frente à necessidade também é uma ação) que se expressa em consonância com a consciência como subjetividade absoluta. Ainda não falamos da liberdade de maneira mais pontual e ao mesmo tempo não deixamos de entrever que ela é assumida, por Sartre, como sendo constituída no movimento transcendente da consciência, ela é negação.

Já identificamos como Sartre compreende a consciência e a subjetividade humana. Mesmo que a consciência não seja habitada por um eu, ela possui uma estrutura que será a base para a concepção e fundamentação da moral. Quando analisamos a subjetividade, no modo como Sartre a aborda, a questão da consciência de si, tal consciência é a expressão imediata e não vertiginosa da sua intencionalidade; por intencional ficou claro o seu sentido de um livre direcionamento ao mundo, captando-o em sua essência como fenômeno. Isso nos deixa a margem para pensar a questão da espontaneidade da consciência na relação com o fundamento moral.

Abordemos, pois, a espontaneidade da consciência. É por que a consciência se relaciona de maneira direta com todas as coisas que há, que ela não se determina pela coisa que visa. Pensemos esse ato direcional e espontâneo como sendo ato mesmo de se dirigir ao fenômeno: a cada instante a consciência é “chamada”, é atraída por alguma coisa ou por uma coisa repetidas vezes, mas tendo sobre essa coisa outra perspectiva ou mantendo a que já tem. A consciência é esse movimento de sempre estar assumindo algo como o seu foco na intenção, ou mais diretamente, a consciência é sempre renovação da perspectiva no qual o fenômeno é compreendido.

2.7.3 A responsabilidade no plano da moral e da liberdade

Dando um tom muito afirmativo ao acaso, à possibilidade, à contingência, o traço de constituição da moral, segundo a filosofia de Sartre está sempre envolto pelas circunstâncias e a elas responderá imediata e espontaneamente. O autor conceitua essa resposta por responsabilidade. A responsabilidade, na construção filosófica de Sartre, não é apenas um momento ou uma expressão de pensamento que conduz a ação; ela é o comprometimento mesmo da ação no ser que a sustenta. Nesse caso, Sartre atrela o sentido da responsabilidade ao sentido de ser do humano como conduta no qual está em questão a sua liberdade dada no seio de uma ação. Assim, como a temática do comprometimento e do compromisso aparece em vários momentos da obra *O ser e o Nada*, cada uma das intervenções em que esses conceitos surgem, definem o sentido no qual as condutas humanas encerram o sentido de seu ser livre. Assim, a responsabilidade é o alcance desse sentido no campo prático, isto é, da ação.

Para responder à pergunta problema que levantamos em nossa pesquisa, investigando e problematizando se a liberdade deve ser considerada em si mesma como um valor ou essa consideração deve ser efetivada a partir dos valores que estabelecem minha conduta moral, é fundamental compreender que o sentido do conceito de responsabilidade, segundo Sartre, não se estabelece simplesmente como o ato de reconhecer ações realizadas. Nesse reconhecimento é preciso determinar a autoria da ação. No sentido da descrição fenomenológica, o reconhecimento da ação implica um compromisso ao qual sou lançado em relação a todo ser humano. Dizer-me responsável por esta ou aquela determinada ação não quer dizer que minha responsabilidade esteja restrita somente ao fato realizado. Ao contrário, por um fato determinado me torno responsável por mim mesmo e por todo ser humano a quem minha ação se dirige.

Desde então, Sartre começa a indiciar de que modo se pode compreender a conduta humana que assume sua condição humana pela liberdade e nela estabelece o sentido moral de suas escolhas, isso como base para fundamentar a preocupação e a centralidade da filosofia existencialista, tal como expressa, defendendo que “o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr o homem no

domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade de sua existência” (SARTRE, 2004, p. 203). As ações apenas indicam que o sentido da responsabilidade é o compromisso ao qual me lanço acerca do ser humano; do fato de que sou humano, somos homens e mulheres. Por tal reconhecimento, estabeleço o meu comprometimento com toda a humanidade e comigo mesmo; mas esse reconhecimento não é uma relação de identificação com um eu ideal e sim de “apresentação” da construção de minha própria imagem, de minha identidade.

A partir da espontaneidade da consciência, nossa reflexão se encaminhou até o sentido da ligação com o mundo através da ação e como esta é fundamentada, na filosofia de Sartre, como a expressão do sentido autêntico de nossa conduta humana alicerçada no compromisso moral que encerramos por nosso ser livre. Podemos agora analisar, ainda que brevemente, o sentido dessa construção a partir do que já foi discutido por realidade. O ser humano, pela estrutura mesma da consciência, é sua própria intencionalidade em captar o ser do fenômeno, ou seja, a realidade. Então, se o ser humano não é determinado a priori por nenhuma realidade, mas apenas por sua existência, torna-se a causa pela qual a sua essência pode ser constituída e que a responsabilidade não é, de modo algum, apenas o fato pontual de assumir a ação feita, mas o humano ‘em relação’ que eu sou.

Num primeiro momento pode acontecer aqui certa confusão entre o sentido da existência humana como constituição de sua essência e essa relação que protagonizo em vista do ser ‘em situação’ que eu sou; mas essa confusão logo se dissipa, pois, como já foi afirmado, o compromisso de constituir minha essência extrai o seu sentido do comprometimento que se anuncia pela intencionalidade da consciência. “A cada instante somos lançados no mundo e ficamos comprometidos” (SARTRE, 2003, p. 82). Assim, a situação que me compromete não objetifica meu sentido de ser, ao contrário, o esclarece em relação a esse compromisso, aqui estudado como fundamento da conduta moral.

A fim de justificar que a ideia de natureza humana é determinação, Sartre claramente indica que a ideia de Deus remete à divindade a autoria desta natureza. Se Deus existisse, ele criaria semelhante ao processo de produção industrial. O filósofo afirma que Deus cria a natureza humana segundo um fim claro, um objetivo preciso. A natureza é um produto de uma mente superior. Negando-se a existência

de Deus, nega-se a natureza humana e o ser humano pode, segundo Sartre, estabelecer por ele mesmo os critérios de sua moral.

O que pode ser assumido, de fato, pela moral? A liberdade e, conseqüentemente, o ser livre do ser humano. Vale aqui destacar o comentário de Salzmann (2010, pp 42-43) acerca desse compromisso que está radicado ontologicamente no ser humano e na sua consciência de responsabilidade:

O homem não é determinado por que ele não é de natureza; ele não é a criatura de um Deus, mas bem antes ele é o criador de todos os valores... No entanto, se o homem não é uma natureza, uma essência que o define a priori, nos havemos, então, de entrever que ele existe sempre em uma certa situação histórica e geográfica particular que deve ser assumida.

A grande questão que daí insurge é que negando todo transcendental está ao mesmo tempo negando toda e qualquer verticalização do sentido de ser da conduta humana rumo a um mundo sobrenatural, nega-se então, toda transcendência em vista de um absoluto que não seja o humano... pois, visto que a primeira preocupação do existencialismo é justamente o ser humano e sua conduta. Isso pelo fato de que, partindo do sentido existencial da subjetividade, alcança-se o sentido da moral fundamentada na liberdade. Esse sentido foi alicerçado a partir da negação de uma natureza humana; reforçemos essa ideia a partir do conceito de negação de todo transcendente que não encontre o ser humano como absoluto.

A ideia é a seguinte: Negando-se a natureza humana, nega-se também Deus. Sartre articula assim o seu pensamento: admitir a existência de uma natureza humana é, por seu próprio princípio, obscurecer o sentido da condição humana a partir do sombreamento do sentido de fenômeno. Ele justifica esse seu posicionamento teórico afirmando que pela ideia do criacionismo, se supõe que Deus tenha dado o ser ao mundo, de modo que esse ser “parecia sempre afetado por certa passividade” (SARTRE, 2003, p. 37). Já foi visto que o ser pelo qual não se pode admitir algum tipo de conduta não é o mesmo ser que repousa em intencionalidade. Desse modo, o ser da passividade, segundo o criacionismo seria igual ao ser do qual a intencionalidade se dirige; assim, a condição humana seria permanentemente colocada fora da ideia de subjetividade.

Se o que é privilegiado é o ser humano em sua condição ontológica, as reflexões até aqui expostas conduzem a leitura ao sentido da transcendência dos atos humanos, o que encerraria o sentido universal do compromisso moral que cada um articula em vista de sua liberdade e da liberdade dos outros. Em *O Ser e o Nada* (2003) o que nos vem primeiro é a realidade da consciência como transcendência que não nega a imanência. É só em *O Existencialismo é um Humanismo* (2004) que Sartre aborda diretamente no modo como esta conceituação constrói a noção de comprometimento com a realidade na qual nos situamos.

Sartre nos chamou a atenção para o fato de que o fundamento que quis empregar aos conceitos com os quais desenvolve as suas teses, reverberam no contexto histórico e que este precisa ser pensado e assumido em estrita ligação com a intencionalidade da consciência. O mundo não é apenas uma ideia ou um lugar comum onde todos nós vivemos, ele é específico, pontual. Sua realidade é descortinada a mim, a cada ser humano que existe. O que precisa ser assumido é o modo como penetro o mundo onde sou e nele me constituo como tal.

Nesse ponto, cabe então um questionamento à filosofia de Sartre no sentido de saber se as determinações históricas, culturais, entre tantas outras impossibilitam ao ser humano assumir as situações nas quais ele se compromete, ou seja, de assumir autenticamente o seu compromisso moral ou se este seria apenas uma virtualidade da sua liberdade? Sartre defende que não há determinação que invalide o compromisso que o ser humano deve ter com sua própria liberdade. Esse tema foi destacado na edição francesa de *O Existencialismo é um Humanismo* por Arlette Elkaim Sartre. A autora destaca que um dos eixos norteadores desta palestra que Sartre proferiu para, entre outros convidados, alguns intelectuais do Partido Comunista era “voltar aos termos, aos pontos fundamentais de sua pesquisa filosófica a fim de convencer os marxistas do P.C. que ele não contradiz a concepção marxista de determinação do homem pela economia” (SARTRE, 1996, pp.13-14). Sartre fundamenta a crítica marxista agora sobre o prisma da liberdade humana.

A estrutura de argumentação de *O Existencialismo é um Humanismo* tende a conduzir o seu leitor à reflexão de sua universalidade fora de uma natureza humana a priori. Nele, o autor sempre se refere à essência do ser humano com liberdade e a

partir disso constrói todo o argumento de relação com a moral e a responsabilidade. Por isso, nesta palestra já se pode entrever a preocupação de Sartre com a História como modo de tornar o ser humano consciente de sua condição existencial livre e comprometida, pela ação, a fundamentar os valores morais que assume como os seus valores.

Sartre busca mostrar que toda determinação que toca, ou seja, que se impõe ao ser humano é produzida pelo próprio humano; são os seres humanos que podem estabelecer as causas pelas quais outros serão cercados pelas determinações. Ainda que o ser humano produza para si e para os demais itinerários de determinação, a essência do ser humano não é tocada por ela: a estrutura da consciência é transcendente justamente por que não é determinada. Toda alienação só se concretiza como tal quando isto implica em tentativa bem sucedida de negar à consciência a sua própria estrutura. O conceito de má-fé ilustra bem o que se quer expressar por essa tentativa de negar a intencionalidade da consciência.

Em *Verdade e Existência* (1990), esse problema será assumido por Sartre pela análise da questão da autenticidade e como esta é em estreita ligação com a história. Não vamos entrar, por enquanto, na questão da autenticidade. Ela será retomada mais adiante na análise sobre a construção conceitual que norteia a concepção moral sartriana.

Retornemos ao comentário de Salzmann (2010) naquilo que ele destaca da condição humana segundo a filosofia de Sartre. Se o ser humano não é um ser de natureza, mas um ser natural que vive e se relaciona com o mundo pelas circunstâncias históricas e geográficas nas quais vive, a sua essência não é determinada, ele é um ser livre. Parece-nos bem claro que o sentido pelo qual o conceito de natureza humana é interpretado corresponde à afirmação de que natureza humana é, em sentido ontológico, uma essência que existe e subsiste por si mesma e é anterior à existência do ser humano. Para que possa ser a natureza do ser humano, segundo o que Salzmann (2010) quis apresentar, é necessário que ela seja anterior a todo ser humano e possa se colocar acima de toda vicissitude histórica e ainda mais, conduza toda a história ao seu fim último. Cada ser humano, assim, será uma expressão particular dessa natureza que designa a todos sob o mesmo destino. O que o autor destaca é que o ser humano é um ser natural, o que

em linhas gerais quer dizer que a condição de vida e de consciência de cada ser humano depende de si mesmo e dos outros. Nessa perspectiva, Salzmann (2010) encaminha a sua afirmação para o ponto que fundamenta a relação moral na filosofia de Sartre: o ser humano é a fonte de todos os valores.

Possuindo uma natureza que seja, esta já estabeleceria o fundamento da moral como registro de sua dignidade da qual todo ser humano é participante. A natureza humana possuiria sua moral tanto quanto os motivos do ser de sua ação. Negando a ideia de uma natureza humana, Sartre passa a dar ênfase à história como sendo, ela mesma, o apelo à constituição da moral. O ser humano é envolto no que faz e a partir dos fatos, dando-lhes as respostas que são solicitadas a cada momento, por cada situação particular vivenciada. Ele teria que se definir segundo suas perspectivas de vida. Por que o apelo à História? Esta é uma questão que Sartre procurou responder nos textos que se seguem à publicação de *O Ser e o Nada*.

De uma maneira geral, Sartre afirma que a história é o meio pelo qual a condição humana pode ser compreendida universalmente sem que por isso tenhamos que recorrer à ideia de uma natureza a priori da existência, ou seja, de um ato criador, e portanto, fundador da condição e no qual toda a sua ação se converta em expectativa de realização dessa natureza como sentido último do ser humano. As ações protagonizadas ao longo do tempo histórico da humanidade dão sinais de como os seres humanos fundamentaram a sua prática e, por meio dela, expressam o sentido de uma conceituação moral construída pelas exigências do tempo e em meio às circunstâncias históricas. Todos os seres humanos são seres históricos, daí a sua universalidade, por conviverem e agirem simultaneamente entre si, nenhum ser humano escapa à ação como traço fundamental de sua existência. Essa estrutura de conceituação se torna essencial para que se compreenda o sentido de compromisso moral na filosofia de Sartre. A expressão do sentido da construção moral é, segundo Sartre, por definição, individual, embora modifique a relação com outrem. “Ora para que exista uma moral é preciso que a coletividade humana a reconheça como sua” (SARTRE, 1990, p. 15). O autor, sempre que necessário, reforça essa sua tese, voltando-se ao Para-si a fim de firmar o sentido e que pensa a liberdade humana e seu projeto moral.

O modo como Sartre organiza e tematiza as teses de *O Ser e o Nada* na palestra *O Existencialismo é um Humanismo* possibilita-nos compreender que já nessa conferência ele passa a se preocupar em atrelar o sentido da relação entre o ser-livre e a construção de uma moral. O tom da palestra não é marcado pelo rigor das descrições fenomenológicas que abundam na obra de 1943; o esquema é mais flexível, mas não menos rigoroso. Sartre não altera os conceitos, mas os retoma de maneira mais direta. A fim de fundamentar o compromisso moral no qual cada ser humano está implicado, Sartre não recorre à estrutura da consciência, como faz na obra mestra, mas desdobra a sua interpretação a partir do conceito de natureza humana.

Uma vez que visa desprender o ser humano de uma dependência em relação a uma natureza ou a uma relação com um conteúdo de consciência, um eu transcendental, um ego que estructure todas as relações e todos os sentidos do agir humano, Sartre rompe com toda visão determinista que possa ser atrelada ao sentido das condutas humanas. O que vale para cada ato é a espontaneidade que o caracteriza a partir das escolhas. O ser humano é sem tutela, órfão, entregue a si mesmo. Sartre explora a construção de uma moral a partir da liberdade e da intencionalidade da consciência; isto em dois momentos argumentativamente distintos e que em *O Ser e o Nada* estão dispostos na obra em dois pontos que, pela forma como Sartre aborda, são os dois polos da sua discussão moral.

O primeiro momento está ligado à descrição fenomenológica da condição humana sobre o fundo de liberdade onde o nada se origina e permanece em estreita ligação com esta coincidência de liberdade. A angústia é o modo originário e especial pelo qual Sartre descreve a consciência de liberdade e a relação com os valores e, por ela, alcança-se o estatuto moral da realidade humana em sua estrita ligação com a liberdade: o compromisso de renovação do Eu que sou frente aos meus motivos é o que estabelece a moral no seio da descrição fenomenológica do ser do humano. O ser humano inscrito pela liberdade.

O outro momento ou polo é aquele que surge a partir do plano da ação. Não há separação entre um e outro, a ação não se separa da consciência de ação. Buscando compreender o sentido fenomenológico da responsabilidade naquilo que Sartre afirma que “a realidade humana não pode se desgarrar do mundo” (SARTRE,

2003, p. 68), o sentido de responsabilidade como comprometimento de toda a humanidade por meus atos requer que a ação seja assumida como o mais autêntico ato de minha expressão do ser-livre que sou.

Se, no assim designado primeiro momento, o recorrente tema do compromisso ao qual sou insistentemente lançado, traduz-se na renovação do Eu que eu sou. Na análise da responsabilidade, o Eu que constituo à minha consciência é dado ao outro, no mundo, como imagem de mim mesmo e “tudo quanto ela (a consciência) me representa é meu, nesse sentido de que me apresenta e me simboliza” (SARTRE, 2003, p. 678). O eu ou a imagem de mim tornam-se os dois instantes pelos quais posso compreender o tratamento conceitual que Sartre deu à questão moral depois de tê-la separado de qualquer fundamento a priori da existência de cada ser humano.

As teses afirmadas para cada um dos dois momentos de definição do compromisso moral que eu sou enquanto vou me constituindo (sendo cada uma, pela forma como abarca os conceitos que lhe são empregados) são como que o ápice de um determinado conjunto de ideias que Sartre se esforça em demonstrar o seu sentido fenomenológico. À renovação do meu ser-livre cabe a reflexão sobre o determinismo psicológico, abrindo margem à compreensão do conceito de má-fé. Pela responsabilidade que me representa em todo ato que é meu, compreendo a estrutura do desejo que se realiza em cada ação: quero ser o que, por meio da ação, realizo, desse modo, quero o fundamento do meu ser buscando ser sempre essa consciência de liberdade.

Se cada ato me anuncia como uma finalidade a ser alcançada (a renovação de meu Eu), os fins constituem a subjetividade humana, uma vez que ela não é desgarrada do mundo, nem dos desejos, portanto, o ser humano é uma totalidade mundo-interesse e nesse desejo quer ser no mundo o fundamento de sua condição sem precisar recorrer a mais nada senão a ela mesma como um todo.

Compreende-se, portanto, que a maneira como Sartre esboça a sua filosofia, a condição livre do ser humano acarreta todas as consequências de ser fundamentada numa relação direta com o mundo, e também com os outros seres humanos. As relações têm um aspecto diferencial, ou, contraditório, por que se estabelecem pela subjetividade – causa infundada das coisas que repousam sobre

um fundamento. A existência humana plasma o seu sentido sem ser moldada por nada anterior a si mesma. Ela não tem em outra realidade o fundamento de sua significação e, quando deparada com o outro, compreende de si mesma que sua verdade se realiza na história como um chamamento à identidade de si consigo mesma. Assim, a existência humana, na filosofia de Sartre, recusando toda definição prévia e forjando suas circunstâncias percebe-se sozinha em meio às possibilidades. Em face do outro, minha condição existencial se define por buscar fundamentar-se na liberdade de ser, não como determinada, mas escapando à alienação de não ser mais a medida de todas as coisas.

3 A MORAL FUNDAMENTADA NO COMPROMISSO DE CONSTITUIR OS VALORES DA AÇÃO

É necessário caminhar à definição desse comprometimento de ser eu mesmo a causa pelos quais os valores são alienados de sua idealidade e se efetivam como sentido moral inscrito no mundo. Portanto, faz-se necessário passar por alguns conceitos e o itinerário em que eles são empregados por Sartre. Assim, possa-se compreender o porquê da consciência de liberdade ser assumida como angústia e por ela, a liberdade que designa o meu ser livre se tornar compromisso.

Já se problematizou que o ser livre se designa por um sentido que fundamenta a essência do ser humano. O ser humano é uma intencionalidade dada no mundo. Existir é assumir-se livre para a história, para a ação e para construir a sua moral. A consciência é o domínio da condição humana; o é por que nada a define por uma natureza, um conceito ou uma ideia *a priori* da própria existência; apenas a consciência que se revelará, face à facticidade, como projeto, é o que define o ser humano em sua condição existencial. “Primeiramente o homem não é nada, só depois será algo conforme ele próprio se fizer” (SARTRE, 2004, p. 202).

No contorno da questão do compromisso moral, Sartre fundamenta a ideia de futuro; tal ideia se expressa no sentido daquilo que o filósofo constitui como sendo a condição livre do ser humano em relação à dimensão da temporalidade: o ser humano é um ser que se projeta, o que ele pode ser afirmado é que, por seus atos, ele se constitui como um projeto em curso de realização. Como isso se vincula à questão estudada nesta pesquisa? Primeiro, a partir da compreensão da filosofia sartriana, podemos entender que, para o autor, a dimensão moral não se encerra na presentificação da ação e se dá por encerrada. Procuramos compreender que Sartre justifica essa afirmação quando analisa o sentido existencial da ação a partir dos motivos e móbeis que a constituem: a ação não se encerra no que realiza, mas indica a sua originalidade e o seu alcance, “já que toda ação deve ser intencional: com efeito, deve ter um fim e o fim, por sua vez, refere-se a um motivo” (SARTRE, 2003, p. 540). O compromisso moral surge por meio daquilo que se pretende pela ação: a afirmação do ser humano como um ser livre.

Tal afirmação, podemos assim intuir, se estabelece naquilo que alcança em cada ato concretizado, ou seja, a escolha não fundamenta a ação humana como um ato derradeiro em que a moral se cristaliza. Ao contrário, a ação humana é um ato que apresenta ao ser humano a sua essência: ser livre e ser comprometido com o que faço: “O que o existencialismo toma a peito mostrar é a ligação do caráter absoluto do compromisso livre pelo qual cada homem se realiza, realizando um tipo de humanidade” (SARTRE, 2004, p. 223).

Essa temática da realização do ser humano como sua relação fundada na dimensão temporal, esboçou no pensamento de Sartre, pela ideia de futuro que ela abarca, uma compreensão acerca da facticidade. Esse pensamento mostrou o quanto a dimensão do presente consciente, segundo a ideia de Salzmann (2010), não determina o ser humano, mas o torna claro a si mesmo; para Sartre, cada ato lança o ser humano para frente, ao futuro. Vejamos de que modo e como a relação com o compromisso moral pode ser compreendida também nesse aspecto.

O ser humano é um ser que se lança ao futuro. Esse lançamento ao futuro – ancorado pela estrutura da consciência que determina a noção de realidade e vinculação com a essência do mundo e do ser humano – fundamentado na facticidade, é o que Sartre denomina como *projeto*. A ideia de projeto passa a ser encarada por Sartre no sentido de favorecer, ao ser humano, a compreensão de sua verdadeira condição; o projeto é a dimensão temporal e existencial do ser humano na sua relação com o presente e o futuro: “O homem é, antes de mais nada, um projeto que vive subjetivamente” (SARTRE, 2004, p.203).

A abrangência deste conceito é o que se afirmou anteriormente acerca da ação; uma vez que ela se expressa naquilo que pretende alcançar, o projeto também mantém, em sua estrita ligação com a condição humana, a sua estrutura de finalidade. Sartre acentua essa característica afirmando que todo projeto é um projeto que visa à humanidade como um todo. Desse modo, ele vincula a facticidade ao futuro, afirmando que todo projeto encerra-se nessa dimensão de universalidade da ação humana através da ideia de finalidade que ela expressa: “Há universalidade de todo projeto no sentido de que todo o projeto é compreensível para todo o homem. O que não significa que este projeto defina o homem de uma vez para sempre, mas sim que ele pode ser reconhecido” (SARTRE, 2004, p. 223). O

compromisso moral foi, desde as primeiras abordagens dessa pesquisa, a partir dos pilares nos quais Sartre desenvolve a sua reflexão, a afirmação de que o ser humano não estando pronto, acabado, ou seja, não determinado por uma essência, mas sempre lançado à abertura e construção de si, esse ser humano tem o compromisso de renovar-se e alterar, reconstrutivamente, o sentido de sua ação e sua vinculação com os outros e com o mundo pela consciência de responsabilidade. A vinculação moral se expressa não apenas na ausência de uma tutela para a condição humana, mas no reconhecimento da inevitabilidade de ser refazer e assumir, sempre, essa construção como sua identidade.

Nesse sentido, é interessante voltar ao sentido da condição existencial do Para-si como vinculação ao compromisso moral de renovação da identidade que sou.

A liberdade se expressa como a consciência de ter consciência de ser-no-mundo, de agir livremente, de sentir-se mergulhado na própria existência e estar ante as coisas como *não sendo* o que elas são: é ser consciência de sua individualidade irreduzível e exigente de ser sempre lançada à própria escolha de si como renovação de sua identidade.

A consciência de liberdade é angústia. Esta é uma grande afirmação que tem por marca a condição ontológica da conduta humana de se realizar como ser *Para si*. Desse modo, a ideia de liberdade se encontra no sentido concreto de conduta, o que dela se pode decifrar fenomenologicamente. Assim, como ensinou Husserl, nossa vinculação é com o mundo. Buscamos chegar à vinculação moral que se estabelece a partir do sentido de renovação do ser dada no bojo da captação da liberdade como angústia. A angústia, como Sartre buscou mostrar, é diante de todo possível que se apresenta como exigência não concreta de definição do sentido de minha escolha. Fenomenologicamente, a angústia torna-se índice, aponta, exige a descrição fenomenológica da realidade a qual 'afeta'. Sartre problematiza sobre a autenticidade de ser em *Verdade e Existência* (1990); para o autor existir é assumir-se como modo de viver na história. Se se pretende, com esse ponto de partida, superar a conduta do indivíduo em fazer-se para a história (modo inautêntico de ser) e não *pela história* para si mesmo (a já esboçada questão do reconhecimento da identidade de si como construção), a liberdade, portanto, revela-se, para o vínculo

moral, como sentimento de angústia por que tende a assumir o objeto da ação (e não a ação mesma) como o transcendente, mas sem que encontre, neste objeto, um sentido que justifique a sua escolha.

Sartre ilustra essa afirmação com o exemplo da minha conduta em relação ao toque do despertador que me acorda pela manhã. Esse toque sinaliza para mim a interrogação por ou sob qual motivo atribuo sentido ao seu som e me levanto da cama? Essa pergunta se encerra no sentido de que ela surge no seio das minhas possibilidades (entre elas, a de permanecer na cama). Como emerge dos possíveis que assumo como meus, posso me angustiar frente à liberdade que sou e pôr tudo em questão de meu ser livre; mas o toque do despertador sendo atendido por minha ação imediata – o despertar, levantar-me e fazer as coisas que concretizam o meu possível – essa tal apreensão de seu sentido “me protege contra a angustiante inquietação de que sou eu – eu e mais ninguém – que confere ao despertador seu poder de exigir meu despertar” (SARTRE, 2003, p. 82). Com isso voltamos à temática da condição moral do ser humano no modo como Sartre a esboçou: Só o ser humano justifica os seus próprios motivos e as suas escolhas.

Encontrar o sentido de ser no objeto que, como no exemplo anterior, foi a motivação de radicalização da minha ação no mundo, e definir a condição humana nessas circunstâncias, ou seja, em total dependência do objeto, já não seria mais a condição humana de ser livre por que foi alienada, mas não suprimida. O sentido ainda permanece na captação do imanente pela transcendência. Poder-se-ia, então, pensar que bastaria suprimir ou interromper a ação a fim de escapar da realização do ser mediante os possíveis que assumo como meus. Sartre desconstrói esse argumento afirmando que esta ação “é rechaçada a segundo plano por que a ação que a mim se revela através de meu ato tende a cristalizar-se como forma transcendente e relativamente independente” (SARTRE, 2003, p. 80). Sou o homem que desperta ao som do despertador e assumo, por esse despertar, que sou a causa de minha ação e de toda a consequência direta e indireta que ela pode acabar dentro da apreensão do sentido dos meus possíveis.

Nisso que foi afirmado, pode-se pensar seguramente: Há um movimento do agir fenomenológico, um modo de filosofar segundo a fenomenologia que o existencialismo de Sartre assume. O próprio existencialismo sartriano é uma

proposta de engajamento nas circunstâncias diárias, pois considera certas questões e busca o que lhe dá sustentação e justifica. Sartre afirma: “as situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã ou senhor feudal ou proletário. O que não varia é a necessidade dele de estar no mundo, de lutar, de viver com os outros e de ser mortal” (SARTRE, 2004, p. 222). Em Sartre, a angústia é, em seu ser, a consciência de liberdade, ou como ele mesmo afirma: “a angústia, portanto, é a captação reflexiva da liberdade por ela mesma” (SARTRE, 2003, p. 84). Uma aponta para a outra, uma é índice da outra, a moralidade surge nessa relação em que liberdade e angústia são ao mesmo tempo a mesma coisa, e, segundo a descrição fenomenológica de Sartre, se tomadas distintamente são só para especificar que uma é efetivação da outra como consciência reflexiva. “A angústia nasce como estrutura da consciência reflexiva na medida em que esta leva em consideração a consciência refletida” (SARTRE, 2003, p. 85). A consciência refletida é a que se pauta pelas realizações da conduta humana no tempo e no espaço.

Luciano Donizetti da Silva (2010) aborda a filosofia de Sartre nesse aspecto. Compreendendo-a como um apelo à radicação do ser humano na história, a existência como identidade consciente de uma liberdade que não se deseja apenas absoluta – entendamos essa definição em estreita ligação com a consciência em sua estrutura constitutiva – mas se quer concreta, ou seja, construída por meio das circunstâncias nas quais estabelece o seu sentido. O autor chama esse imperativo da filosofia de Sartre de *práxis existencialista*.

A *práxis existencialista* é fundamentada na necessidade de sempre garantir o espaço de liberdade do ser humano frente a qualquer conceituação essencialista de sua condição. Ela é tão radical que a existência do outro é, para mim, um acontecimento absoluto, não como a consciência é para mim, mas absoluto por que é uma outra tessitura de ser que se põe à minha consciência como fato inegável de sua própria liberdade posta diante de minha liberdade. A *práxis existencialista*, segundo Silva (2010), é a consciência de que “o homem não pode ser limitado pelo mundo, nem por sua situação, nem por sua condição (ele é liberdade), e, nem mesmo por Deus”. Como tal *práxis* prescinde do mundo para se realizar, a presença do outro irrompe para mim como uma necessidade imediata de seu reconhecimento; sendo assim, será inevitável reconhecer que a história será o reconhecimento da

liberdade de cada ser humano que surge no mundo como o momento de saída da percepção isolada de minha consciência para reconhecer a consciência dessas presenças livres diante de mim.

Para o autor, a dinâmica de existir como ser para a história, a fim de realizar-se como projeto, ainda que “não modifique a essência da realidade humana, pois ser para-si é liberdade, o outro coloca essa liberdade em risco; o outro coloca o que eu sou em perigo” (SILVA, 2010, p. 45). Fundamentar a existência, na História, é estabelecer a relação entre minha consciência livre em relação direta com outras consciências também livres. A História é a evidência de que não estou sozinho no mundo enquanto consciência de minha liberdade; a presença do outro é a exigência a me estabelecer no mundo como liberdade. Não estamos mais detidos no sentido da existência humana frente às coisas do mundo, a práxis existencialista é o momento de meu deparar-me com o outro como relação que se dá no mundo, no qual já estou em relação pela transcendência da consciência. Pela práxis existencialista, a situação não é apenas a minha facticidade, mas o sentido mesmo do existir: “A existência é presença ao mundo e presença a si” (SILVA, 2010, p. 71) em meio às presenças dos outros que, no mundo, coexistem comigo.

Na procura por fundar o essencial, como na situação histórica do fazer-se a si mesmo para a História, “a liberdade se angustia diante de si por nada a solicita ou obstrui jamais” (SARTRE, 2003, p. 79), pois o sentido do realizar-se não está fora da consciência, mas na estrutura da consciência como reconhecimento de que qualquer possibilidade é relativa a mim como sendo *minha possibilidade*. Enquanto reconhecimento de minha condição humana, minha liberdade deve ser assumida pela consciência mesma como angústia, que é, portanto, “a captação reflexiva da liberdade por si mesma” (SARTRE, 2003, p. 84), pois encontro-me no mundo frente a toda idealidade e possibilidade e a nenhuma desculpa, determinação ou fixidez que me excluam da transcendência da consciência. Desse modo, conclui Sartre, não estou deparado por nenhum valor definido senão por mim mesmo.

A liberdade me impele a estabelecer minha identidade e por ela, a moralidade. Sartre define a liberdade por aquilo que ela subsidia da condição humana; ser livre é poder agir em meio às coisas de maneira a romper com toda identificação da situação existencial do ser humano como um produto ou um

resultado de um processo. Do que se afirma da filosofia de Sartre, tem-se que, para o filósofo, a condição humana é caracteristicamente dinâmica. Existir é estar em relação com as coisas das quais a intencionalidade da consciência nos desperta. A intencionalidade, fundamentada no movimento de transcendência é compreendida na subjetividade absoluta, ou seja, a consciência é o ser pelo qual as coisas passam a surgir em sua existência como um dado revelado e revelador de si e das coisas. Ser livre é assumir-se a causa, não causadora, mas reveladora da minha própria existência. Eu não determinei o instante do meu nascimento, sequer escolhi as condições em que isso se daria, contudo, segundo a filosofia de Sartre, assumo a cada instante a revelação de minha existência quando defino o meu modo de ser.

A existência é a medida de todas as coisas e dela deve-se assumir a dinamicidade como o aspecto mais impactante para a relação com a moral. Podemos recolher três sentidos para a compreensão de dinamicidade da existência como liberdade. A existência é uma dinâmica por si mesma; é em relação à ação humana na construção de uma identidade, e é na apreensão do sentido da História como realização do projeto fundamental. Definimos, pois, que ser livre é existir dinamicamente entre circunstâncias que me exigem sempre a clareza de minha intencionalidade; portanto, é existir na tensão entre minhas escolhas e as ações que as definem, entre a liberdade e a moral.

Acerca do aspecto de caracterizar a existência por uma dinamicidade de si a si, o sentido de ser *consciência de* opõe-se ao de *determinação de si* como um fundamento para a causa da existência. Existir é uma indeterminação cujo sentido floresce e se plasma no agir moral. Luijpen (1973) compreende o movimento da consciência como uma realidade que ultrapassa o mundo a fim de buscar o seu sentido; partindo da afirmação de que o ser humano é uma dinâmica em si mesma por que não é um resultado de um longo processo de aprimoramentos da natureza: “Se tudo o que o homem é fosse o resultado-determinado-de-processos-e-forças, o homem seria atingido pela mesma ‘cegueira’ das coisas. Nesse caso, nada existiria para o homem” (LUIJPEN, 1973, p. 186) o autor defende que a posição humana no cosmos repousa na liberdade, pois um dos sentidos de liberdade é que ela “exprime certa ausência de determinação” (LUIJPEN, 1973, p. 186). A partir dessa definição, o autor destaca que a essa liberdade pela qual o ser humano se define no cosmos é

o que podemos definir dele em seu sentido próprio; o sentido próprio do ser humano é a racionalidade.

Como a dinâmica de ser do humano é a sua orientação natural ao sentido das coisas, não reduzindo a percepção à mera constatação, mas à construção do seu sentido, Luijpen (1973, p. 188) afirma que “o sujeito manifesta-se como liberdade e esta se revela como razão, isto é, como a faculdade de fazer aparecer o significado”. Esta questão, tanto do seu ponto de partida, a dinâmica de ser, como o seu fundamento, o cogito, e o que dele pode ser compreendido em sentido mais amplo, a significação do mundo, são pontos desenvolvidos por Sartre quando o autor analisa o compromisso moral que me faz sentir-me angústia de ser livre: “Separado do mundo e de minha essência por esse nada que sou, tenho de realizar o sentido do mundo e de minha essência: eu decido, sozinho, injustificável e sem desculpas” (SARTRE, 2003, p. 84).

Da significação que eu construo, Sartre define que a subjetividade isola o ser humano de tudo mais que não se define pela liberdade. Se para Luijpen, falar do ser humano é dizer humano, é referir-se “ao ser do homem no nível próprio do ser-homem” (LUIJPEN, 1973, p. 186) que é ser livre, é ser sujeito de si, causa indeterminada de si mesmo e reveladora de todas as coisas do mundo; para Sartre, tudo isso se expressa por que é esse ser humano que lega sentido ao mundo.

Em relação à constituição da moral, um dos pontos norteadores da articulação e construção do sentido dos conceitos que ele define é a retomada da compreensão de realidade humana por uma descrição fenomenológica e como ela é fundamentada na relação entre os conceitos que radicalizam a forma de consciência com a sua estrutura e a vinculação direta com o mundo. Assumindo que a liberdade é o plano de fundo no qual todas as considerações acerca da moral são definidas, o comprometimento a qual estamos lançados, segundo Sartre, é o que põe o ser livre em questão por que exige sempre alcançar o sentido de sua liberdade.

Não falamos aqui, segundo o que o autor problematiza a partir da realidade humana, de uma liberdade que seja separada do mundo. O problema moral não é um problema residente na consciência, emerge dela para estar lançado diretamente no mundo. O “estar em questão” que Sartre sempre anuncia é o sentido da existência humana no mundo por que este ‘empurra’ o ser humano à busca de um

sentido para o seu ser-livre, assim como a aparição atrai a intencionalidade ao sentido de seu aparecer. Por si só, a liberdade não determina nada senão “a estrutura permanente do ser humano” (SARTRE, 2003, p. 79). Para Sartre, ela se traduz como perspectiva de efetivação de meu ser, esse é o fundamento do que Sartre chama de projeto. Todos os conceitos que Sartre empreende tomados por si só não dizem muita coisa, eles se atrelam à intencionalidade da consciência, por que o filósofo faz o esforço de demonstrar que cada conceito encontra sua realização quando do momento em que se efetiva no mundo como forma de consciência.

Pois bem, dito que o ser livre é perspectiva, surgirá o conceito de situação e por ele o que Paulo Perdigão⁶ denomina como a liberdade sendo resistência. A liberdade se efetiva na situação, não por uma resistência a ela, mas às possibilidades, em cada situação, de restringir a liberdade. O tema será desenvolvido abordando os aspectos da fundamentação dos valores pela liberdade como definição de meu sentido de ser livre. Uma vez que a liberdade é perspectiva, a moral também o será pelo modo como compromete os valores e a consciência judicativa do senso moral.

3.1 A realidade humana

Como ponto de partida, Sartre compreende a realidade humana como “ôntico-ontológica, por que pode sempre ultrapassar o fenômeno até o seu ser” (SARTRE, 2003, p. 19). Dito isso, compreendemos o caráter de fundamentação da realidade do mundo a partir da intencionalidade como construção do mundo. A realidade física do mundo invade o campo da construção do significado por que o ser humano pode transcender a materialidade de qualquer coisa até o seu sentido. Com isso Sartre não nega a objetividade, tampouco impõe à consciência conteúdos de significação: o sentido do fenômeno é uma construção que se fundamenta no modo de ser do

⁶ Paulo Perdigão, tal com Gerd Bornheim, pode ser considerado um dos grandes intérpretes da filosofia de Sartre aqui no Brasil. Além do texto *Existência e liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre* (texto este utilizado nesta pesquisa e prefaciado por Bornheim), a tradução e as notas da edição brasileira de *O ser e O nada: ensaio de ontologia fenomenológica* trabalhada nesta dissertação são de Paulo Perdigão.

humano, ele é para si, ou seja, é direcionamento em vista do sentido a ser encontrado.

Essa relação Sartre a utiliza para especificar o sentido do ser Para si como modo de definir a realidade humana em sua relação com o mundo. Como o filósofo afirma “o existente é o fenômeno” (SARTRE, 2003, p. 19) o que designa a sua existência é a sua objetividade, mas o sentido pelo qual a sua manifestação se torna conhecida, este é a condição de toda manifestação. A realidade humana é essa apreensão reflexiva de toda aparição e de toda construção do sentido dessa aparição dada no mundo. Sartre introduzirá o sentido do Nada como o modo pelo qual o ser da realidade humana fará as sínteses entre os sentidos, os motivos e as exigências para a definição do meu compromisso moral.

A questão do Nada, neste aspecto, é fundamental. Dela se entende a própria liberdade como elemento aterrador da fundamentação moral. Pode-se pensar que é arriscado introduzir, neste momento em que a pesquisa já se encaminha nas considerações conclusivas sobre o fundamento moral, a temática do Nada uma vez que parece ser mais apropriado tê-la assumido no capítulo introdutório desta dissertação. A abordagem acerca da questão do Nada, no pensamento de Sartre, prioriza o seu sentido de conduta humana em relação ao mundo a partir de um fato originário: o ser humano é o protagonista de toda postura interrogativa; todo sentido da pergunta parte dele e só nele tem sua expressão alcançada por meio da forma como essa atitude o compromete em seu sentido de ser.

Acerca do sentido da realidade humana, ele se desdobra a partir da origem do Nada. Sartre empreende uma descrição fenomenológica do Nada, compreendendo-o não como um fundamento de ser ou uma simples negação. O Nada não evoca nenhum outro sentido mais original que a liberdade. Para o autor, ao afirmar que “o ser pelo qual o nada vem ao mundo é um ser para o qual, em seu ser, está em questão o Nada de seu ser: o ser pelo qual o Nada vem ao mundo deve ser seu próprio nada” (SARTRE, 2003, p. 65) define-se que a relação transcendência-objetividade que fundamenta a intencionalidade como negação de qualquer determinismo é a relação onde se fundamenta toda conduta humana.

3.2 O Nada

Busquemos compreender o sentido do Nada a partir da ideia de síntese do comprometimento com o mundo e do compromisso que dele emergem a partir de uma vinculação que se estabelece entre o ser que suporta o nada em seu ser e o que isso quer expressar em relação a todo outro existente que é, por ele, nadificado.

Já havíamos falado que o ser que surge em estrita relação com a estrutura da consciência não pode ser o Em-si, pois o Em-si não encerra nenhuma atividade e até mesmo alguma passividade. Só o ser humano suporta em seu ser essas duas condutas em relação ao ser. Como a atitude investigativa se expressa por meio da interrogação, Sartre vai buscar o sentido existencial da pergunta para daí firmar a conduta humana em relação ao Nada que a afeta. Primeiramente, ele define o que seja interrogar: “A interrogação, por definição, é um processo humano. Logo, o homem apresenta-se, ao menos neste caso, como um ser que faz surgir o Nada no mundo” (SARTRE, 2003, p. 66). Só que o Nada que surge no mundo no seio desse processo é o que afeta o ser humano como sendo, então, o seu modo de ser. Sartre quer expressar que a conduta humana é o modo pelo qual expresse o comprometimento em que surge minha consciência de ser e estabelecimento nela meu compromisso, sustentando o sentido de minhas condutas.

Buscamos esse sentido de vinculação a partir da ligação entre o ser afetado pelo Nada e a liberdade. Para Sartre, o sentido dessa liberdade se expressará na unidade: o Nada que afeta o ser humano é a liberdade que o constitui. Ele aponta o seu itinerário, não mais a partir somente da intencionalidade, mas a partir dela, de modo a focalizar o sentido existencial da subjetividade: “Queremos definir o ser do homem na medida em que condiciona a aparição do Nada, ser que nos apareceu como liberdade” (SARTRE, 2003, p. 68). Como Sartre circunscreveu o campo ontológico da condição humana a partir da ideia de atividade e percebeu que o ser Em-si não é e não pode ser capaz de se apresentar dessa forma, ele apenas é, a dimensão ontológica do ser humano sublinhada na relação em que “existência e essência não é igual no homem e nas coisas do mundo” (SARTRE, 2003, p. 68) é o que conduz o autor a afirmar que “a liberdade não pode se diferenciar do ser da realidade humana” (SARTRE, 2003, p. 68).

O Nada é o fundamento de toda conduta humana por que a liberdade “condiciona a aparição deste” (SARTRE, 2003, p. 68): uma vez que “a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade” (SARTRE, 2003, p. 68) e o ser humano sustenta em seu ser o Nada, portanto, “o homem é o ser pelo qual o Nada vem ao mundo” (SARTRE, 2003, p. 67), então, a realidade humana poderá nadificar todo comprometimento com o mundo (escapando à objetificação) a fim de estabelecer o sentido da construção de valores, pela liberdade. Essa construção é o modo como se deve conduzir a realização da relação moral: “Os valores, por se revelarem por essência a uma liberdade, não podem fazê-lo sem deixar de ser ‘postos em questão’” (SARTRE, 2003, p. 83). Já foi explicado que, para Sartre, a ideia de que algo “está posto em questão” é que está em relação comprometedora à existência (consciência de si) pelas e nas circunstâncias (ser no mundo).

Procuremos compreender o sentido da conduta humana a partir do Nada no modo como Sartre forjou sua perspectiva e que, desse modo, já podemos compreender como essa reflexão estruturou a análise da condição humana por uma psicanálise existencial. A ideia do Nada em Sartre nos abriu o caminho para percebermos o sentido da existência humana cuja essência repousa na liberdade. Agora, pelo mesmo princípio de reflexão, conduzimos a nossa pesquisa partindo do Nada e compreendendo que a realidade humana, em vista de sua condição originária, será vista pelo autor como *falta de ser*.

3.3 A falta de ser e o problema moral

Ao questionar “o que deve ser o homem em seu ser para que através dele o nada venha ao ser”, Sartre busca compreender o sentido existencial do ser humano e o estabelecer pela compreensão da angústia. Aqui, o foco é procurar perceber como essa questão conduz o pensamento a interrogar se o ser do humano, sustentando o Nada em seu ser, compreendido pela psicanálise existencial como a estrutura do desejo, pode negligenciar o compromisso moral que Sartre estabelece a partir dessa falta de ser. Vejamos como essa questão pode ser investigada: Em definições ontológicas, “Ser só pode gerar ser” (SARTRE, 2003, p. 67) ou como

Sartre define “O ser não pode ser *causa sui* à maneira da consciência. O ser é em si mesmo” (SARTRE, 2003, p. 37), o ser não comporta a espontaneidade da consciência. Sartre introduz o Nada nessa relação para designar o ser do humano dado na relação fenomênica e suportando o Nada em seu ser. Tal introdução não deixa de impor algumas dificuldades. Entre elas é está a questão da falta de um fundamento para a realidade humana. Recorrendo à intencionalidade, a consciência despontará como a necessidade de uma descoberta originária de si, pois não encontra um fundamento senão fora de si. “A ontologia nos ensina que o desejo é originalmente desejo de ser e se caracteriza como livre falta de ser” (SARTRE, 2003, p. 716). Sartre terá que solucionar essa procura pela ação. Primeiramente, o ser humano se compreende em seu Nada existencial pela realidade, mas só se introduz nela, originalmente, quando age, é aí que define o seu fundamento.

A ação se fundamenta nos motivos que em si mesmos não são nada mais que possibilidades à minha ação. Desse modo, o ser que é gerado no nada, é um ser que eternamente estará na construção de seu sentido, nunca definido, nunca assentado. Assim, a angústia surge na consciência de ser essa realidade constantemente impelida, pela ação, a se definir não pelo que faz, mas pelo motivo que a leva a agir.

Chegamos ao ponto em que a análise da conceituação da psicanálise existencial ganha o seu lugar nessa pesquisa acerca dos aspectos de negligenciamento do compromisso moral a partir da estrutura do desejo. Sartre defende que o ser humano se anuncia pelos desejos e pelos fins que persegue. “Todo desejo apresentado como irreduzível é de uma contingência absurda e envolve na absurdidade a realidade humana tomada em seu todo” (SARTRE, 2003, p. 687). O ser humano é visto por Sartre como uma totalidade que se expressa em cada instante e em cada uma de suas tendências, ainda que sob perspectivas diferentes de vida. Ainda que sob a chancela da contingência, “o homem é fundamentalmente desejo de ser” (SARTRE, 2003, p. 692). Uma vez que cada escolha simboliza cada conduta humana em seu modo de fazer ser, a escolha fundamental fica elucidada por seu efetivar-se moral.

Uma escolha pode superficializar ou mesmo obscurecer o sentido das escolhas humanas na sua relação fundamental de ser o ser no qual o Nada se

sustenta e se apresenta ao mundo. Essa escolha é a que se define por uma tentativa de sintetizar o Em-si e o Para-si como uma definição de ser, tal como o ser humano é considerado, por Sartre, uma totalidade. Como Sartre havia definido que “o projeto fundamental, ou pessoa, ou livre realização da verdade humana encontra-se por toda parte, em todos os desejos” (SARTRE, 2003, p. 694) a tentativa de sintetizar a verdade humana pela inconciliável tentativa de unir o Em-si no Para-si, conduzirá o ser humano a tomar uma postura em relação à sua verdade “que pode ser chamada de a verdade da liberdade, ou seja, é a significação humana da liberdade” (SARTRE, 2003, p. 695) não mais como sendo a necessária e inesgotável renovação do eu no qual sustento minha essência por meio da liberdade. Sustentaria, por essa tentativa de síntese, minha essência pelo desejo não mais da escolha original onde fundamento minha moral e dela extraio a exigência de definição dos meus valores e sou consciência de ação. Sustento pelo “ideal de uma consciência que fosse fundamento de seu próprio ser-Em-si pela pura consciência que tomasse de si mesmo” (SARTRE, 2003, p. 693). O ser humano passaria a ser “o ser que constitui o objeto do Para-si” (SARTRE, 2003, p. 692) já que, como Sartre explica, a falta de ser, como um modo especial de ser consciência de si através da apreensão do sentido existencial do Nada é o que define a condição humana a partir da liberdade, “a liberdade é precisamente o ser que se faz falta de ser” (SARTRE, 2003, p. 694) tendo-a, a partir da estrutura do desejo como a estrutura da escolha original de ser.

Em suma: Uma vez que o Nada surge no mundo, como Sartre define, por um modo especial de ser, que se anuncia na ação, e que é a sua própria característica, temos no autor o propósito de definir duas categorias ontológicas bem distintas, mas que não se eliminam: aquela que se alcança por que se isenta das condutas humanas, o ser que é em si mesmo; e aquela que é alcançada no sentido de sua ação, esta realidade designa um ser pelo qual o ser em si mesmo é descoberto, uma vez que a ele se dirige. Sartre circunscreve o campo conceitual das perspectivas morais a partir dessa distinção ontológica e compreende o seu sentido de ser pela ideia de atividade: só o ser que é relação para o outro é ser de atividade ou passividade, ou seja, a moral só se constitui pelo ser no qual a atividade pertence ao ser como o sentido de toda finalidade que conduz o princípio de toda ação. Todo ser consciente exerce atividade por que age segundo fins definidos.

Se o Nada entra no mundo como negação, e por ela entendemos como sendo atividade reveladora do mundo, o ser que se lança no mundo é um ser consciente de realizar a negação: o ser pelo qual o Nada vem ao mundo é o ser humano.

O ser do humano é marcado pela intencionalidade da ação negadora que faz surgir todo ser em si como realidade totalizada. O ser do humano é, como Sartre afirma, um para-si, uma intencionalidade. Sendo, portanto, o fundamento de toda noção de projeto na qual constituirá ele mesmo a sua identidade moral. O que não fica claro em Sartre é como isso supera o conceito de natureza humana, como uma determinação do ser humano, e não redundando no conceito de uma natureza humana dada pela consciência de si, voltando-se ao Eu transcendental que Husserl conservou. Para Sartre, a ação é o modo pelo qual o ser humano constituirá os princípios de sua ação moral como definição de seu ser livre.

Então, o que é essa realidade humana, uma vez que por ela a negação permeia o espaço do mundo? Sartre procura responder isso construindo um argumento que afirma a aparição do ser humano no mundo como liberdade. Resgatando o sentido que ele imprimiu à consciência como intencionalidade e desejo que se volta ao ser do fenômeno, o Para si é o fundamento do ser humano em seu modo próprio de definir sua identidade no espaço do mundo: ele é o ser que abre espaço ao Nada no mundo e a essa possibilidade, ele diz, é a liberdade.

Na construção do argumento do ser do humano, quando Sartre diz que “aquilo que chamamos liberdade não se pode diferenciar do ser da ‘realidade humana’” (SARTRE, 2003, p. 68) quer definir que a dita realidade do ser humano não se distingue de ser perspectiva, busca por sentido de se definir como sendo a sua própria construção tecida por meio dos fins a que persegue. Se não há uma natureza humana a priori, Sartre deixa entender que há uma natureza que se constitui em cada fim que o ser humano persegue, uma natureza humana assentada numa condição de intencionalidade. Esta seria uma natureza humana da ausência de fundamento, de buscar esclarecer os seus fins pelos motivos nos quais persegue um objetivo e estabelece os critérios da ação.

O primeiro objetivo que podemos perceber na construção do argumento sobre a moral, é que ela será, no pensamento de Sartre, uma elaboração de difícil solução prática por que, antes de tudo, se liga ao ser do Para si pela intencionalidade,

definindo-se com subjetividade absoluta. Desse modo, será sempre uma construção pessoal, do indivíduo, não do coletivo. A moral é o fim que se pretende alcançar e, desse modo, quando Sartre diz que “precisamos enfocar a liberdade em conexão com o problema do nada e na medida estrita em que condiciona a aparição deste” (SARTRE, 2003, p. 68) estabelece a consciência moral na subjetividade absoluta na qual se assenta a estrutura da consciência de si.

Toda apreensão do sentido do Nada é, de alguma maneira, a apreensão direta da realidade humana enquanto construção de sua própria moral segundo a definição da subjetividade humana pela consciência de si. Os diversos momentos os quais Sartre argumenta sobre a realidade humana no mundo são pautados pela preocupação de mostrar que a consciência é intencionalidade por que o Nada é o seu ser e, assim, toda relação de construção moral será uma consciência de comprometimento com o ser livre; pois toda realidade humana está no mundo como “posta em questão” por essa objetividade do em si, causa de toda afecção da consciência em sua estrutura intencional.

Sartre estabelece o que defino como esse primeiro momento do compromisso moral no fato de a consciência resistir a toda intromissão de um conteúdo de ser em sua estrutura.

A consciência purificou-se, é clara como a ventania, já nada há nela, exceto um movimento para fugir, um deslizamento fora de si. Se por milagre entrásseis “em” uma consciência, sériais arrastados por um turbilhão e lançados fora, perto da árvore, em plena poeira, pois a consciência não tem “interior”; é simplesmente o exterior dela própria, e é essa fuga absoluta e essa recusa a ser substância que a constituem como consciência (SARTRE, 1968, p. 29).

Sendo a consciência essa capacidade de expulsão de qualquer conteúdo, ela se define como a obrigatoriedade de se renovar sempre diante de toda “atração” a que está sempre submetida e construir o seu sentido segundo os fins a que persegue.

3.4 A consciência de ser

O sentido daquilo que expressa a percepção de si como consciência de ser é o que está radicado, no pensamento de Sartre, pela distinção ontológica. A questão a se investigar é como o autor interliga essa consciência com a efetivação da existência na história como o fundamento para a constituição dos valores a partir da consciência de liberdade.

Há uma diferença fundamental entre o ser das coisas e o ser humano. Este se define pela intencionalidade, aquele por estar além de qualquer intenção, qualquer perspectiva, qualquer atividade, ou seja, conduta humana; ele simplesmente é. O ser das coisas é a própria condição de sua existência, é a relação direta e impermeável de si para si, como diz Paulo Perdigão (1995). Essência e existência são uma mesma realidade que constitui o ser das coisas. Introduzindo o conceito de liberdade na realidade humana como numa relação temporal, Sartre afirma que, para o ser humano, a existência e a essência são situações ontológicas diferentes e constituídas no tempo: a essência humana é a existência como tendo-sido, afirmará Sartre, a fim de fundamentar o valor da liberdade na constituição da moral.

Uma vez que “a liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível, a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade” (SARTRE, 2003, p. 68) é preciso encontrar uma justificativa para o comportamento humano de modo que este expresse o ser livre no qual a essência esteja nesse processo de suspensão. A justificativa que Sartre oferece é que cada ato encerra-se no motivo que o fundamenta. O comportamento humano só se justifica como tal, por que os motivos da ação se constituem para a ação e não para si mesmos. Eles se constituem pelo nada que se insinua entre eles.

Se Sartre introduz o conceito de motivo aterrado na angústia, esse aterramento é por que os motivos se constituem como tal, na condição temporal da existência humana. O nada estabelece, entre os motivos e os atos, a condição de relação de nadificação de um pelo outro por que estabelece “uma relação consigo mesmo ao longo de um processo temporal” (SARTRE, 2003, p. 79). A angústia emerge do sentido dessa relação por que é temporal; sentido este que será aplicado

ao fundamento da moral pela liberdade como sendo algo dado, onde nada obriga ou justifica a tomada de posição em relação a este ou aquele valor, por que nada assim justifica esta posição senão a própria consciência de motivo.

Voltando à questão da essência humana como consciência de ser, torna-se necessário fundamentar um conceito no qual essa possibilidade de construir a essência permaneça ligada à intencionalidade da consciência e ao mundo a fim de que se possa compreender por que a liberdade é, para Sartre, o único fundamento dos valores. O problema que Sartre enfrenta nesse ponto é ter que justificar a consciência moral a partir da liberdade, uma vez que para cada ato há um motivo, cada ação exercida está ligada aos motivos que a fundamentam, sem que por isso, cada ato necessariamente precise estar ligado ao ato seguinte. Sartre apresenta a concepção de uma relação temporal que mantém a síntese entre ato e ação, da mesma forma que fundamenta a relação de construção moral a partir da diferença ontológica entre a essência e a existência humana. A essência humana é tudo aquilo que se pode dizer em sentido de haver sido.

Indo à questão da intencionalidade, como Sartre a tematiza em vista da existência humana, vemos que ela é uma forma de compreender o ser do humano na medida em que alcança o seu projeto que é realizar-se em cada situação concreta. Uma vez que toda realização põe em questão a liberdade humana, a moral surge como elemento síntese dessa composição entre a ação e a intenção e estabelece o fundamento da qual ela se afirma como projeto de todo ser humano. Em *O existencialismo é um humanismo* (SARTRE, 2004, p. 228), o autor assim afirma:

Quando declaro que a liberdade, através de cada circunstância concreta não pode ter outro fim senão querer-se a si própria, se alguma vez o homem reconheceu que estabelece valores no seu abandono, ela já não pode querer senão outra coisa, - a liberdade como fundamento de todos os valores.

No pensamento de Sartre, pela fundamentação fenomenológica que empreende, toda realização do ser humano implica em um sentimento que o aterra no mundo e dele não pode se separar. Não pode por que toda intenção é também realização de um modo próprio de ser essa consciência intencional.

No que diz respeito ao modo como Sartre compreende a ontologia, ele define que “a estrutura da consciência que é” se fundamenta na valorização da liberdade no tempo que exige a constituição da moral. O que aqui prenderá a nossa atenção é o modo ou a forma dessa consciência que é enquanto consciência de querer realizar-se pela liberdade.

O conceito de intencionalidade pelo qual Sartre definirá, não somente a estrutura da consciência, mas também a consciência moral e o compromisso de renovação do Eu que designa o ser livre, assim como empreenderá a crítica a toda proposta de aceitação de um determinismo psicológico foi o conceito de angústia.

Todo o sentido da existência humana é a procura de legitimação de todos os seus atos pelo viés da moral fundamentada na essência do ser humano. Sartre quer dar uma significação existencialista a essa expressão moral da seguinte maneira:

Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós, nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas (SARTRE, 2004, p. 209).

Não havendo uma natureza humana dada e imutável, há uma natureza humana que se molda no tempo, pelas circunstâncias, pelo desejo fundamental de querer ser seu próprio fundamento e em vista da condenação a sempre estabelecer os motivos da ação e o que, por elas, pretende-se alcançar. A dimensão do tempo surge no pensamento de Sartre para definir essa natureza humana não dada e não imutável, mas no trânsito do tempo como uma condição histórica de encarar sua existência.

O sentido da existência humana se encontra no trânsito de ser sua realização no tempo. A angústia encerra uma dimensão temporal. Este é o ponto que foca a análise da consciência de ser empreendida por Marilda Fayad sobre a filosofia de Sartre. O mundo se torna fundamental à intenção da consciência, pois é pelo mundo que “o homem se relaciona com o sentido do ser em si e constitui, também, a sua identidade pessoal ou o seu próprio sentido de ser” (FAYAD, 2010, p. 29). Assim, negando a existência de uma natureza humana dada, o fundamento do ser humano

é a própria intenção de ser sua própria identidade em cada uma das circunstâncias concretas nas vicissitudes históricas que são, por sua natureza, temporais.

A angústia, na dimensão temporal, como modo especial de consciência de ser, abarca, no pensamento de Sartre, a relação direta que se constrói em vista da manutenção do compromisso fundamental e do projeto de ser que cada ser humano anuncia. Para que a angústia não seja compreendida como uma situação existencial do ser humano em alguns momentos, é que Sartre a afirma como sendo a reflexão de si que cada ser humano assume em vista de seu ser posto em questão.

Estar em questão de seu ser é o sentimento da existência que não encontra outra verdade para o seu ser senão em si mesma. o autor aborda este ponto em *O existencialismo é um humanismo* e condensa nos *Cahiers pour une morale*. A dimensão temporal da angústia em relação à sempre presente necessidade de renovar o ser que fundamenta minha liberdade. O autor adentra o mundo como uma realização implicada por atos que cada ser humano realiza e pelas bases que estabelece para si e para os outros.

É nesse sentido que vamos apreender a dimensão temporal da angústia; a partir do posicionamento do ser humano em relação ao coletivo, a liberdade se mostra como uma liberdade interessada em definir o seu ser em relação coletiva: ou todos os seres humanos são livres ou não o são. Como estamos falando de uma dimensão temporal que é histórica, esta é implicada nas relações dadas nas circunstâncias. Ponho em questão o meu sentido de ser: “Queremos a liberdade pela liberdade e através de cada circunstância particular. E ao quisermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente da liberdade dos outros e que a liberdade dos outros depende da nossa” (SARTRE, 2004, p. 228).

Como compreender esse posicionamento teórico que expressa nitidamente um interesse no coletivo e, por meio dessa coletividade, revela a dependência de uns para com os outros no plano histórico no qual a defesa da liberdade e constituição da moral atrela os seres humanos entre si? Quando da análise da dimensão temporal de futuro, compreendemos que Sartre a interpreta a partir da conceituação de projeto: o ser humano que se projeta é o que se determina como ser humano para o futuro de si mesmo. Sartre não defende que apenas alguns se projetam ao futuro, todo ser humano é um projeto que vive em meio às

circunstâncias históricas; portanto, todo ser humano está voltado ao futuro, assim como está fora de seu passado.

Como o pensamento de Sartre se estrutura a partir das condutas humanas a fim de alcançar a verdade da realidade humana, se torna necessário que esta liberdade que constitui o ser de cada homem e cada mulher seja do interesse coletivo de todos a fim de que possam alcançar o futuro no cerne da sua verdade. A filosofia de Sartre encerra essa dimensão de interesse: a liberdade não é uma conquista do ser humano, mas a sua manutenção, no sentido do conjunto coletivo dos seres humanos, é sim uma conquista.

A dimensão temporal da angústia quando se depara com a constituição de sentido da verdade humana, ou seja, na efetivação de sua realidade, depara-se com o coletivo social. A apreensão do sentido desse coletivo não é apenas do conjunto humano de vidas particulares em meio às vicissitudes temporais; ao contrário, é a necessária tomada de consciência de que o plano coletivo é indeterminado e que a liberdade de cada ser humano só pode figurar em sua verdade ontológica, quando esta pode se assentar em condições históricas nas quais ela possa ser realizada.

De tal modo, se assim não fosse, não se poderia pensar uma renovação do eu por meio dos meus possíveis, quando estes possíveis não fossem revelados ao ser humano e assumidos por seu ato livre de escolher. Para que a estrutura do compromisso moral se realize por meio de cada ser humano, é preciso que a sua vinculação com o mundo seja um compromisso de manter o mundo em sua relação originária com a consciência de si: o ser humano constrói o sentido do mundo.

Vimos, que toda estrutura de lançamento ao futuro – projeto – se alicerça no interesse que se tem sobre a própria verdade da realidade humana. Sobre o desejo fundamental de constituir a nossa condição ontológica, o outro surge como a condição material e histórica na qual o fundamento do meu projeto está posto em questão.

Naquilo que até agora apreendemos: A angústia é, então, uma intencionalidade originária por que é na angústia que o homem toma consciência de sua liberdade, isso não é simplesmente o abandono de um estado de quietude, mas o modo pelo qual o filósofo estabelece a compreensão que o ser humano assume o

seu modo de ser como sendo tudo aquilo que se descreve como intencionalidade e realização. Para tal, a realização de si engloba que também o outro seja assumido como propósito de um projeto de realização do modo de ser em propriedade da sua condição humana.

Para que essa consciência de ser possa se efetivar numa realização da condição humana como a sua natureza construída na relação histórica, e, ao mesmo tempo, encontrando o outro como um compromisso moral radicado em si mesmo, é preciso que a angústia, mesclando-se totalmente nas ações humanas como liberdade, seja uma apreensão reflexiva de si. “Angústia é angústia diante de mim mesmo” (SARTRE, 2003, p. 73). Sartre lança o conceito de reflexão, primeiramente, para o ser que reflete (a consciência de si) que depois possa desembocar no outro como uma moral estabelecida. Isso por que não sou simplesmente o que me representa, mas pelo modo de ser que me representa, fundamentalmente, estabelecido como minha essência construída e definida pelas circunstâncias nas quais me vejo comprometido em renovar meu sentido de ser.

No aspecto do compromisso com meu ser livre, consciência de meu comprometimento moral, a angústia se apresenta como consciência de minha liberdade; Sartre a envolve nos motivos. Toda a ação se realizará pelos motivos nos quais encaminho e defino o meu modo de ser. Fundamentando nessa reflexão, o autor propõe uma interpretação existencial do termo situação. Como decorrência do compromisso, a situação é tematizada como sendo o referencial onde os sentidos são construídos em vista do agir. Se a liberdade está sempre em questão por causa dos motivos, estes estão postos em questão do ser pela situação. “Não há ação sem motivo e o gesto mais insignificante (erguer a mão direita em vez da esquerda, etc.,) remete a motivos e móveis que lhe conferem significação” (SARTRE, 2003, p. 540).

3.5 A situação e o seu sentido moral

Se toda consciência moral se pauta pela reflexão dos motivos então, nela são estabelecidos os critérios da ação. A essência da moral se encontra presente em cada um e em todos os motivos em que a situação os retira da idealidade. Essa

noção, de saída da idealidade, Sartre a aplica à definição dos valores morais que pautam minha ação. Assim como Sartre definiu que o motivo está todo ele na ação, assim o autor também aplica essa relação à consciência moral; a moral está construída na realidade por que a situação exige que a sua construção seja retirada da idealidade e se torne efetiva. É como se Sartre quisesse dizer que, pela construção da noção de realidade pela ideia de fenômeno, todas as coisas estivessem todas ao mesmo tempo dadas e ao mesmo tempo separadas por um nada que as fundamenta. O autor sempre quis deixar claro que os atos, os conceitos, as definições por si só, assim como os objetos no mundo, ou seja, os fenômenos por si só não são senão, nada mais que atos, conceitos, fenômenos etc.; é na construção do sentido de toda essa realidade que as coisas se definem em seu lugar, ou seja, saindo da idealidade e se tornando fundamento.

Sartre construiu este argumento da seguinte forma: “não é porque sou livre que meu ato escapa à determinação dos motivos, mas, ao contrário, a estrutura ineficiente dos motivos é que condiciona minha liberdade” (SARTRE, 2003, p. 78). Como nos pautamos por atrelar o sentido da intencionalidade como a estrutura que nos serve de referência para compreender a vinculação que Sartre estabelece entre liberdade e moral, a passagem anterior se constitui como um elemento importante dessa compreensão. Ela encerra o sentido da estrutura da consciência, estrutura esta que determina o modo pelo qual todo compromisso se estabelece, pois “falar de um ato sem motivo é falar de um ato ao qual faltaria a estrutura intencional de todo ato” (SARTRE, 2003, p. 540): da exigência moral já não se extrai o sentido da moral por ela mesma, mas pela consciência que assume o seu importante caráter de construtora de sentido e definição do sentido do mundo pela situação.

Para o autor, somente a consciência é uma estrutura eficiente, toda a realidade da qual ela é consciência repousa numa estrutura ineficiente por que é em si mesma uma opacidade massiva. Compreender a realidade como fenômeno é fazer com que a estrutura eficiente da consciência alcance o sentido de cada coisa, construindo o sentido de sua estrutura. No caso dos motivos, estes são condição da minha liberdade por que são captados pela minha consciência em sua estrutura ineficiente e por ela tem um sentido estabelecido.

A moral que se fundamenta no pensamento de Sartre, segundo a ideia precedente, não é uma moral confortável, mas angustiada por que depende da estrutura ineficiente dos motivos para construir o seu sentido e o seu alcance.

Sendo que Sartre define que “o motivo aparece como consciência de motivo” (SARTRE, 2003, p. 78) deve-se entender que não há motivos na consciência, mas para a consciência. A coisa que me motiva, captada a realidade onde estou, é dada à minha subjetividade não como um conteúdo formal de consciência, mas como elemento material (fenômeno) da qual a consciência apreende e alcança o nível mais imediato do comprometimento que a intencionalidade me exige como fundamento do meu ser livre: “A liberdade manifestada pela angústia se caracteriza por uma obrigação perpetuamente renovada de refazer o Eu que designa o ser livre” (SARTRE, 2003, p. 79).

Constituo minha moral como compromisso comigo mesmo, mas também *em vista* do outro. “Sem dúvida a liberdade como definição do homem não depende do outrem, mas uma vez que existe a ligação de um compromisso, sou obrigado a querer ao mesmo tempo a minha liberdade e a liberdade dos outros” (SARTRE, 2004, p. 228).

Sartre define a existência dessa ligação ao compromisso pela situação. Sendo a essência humana o seu *é* como *tendo sido*, o ser humano tem sempre uma reflexão de seu ser por que ele está sempre em situação, ou seja, está sempre deparado com as possibilidades como sendo as suas possibilidades e não de outro, mas anunciadas aos outros. Vimos nas linhas precedentes que o interesse da dimensão temporal da angústia é a conversão coletiva da liberdade; essa ideia tem seu eco aqui expresso na necessidade também de cuidar da minha autenticidade por meio da postura moral que assumo como interesse de que os outros que me circundam também sejam autênticos segundo a verdade da realidade humana. Esse interessamento em si, torna-se a causa segundo a qual Sartre avança o sentido da universalidade do projeto humano a toda escolha expressa como liberdade e moral de cada um e dada a todos os outros.

O filósofo então afirma, por esse arrancamento, que constitui a estrutura em que todo compromisso se sela e que se fundamenta na consciência, encontrar o sentido onde o ser humano supera toda noção de natureza a priori, toda

determinação, para que possa estar à frente de seu passado e do seu futuro como maneira de não sê-lo mais ou ainda não o ser e permanecendo ligado pelo que agora se define, fora da idealidade, um modo de ser.

Nosso ser está imediatamente “em situação”, ou seja, surge no meio dessas atividades e se conhece primeiramente na medida em que nelas se reflete. Descobrimo-nos, pois, em um mundo povoado de exigências, no seio de projetos “em curso de realização” (SARTRE, 2003, p. 83).

3.6 O fundamento moral

O fundamento da moral é resguardar o sentido de condição humana a partir da essência do humano imersa numa estrutura de consciência. O foco desse ponto é justamente encontrar a defesa que Sartre faz da essência humana como liberdade. Já foi apresentado o sentido da construção que Sartre empreende para definir que a liberdade é o único fundamento dos valores. Defendendo o argumento de que a cada instante somos lançados ao mundo e que ficamos comprometidos, por este lançamento, à construção dos sentidos que definem as minhas ações. Os valores que sustentam minha consciência de motivo não extraem “o seu ser de sua exigência, mas sua exigência de seu ser” (SARTRE, 2003, p. 83). Isso por que “minha liberdade é o único fundamento dos valores e nada, absolutamente nada, justifica minha adoção dessa ou daquela escala de valores” (SARTRE, 2003, p. 83).

Nesse ponto, o que apreendemos da filosofia moral, como Sartre a construiu, é o sentido no qual se encerra a análise da liberdade como um valor para a constituição moral e em relação à própria liberdade.

O primeiro momento do comprometimento moral a que sou chamado introduz o problema da situação. Renovar-me só pode ser uma realização efetiva se for dada no meio de circunstâncias nas quais há essa exigência pela qual fundamento a moral. Em relação ao sentido de renovação que mantém a estrutura do ser livre, a moral emerge dada na situação em que capto o meu ser livre posto em questão.

Podemos dizer que, para o traço moral que constituo, minha liberdade deve estar situada. Anteriormente, havíamos trazido o conceito de liberdade como resistência; Sartre procura tirar a liberdade de todo contexto em que ela não esteja

ligada diretamente à intencionalidade. Fundamentando essa definição na filosofia de Sartre, é clara a ideia de que o autor se preocupa em situar o ser humano na possibilidade de desconsiderar toda determinação em vista de sua condição humana.

Ao analisar essa mesma questão, Paulo Perdigão (1995) considera que tudo aquilo que envolve a ação humana, os modos, os motivos e atos em vista de sua realização é o meio pelo qual a liberdade é bem compreendida e supera os ideais do senso comum. “A liberdade encerra um mínimo de ação” (PERDIGÃO, 1995, p. 89) e por esse mínimo de ação, toda existência é comprometida. Uma vez que o sentido da ação é a intenção que realiza, a liberdade resiste a todo aprisionamento do sentido da ação por que é autonomia. A liberdade é um valor e é nessa acepção que Sartre a define como fundamento dos valores.

O que o filósofo quis alcançar com isso? “O primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade de sua existência” (SARTRE, 2004, p. 203). A preocupação de Sartre ao formular uma construção moral que não esteja pautada por uma natureza que seja *a priori* de toda existência é de que o ser humano assuma o inquestionável valor do seu ser no mundo. A necessidade de formular o argumento em que uma resposta seja conferida à questão do valor da liberdade, se em si mesmo ou se em relação ao comprometimento moral, é o sentido de estabelecer um sincronismo entre o sentido e a definição da constituição da moral em vista do ser humano universalmente; o foco é a humanidade. “E quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens” (SARTRE, 2004, p. 203). Podemos compreender, pelo que já foi discutido acerca da característica de interesse que a filosofia sartriana comporta, o nível de compromisso que a responsabilidade, naquilo que situa o ser humano em meio às relações que estabelece, quer definir-se como a autenticidade do modo de ser do humano.

Assim, a subjetividade não é a estrita definição do ser humano por sua particularidade, mas a de sua universalidade como condição existencial que todo ser humano partilha. O valor fundamental encontrado na minha liberdade que “se angustia por ser o fundamento sem fundamento dos valores” (SARTRE, 2003, p. 83)

é o sentido de ser humano. Luijpen (1973) buscou compreender essa construção do fundamento moral por um conceito de destruição do legalismo moral.

Para Luijpen (1973), ao analisar a fenomenologia da liberdade, duas coisas se colocam no plano da existência: a liberdade e a moral. A vida de cada ser humano é colocada na tensão que passa a existir entre aquilo que ele é e o que dele se espera, é o espaço do debate entre o interessamento e a ética, entre o querer e o fazer. Luijpen (1973, p. 203) diz que “não raramente se enxerga oposição entre ser livre e ser ético”. Isso por que a ideia de liberdade consistiria numa ausência de toda determinação e o agir ético se constrói na plenitude da certeza de um agir pautado pela lei. Isso se deve ao fato de que a compreensão da liberdade nesse sentido negativo e da responsabilidade como determinação, portanto, nem positiva nem negativa, não corresponde ao fato moral na forma com realmente ela se justifica. O que fica desse debate é o legalismo moral.

Assim, Luijpen (1973) procura construir seu argumento defendendo que a maneira mais consistente de minar as bases do legalismo é oferecendo uma filosofia moral que se centre na consciência humana em relação ao seu agir, apelando não apenas à consciência, mas à responsabilidade de ser consciente de suas ações. Fundamentando-se naquilo que Sartre afirma que primeiro agimos para depois termos uma reflexão do sentido global da ação, ou como ele aborda em *O existencialismo é um humanismo* que “o homem não é mais do que o que ele faz” (SARTRE, 2004, p. 202), Luijpen (1973) concebe a constituição da moral como uma preocupação com o sentido da ação.

Luijpen (1973) interpreta as passagens de *O existencialismo é um humanismo* sobre a inexistência de Deus e de valores escritos no céu como que a destruição de toda concepção a priori do sentido de uma natureza humana que seja moral antes da experiência da existência. Luijpen (1973) centra o seu argumento na relação do agir. Ele não destaca, ainda no mesmo texto do qual recolhe as afirmações da construção de sua tese, que Sartre define que “o homem, tal como o existencialista o concebe se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como fizer a si próprio” (SARTRE, 2004, p. 202). Esse é o sentido fundamental da relação moral que Sartre constrói que Luijpen não captou em toda a sua completude: Sartre defende a ação, e Luijpen percebe esse aspecto, mas não

dá ênfase à relação originária dessa ação, como *consciência de*, que é a condição ontológica da natureza humana segundo Sartre define.

Para definir o que seja esse golpe mortal, o autor define o que é o legalismo. Sendo o legalismo a teoria de que “a moralidade não é outra coisa senão estar-se disposto a obedecer à lei impingida de fora” (LUIJPEN, 1973, p. 203). Estabelece-se, então, a heteronomia do compromisso. Neste instante, vale destacar que a condição humana é estabelecida pela liberdade. O que fazemos e não fazemos não é determinado pela natureza, nem pela natureza humana (uma personalidade particular) que opera como um fator determinando nossas ações. Luijpen se volta à consciência não pela liberdade, mas pela ação. O autor deixa de pensar a questão da realidade humana como intencionalidade para situá-la apenas no aspecto do agir pautado por uma ideia nova de realidade humana: a morte de Deus é o nascimento do ser humano livre.

A crítica ao legalismo moral é a afirmação que não há nada fora do humano que determine seu modo de agir, muito menos no seu “interior” que o faça seguir uma determinação de sua natureza. A questão da moralidade estará assentada na consciência de ser ele mesmo o autor da ação. Importa é a mentalidade com que o sujeito opera seus atos mentais em atos físicos, em ações.

É nessa perspectiva que Luijpen (1973) diz que a mentalidade com que se realiza a ação estabelece o acordo entre a lei e a consciência de agir. Eis o golpe mortal que Sartre, segundo o autor, promove no legalismo. Entenda-se por legalismo, no modo como o Luijpen defende, um conceito que se expressa como uma conduta de consciência diante da moral: “O legalismo não foi apenas uma mentalidade predominante em certa fase da moralidade; é, sobretudo, uma permanente tentação contra a qual o homem de vida autenticamente ética precisa opor-se” (LUIJPEN, 1973, p. 204). A intenção de Sartre remonta a algo mais original que isso que Luijpen apresenta, sem que descarte o que ele sublinha em sua argumentação.

Para Luijpen (1973), tendo em vista essa preocupação em relação à vida ética e à moralidade, foi que Sartre “excluiu o legalismo de forma bem simples; negando a existência de normas e valores gerais, pois que não existe Deus para escrever essas normas no céu. O homem como sujeito é que deve dar-lhe sentido,

inventando os valores” (LUIJPEN, 1973, p. 204). Não é por acaso que essas questões já começam a ser tematizadas na parte que trata da origem do Nada, cujo acento se expressa na liberdade como angústia.

Para o moralismo, o acordo entre a lei e a ação é regido pela observância da lei. Uma postura moral autêntica assume a ação em vista do sentido que a ela é creditado. Como disse Luijpen (1973), importa mesmo é a mentalidade com que é feita, isentando a moral de ser caracterizada como boa ou má em vista apenas do aspecto exterior de sua realização.

A questão moral tem seu centro vital na edificação dos valores que regimentam a originalidade humana como uma realidade ontológica na qual a sua condição é a do ser para a liberdade. A constituição moral é a apreensão do sentido da existência humana em meio às situações. Para Sartre, e para o existencialismo em geral, a angústia também representa uma condição universal: à medida que compreendemos nossa liberdade, nós experimentamos uma angústia provocada por ter que fazer uma escolha.

A angústia é diferente do medo. Nós podemos temer algo; a angústia emerge de nossa própria não-coisidade. O ser humano é uma não-coisa e essa condição diz respeito à sua condição humana: ser não-determinado, ser livre e é preciso uma filosofia que pense e defenda essa problemática da originalidade humana. É o que podemos afirmar dessa ontologia em que “Nada” vem antes de “Ser”. A contingência vem antes da necessidade. A existência vem antes da essência.

Por isso, antes de falar de um legalismo moral e de sua derrubada, deve-se pensar a situação originária da filosofia de Sartre na defesa da condição humana compreendendo a ênfase na consciência de ser e na crítica que ele faz ao determinismo psicológico em vista do compromisso na qual assento o meu perpétuo arrancamento às determinações. Se os motivos estão para a consciência, como consciência de motivo, assim como a ação é também consciência de ação, Sartre se preocupa em denunciar as possibilidades de tornar a consciência apática ao seu ser para daí pensar a questão da ação; ideia esta que já nos remete, nesse momento, ao segundo nível do comprometimento moral: a responsabilidade.

3.7 A natureza humana e a moral

O estabelecimento de um comprometimento moral na forma como Sartre constrói a sua conceituação, remete, no sentido da radicalização do ser humano no mundo, a uma ideia a qual podemos chamar de natureza humana. Ora, as diversas leituras da filosofia de Sartre sempre apontam para o posicionamento teórico do autor em relação a esse tema; para Sartre o ser humano não é uma natureza determinada antes da existência, também não é uma essência constituída por um Eu transcendental assentado na consciência como um conteúdo formal. A abertura ao campo das ideias de uma condição universal do ser humano está focada, no pensamento de Sartre, na questão da condição histórica da humanidade.

Sartre construiu o argumento da fundamentação moral do ser humano, tendo a liberdade como o único fundamento dos valores, a partir da descrição fenomenológica do Nada. A condição humana é uma essência separada de toda determinação a priori por um nada; a fim de justificar essa separação, Sartre utiliza a ideia do tempo ou a ideia de que há um circuito temporal em que as coisas e a percepção destas constituem momentos distintos para a consciência: “A essência é tudo aquilo que a realidade humana apreende de si mesma como *havendo sido*” (SARTRE, 2003, p. 79). A condição da temporalidade fundamenta a intencionalidade da consciência como percepção do fenômeno, separando da realidade do humano toda outra realidade por que toda realidade humana é para si mesma “fenômeno subjetivo”.

Por ser esse fenômeno subjetivo é que pode se entrever que haveria, no pensamento de Sartre, uma ideia de natureza humana, não como essência ou determinação, mas que seja de acordo com a estrutura do fenômeno e da consciência e que esteja fundamentada no vínculo moral que se estabelece pela liberdade. A descrição da realidade do mundo como um fenômeno, ou seja, o ser da manifestação das coisas e as coisas em si mesmas são uma mesma unidade que estabelecem os princípios nos quais a construção do sentido existencial da condição humana indicará uma universalidade.

A ideia de tempo e a do Nada envolvem essa questão. Uma vez que se fala da possibilidade de pensar essa natureza humana assentada na intencionalidade,

na forma como Sartre constrói os argumentos, inevitavelmente descreve-se a condição humana naquilo que é o projeto moral que se fundamenta na liberdade. Sartre afirma:

Vou emergindo sozinho, e, na angústia frente ao meu projeto único e inicial que constitui meu ser, todas as barreiras, todos os parapeitos desabam nadificados pela consciência de minha liberdade (SARTRE, 2003, p. 84).

Nesse aspecto, em vista do projeto moral que Sartre constrói a partir da angústia, a crítica ao determinismo psicológico que ele empreende é mostrar que o determinismo pensa que “a consciência é uma sequência causal indefinidamente continuada” (SARTRE, 2003, p. 85), portanto, visa transformá-la em plenitude. Essa natureza humana que a filosofia de Sartre parece anunciar caberia em outra pesquisa mais detalhada, mas revela-se como uma construção de toda identidade intencional que não seja assentada nessa plenitude continuada. Se há uma natureza, o seu sentido é o de diferenciar, assim como fenômeno e intencionalidade, que a condição humana é uma essência não contínua, uma natureza não determinada, mas voltada para as particularidades, para a situação, para ser no mundo.

É preciso pensar que a questão da responsabilidade será problematizada por Sartre como uma autonomia frente a toda determinação. Se a liberdade é o valor pelo qual se constitui a moral, a responsabilidade anunciará esse valor na ação, mas não a ação por si mesma, mas aquilo que ela anuncia, ou manifesta, tal como o fenômeno. Sendo assim, a introdução do tópico sobre o determinismo moral não busca revisar como Sartre faz a crítica a essa forma de objetificação da consciência por que tende a sua reificação. O propósito desse próximo ponto é como, a partir dele, a ideia de descontinuidade já se anuncia, a fim de que a construção da ideia da responsabilidade, tal como Sartre a concebe, mantenha o caráter de compreensão da condição humana assentada numa essência que é descontínua, por *ser em situação*.

3.8 O determinismo moral

Esse ponto encerra o momento de análises dos argumentos nos quais Sartre concebe a vinculação moral do ser humano no momento originário da consciência de si como consciência de liberdade. Com já foi exposto, o tópico trabalha a construção da crítica ao determinismo psicológico para defender a consciência de qualquer fundamentação teórica da sua estrutura como uma continuidade: a possibilidade de ser meus possíveis engendra o meu possível escolhido. O problema que Sartre procura enfrentar aqui é o de assumir uma postura de consciência que tente escapar à angústia. Para o autor, toda negação à transcendência da consciência como revelação revelada da realidade humana, de onde se resgata o sentido da condição ontológica do humano, será, de alguma maneira, a tentativa de escapar da angústia a que essa captação de sentido demanda. Se a liberdade humana se construiu no projeto de ser ela mesma o fundamento da moral e dos valores, posso não querer assumir essa essência do ser humano em vista de uma essência que desconsidere tal construção e formulação de um compromisso ante os valores: Sartre dirá que sustentamos no nosso ser os valores.

Assim sendo, não encontramos os valores fora de nós, nós os construímos segundo nossos interesses ou como Sartre também dirá, em vista de nossa independência e responsabilidade. Há uma justificativa nessa vinculação que buscamos estabelecer entre liberdade e moral e que assenta na própria arquitetura de nosso modo de ser no mundo. O que justificaria a afirmação de Sartre, que busca esclarecer o sentido de que cuidar da liberdade alheia é, de algum modo, o sentido no qual encontro o motivo para zelar sobre a própria liberdade como necessidade temporal dada pela situação, ou seja, a moral é uma construção na história, uma condição para nos manter vinculados à verdade da realidade humana.

Sartre em *O Ser e o Nada* começa a construir, pela análise das tentativas de fuga da angústia, os argumentos nos quais irá fundamentar a análise fenomenológica da responsabilidade. Assim, fundamenta uma análise do sentido de ser Para si e ser para o outro como necessária ao momento de diferenciação radical na qual a essência humana e “a relação acidental que unia a consciência à coisa

desaparece sem alterar por isso nem uma nem outra existência” (SARTRE, 2003, p. 89). A responsabilidade é a consciência de autoria ante a coisa. Para tal, ele deve responder de que maneira os possíveis, ou seja, as coisas em si mesmas como objetos nos quais minha ação se volta ou transforma, engendram esta minha ação e as minhas escolhas se a crítica que ele fará é justamente de negar uma continuidade da consciência como objetificada, ou seja, no sentido de negar a sua transcendência.

Sartre assume a postura de que toda tentativa de manter, na construção da consciência de si, alguma determinação a fim de conferir à estrutura da consciência uma continuidade, será o mesmo que dizê-la perene, ou seja, alheia a todo devir, será a tentativa de fuga da angústia. O que será a responsabilidade nesse contexto? O fato de assumir que todo devir humano é o ato engendrado com a imagem de humano que construo para mim e para os outros, assentado na liberdade que sou. Neste sentido, negar que os possíveis são meus será negar a responsabilidade como ato livre e comprometedor de meus possíveis no mundo.

Se um dos conceitos fundamentais do fenômeno é a cadeia infinita de manifestações nas quais ele é sua própria essência, não poderá a intencionalidade ser sua própria estrutura transcendente se apenas captar esta ou aquela manifestação, mas se for intencionalidade em todas elas e para todas elas. Assim, a angústia é intencionalidade de construção moral a partir de si mesma e fundamento para a moral por que reclama a essência humana a cada instante e em cada situação como livre e responsável.

Negar essa angústia é “tentar escapar de minha própria transcendência, na medida em que sustenta e ultrapassa minha essência. Afirmo que sou minha essência à maneira de ser do Em-si” (SARTRE, 2003, p. 87). Sartre pensa então a essência humana como uma construção histórica e defende essa definição voltando-se à questão do tempo. Se há uma natureza humana em seu pensamento, uma das condições de sua definição é que é temporal, subjetiva e transcendente, tal como a consciência ou sendo ela a condição mesma da estrutura da consciência.

O tempo como dimensão ontológica da realidade humana não é o tempo cronológico, mas o tempo histórico, o que se forja nas construções e desconstruções. Não haveria como Sartre conceituar e construir o argumento da

responsabilidade se ele não focasse a questão da escolha como condução da construção histórica do ser do humano pelo próprio humano. Para tal argumento, retomando o sentido do Eu, Sartre define que a essência humana é uma natureza livre, pois é intencional. Uma vez que a compreende como o elemento da constituição moral para a História, segundo a sua definição de que todo acontecimento no mundo aparece para mim como ocasião, e por ser ocasião, ou seja, possibilidade, ocorre que qualquer acontecimento “pode ser considerado uma oportunidade, ou seja, pode aparecer-nos como um meio para realizar este ser que está em questão de nosso ser” (SARTRE, 2003, p. 681). O determinismo psicológico que critica, certamente será a recusa a “considerar a minha essência como sendo historicamente construída e como se compreendesse o ato tal como o círculo implica em suas propriedades” (SARTRE, 2003, p. 87).

A responsabilidade se constituirá, assim como o compromisso moral de renovação do Eu, na construção da imagem que sou de mim mesmo como um conceito chave na qual a moral se fundamenta na História assim como a existência se fundamenta no mundo pela relação fenômeno-mundo-consciência. Por isso Sartre recusará a ideia de *início* para essa consciência, ela será uma percepção originária de si, mas não um começo à maneira das coisas que não existem e passam, materialmente, a ter existência concreta. A moral não é um mecanismo da consciência para evitar a angústia, tal mecanismo é a má-fé; a moral é o sentido efetivado de minha facticidade radicada no comprometimento com o mundo.

Assim, todo ato do compromisso moral será consciência moral não à maneira de ser da relação de si para si, mas do ser Para si; seu início não remontará a uma origem ou a um ponto de partida, mas o momento imediato da percepção do *ser em questão*. A percepção de si sempre será renovada pela intencionalidade do Eu que cada fenômeno individualiza e secreta o Para-si da massividade do Em-si do qual eu sou consciência.

Neste aspecto é que a responsabilidade conduzirá à expressão de imagem concreta dos fins que persegue, ao contrário dos processos pelos quais Sartre afirma que tentamos condicionar a consciência à perenidade a fim de mascarar a angústia que somos:

Captamos nosso possível evitando considerar outros possíveis, que convertemos em possíveis de um outro indiferenciado; não queremos ver esse possível sustentado no ser por uma pura liberdade nadificadora, mas tentamos apreendê-lo como engendrado por um objeto já constituído, que não é senão o nosso Eu, encarado e descrito como se fosse a pessoa de um outro. Queremos conservar da intuição primeira aquilo que ela nos entrega como nossa independência e responsabilidade, mas procurando deixar à sombra tudo que há nela da nadificação original: sempre prontos, ademais, para nos refurgiar-nos (sic) na crença no determinismo, caso tal liberdade nos pese ou necessitemos de uma desculpa. Assim, escapamos da angústia tentando captar-nos de fora, como um outro ou como uma coisa (SARTRE, 2003, p. 88).

4 LIBERDADE, RESPONSABILIDADE E MORAL

Este terceiro capítulo dedica-se ao problema da moral, na filosofia de Sartre, naquilo que o filósofo buscou construir como conceito de responsabilidade. Para tal, inicia a argumentação, em *O Ser e o Nada* afirmando ser importante que se volte à ideia de liberdade e sua conceituação a fim de compreender a sua importância para o que chama de destino humano.

Já foi discutido que Sartre constrói o argumento de descrição da realidade do mundo a partir da ideia de fenômeno e da realidade humana a partir da intencionalidade da consciência. Podemos entender que até aqui, o que foi esboçado na interpretação dos conceitos trabalhados, naquilo que define o modo como o problema moral vem sendo definido e articulado por Sartre. Segundo a ideia de intencionalidade, é que o autor procura construir um conceito que permita desconstruir qualquer outra conceituação sobre a realidade humana que não a defina senão como *sentido*, isto é, como liberdade aterrada no tempo e nas situações. Essa realidade humana, que é sentido, é captada na estrutura da consciência como *maneira de ser*.

No capítulo anterior, buscou-se definir o compromisso moral que se fundamenta na captação individual do sentido de ser da realidade humana como ininterrupta necessidade de renovação do *eu* que eu sou frente aos meus possíveis. Chega-se, agora, à exigência de compreender esse compromisso moral pela ação. Se no primeiro momento da análise do conjunto de conceitos nos quais Sartre articula há uma vinculação entre o modo de ser do ser humano e o fundamento dos valores; para este tópico, então, pode-se definir que a essência humana é uma realidade que se constrói e o compromisso moral irá exigir que se fundamente uma postura de comprometimento com essa construção através de uma ligação com o mundo.

De fato, Sartre estabelece que a relação do ser humano com o mundo estabelece os laços nos quais cada realidade é descrita em seu ser. O ser humano capta o mundo em seu estado mais bruto e lhe confere sentido, ao contrário, ele não capta a si, pois desse modo, seria preciso que sua essência estivesse no mundo assim como está a pedra, a mesa, o livro. O ser humano constrói o sentido de sua

essência em meio às determinações e possibilidades que o mundo encerra. Para que a essência humana possa ser construída, é preciso que a essência do mundo seja dada à consciência como fenômeno. Daí que o que definimos como realidade se constitui de duas realidades ontológicas distintas: a condição humana e o ser Em si.

O compromisso moral que se define pela liberdade se liga diretamente à intencionalidade da consciência e por ela capto o meu ser livre como angústia. O segundo momento, este que definimos como aterramento no mundo pela consciência de responsabilidade, é o de efetivação de minha liberdade como um aterramento profundo na situação (a angústia se torna *o sentir o peso do mundo sobre os ombros*).

O conceito central que norteia, portanto, o modo como busco compreender o problema moral em Sartre é pela ideia de sentido. Luis Cláudio Pfeil (2008) buscou remontar a construção do argumento sartriano como a base na qual a definição da autenticidade ganha um fundamento fenomenológico. Definindo que “a moral sartriana é um desdobramento imediato da ontologia desenvolvida em O ser e o nada, norteadas pelo conceito husserliano de intencionalidade” (PFEIL, 2008, p. 151), a ideia de sentido conduz o autor até a questão da autenticidade, ponto central no qual o conceito de responsabilidade se encontra nesse mesmo desdobramento da ontologia do Em si e do Para si.

Para que eu me compreenda responsável devo ser, segundo Sartre, eu mesmo o ser pelo qual o sentido do mundo é construído e, desse modo, seja eu mesmo, também, responsável por meu modo de ser (ser livre) à maneira de ser pelas escolhas, ação, sem desculpas, sozinho e inevitavelmente frente a meu passado e meu futuro.

Estruturando a sua análise nos conceitos de que a consciência não é algo em si mesma, mas para si, ou seja, para o que ela não é e, desse modo, sendo a realidade humana consciência de si, Pfeil (2008) quis demonstrar que por essa intencionalidade, a filosofia de Sartre quer afirmar que não há uma substância na consciência que defina a essência humana, mas que esta é liberdade: a maneira de ser do humano é ser livre, defenderá o mestre francês.

A questão que Pfeil (2008) aborda não é se a liberdade é o primeiro modo de ser do humano para que ele seja, depois, essa intencionalidade que capta e constrói o sentido do mundo. O que o autor prioriza, assim como o próprio Sartre, não é perguntar o que se estabelece primeiro na essência humana (se a consciência de *ser livre* ou a intencionalidade), mas o que significa para o ser humano não ser uma substância.

O que se pode responder é que o ser humano é construção de sentido. “O mundo é humano e mesmo aquilo que tem de natural, já possui um sentido” (PFEIL, 2008, p. 153). Liberdade e intencionalidade são significações coincidentes e simultâneas daquilo que se quer dizer sobre a realidade humana na “definição” de sua essência. O que se disser sobre a realidade humana, no modo como Sartre a concebe, fundamentada na ontologia do Para si será como o autor mesmo afirma: “Tenho que realizar o sentido do mundo e de minha essência: eu decido sozinho, injustificável e sem desculpas” (SARTRE, 2003, p. 84). A responsabilidade é a construção do sentido de meu compromisso moral de acordo com o meu modo de ser e tendo que ser *eu* o sentido do mundo.

4.1 A situação e autenticidade

Sendo o ponto central a ideia de que a realidade humana é uma essência que se efetiva a cada momento que renovo o meu Eu frente aos meus possíveis, Pfeil (2008), ao buscar compreender o sentido do conceito de responsabilidade à luz da ontologia assentada na intencionalidade, foi se encaminhando nas análises sobre a realidade humana no modo como Sartre constitui o fundamento moral pelo inacabamento da essência humana. Nesse sentido, o que a ontologia do Para si quer expressar é que desde o momento inicial em que capto o mundo como algo em si mesmo e “sem” sentido, sou eu o único responsável por todas as significações e definições que instituo para mim e para o mundo numa relação direta, tal como é o fenômeno e a consciência.

A autenticidade é o ato verdadeiro e comprometedor na qual construo minha essência, assumindo minha liberdade, isto é, “assumir nossas escolhas e reivindicar as consequências de nossos atos” (PFEIL, 2008, p. 157).

Uma vez que capto minha essência na liberdade, capto minha responsabilidade na ação. Essa captação não será iniciada por dois momentos distintos na construção do meu sentido de ser, de minha natureza humana, ou seja, de minha essência. A captação tanto da minha liberdade, quanto do sentido da ação constituem uma mesma realidade de ser: o Para si remete ao que ele é e, nesse sentido, o que ele é, é para a consciência de si como intencionalidade e ação.

De fato, Sartre estrutura o argumento da responsabilidade no mesmo sentido no qual alicerça o da definição dos valores: a liberdade é o único fundamento no qual posso exigir de mim o sentido no qual sou eu mesmo minha essência, sem desculpas e sem esquivas frente às minhas escolhas. A questão que se impõe, agora, é a de como buscar esclarecer o sentido da construção da moral a partir do compromisso de que “o homem, estando condenado a ser livre, carrega nos ombros o peso do mundo inteiro: é responsável pelo mundo e por si mesmo enquanto maneira de ser” (Sartre, 2003, p. 678).

Tardando, ainda que brevemente, a análise dos pontos nos quais Sartre fundamenta a responsabilidade, a discussão aqui se voltará para um ponto no qual Marilda Fayad (2010) constrói a sua interpretação sobre o fato de que, para Sartre, a condição de ser do humano sustenta em seu ser a construção do sentido de si e do mundo.

Sartre afirma que tenho que definir o sentido do mundo e de minha essência. A ideia de fenômeno, que Sartre descreve, já dá o sentido no qual esse compromisso de definir o que eu sou e o que o mundo é servirá de base na qual a questão da ação responsável é o sentido da moral na filosofia de Sartre.

Convém notar que tanto no primeiro momento do compromisso moral como nesse segundo momento, a presença do outro ainda não foi convocada e tematizada em toda a sua plenitude. O estado atual dessa definição do sentido moral ainda é ligado fundamentalmente à subjetividade absoluta: é como se o que eu escrevo fosse o modo único de expressar com palavras o que a linguagem

expressa pela comunicação. Descrevo e compreendo minha subjetividade por ela mesma; a liberdade como um valor absoluto para o ser humano é o que permite que a consciência opere em relação ao mundo, na significação do seu ser. Sem sombra de dúvida constituiria um importante objeto de estudo a questão da importância do outro na construção do sentido moral, no pensamento de Sartre, visto que as definições até agora expostas prezam, mas não exclusivamente, o sujeito individual e seu comprometimento com seu modo de ser. Sartre incluirá o outro quanto este é diretamente afetado pelo sentido de minha ação; no mais, é sempre o *eu* que domina a sua análise conceitual sobre o sentido da construção moral.

A ideia de responsabilidade e os fundamentos nos quais o sentido do agir moral define que a realidade humana é uma verdade sem desculpas e que cada ser humano se define por suas escolhas encerram o conceito de solidão. Há pouco dizíamos que Sartre elabora os conceitos a partir da subjetividade a fim de esclarecer o sentido no qual cada ser humano irá constituir o seu modo de vida: primeiramente, e de maneira extensiva, ele problematiza a existência a partir do individual, só depois pelo coletivo.

4.2 Responsabilidade e identidade

Marilda Fayad (2010) buscou compreender, na relação do ser humano com o mundo, a questão da identidade de si, princípio no qual a responsabilidade é definida em relação à essência humana e à liberdade como valor e fundamento.

Essa identidade é o conceito no qual Sartre discute o argumento da responsabilidade. Inicialmente a autora aborda que o ser humano “sustenta o passado, o presente e o futuro de sua vida pela consciência e é por esta unidade temporal consciente que o homem vive os seus instantes e, sobre estes instantes, constrói a sua vida” (FAYAD, 2010, p. 27). Viver os instantes da vida é, nessa construção filosófica, argumentar e captar o sentido no qual cada coisa me parece. É uma reclamação a fim de “justificar” meus atos, minhas escolhas, meu ser. Essa é uma conceituação que privilegia a consciência de ação como fundamento claro de

que me lanço sobre meus possíveis como as possibilidades nas quais sustento o ser de minha essência.

Partindo da estrutura da consciência, não posso admitir outro percurso senão aquele no qual subjetividade e individualidade são mais que sinônimos, são as causas mesmas de meu ser. A causa de meu ser não está em um fundamento, mas no fato mesmo de ser eu o fundamento na qual todo começo tem explicação em mim e por mim. A autora aborda a questão antropológica neste sentido, afirmando que “o homem pode ser considerado como uma solidão consciente que só encontra na existência os seus próprios feitos que são o resultado de seus atos” (FAYAD, 2010, p. 27). Isso quer dizer que se pode vislumbrar o início da existência humana como um acontecimento sem explicação prévia.

Havíamos afirmado que para a questão da responsabilidade é preciso que cada um assuma que ela se fundamenta em qualquer momento como consciência de acontecimento: uma folha que cai, um por do sol, a leitura de um livro, a morte de um amigo são momentos nos quais a intencionalidade da consciência funda a noção de acontecimento para meu ser. Pois bem, segundo as interpretações da autora, que priorizam a consciência temporal e de solidão para definir a realidade humana, a filosofia de Sartre lega o sentido de que a realidade humana é uma identidade para si mesma e na qual a consciência de responsabilidade assume o acontecimento como um fato decorrido, uma ação dada, para essa consciência intencional que o ser humano é.

Essa identidade é “uma identidade transcendental, pois, como identidade temporal e inacabada, ela não poderá se equivaler a uma coisa em si que é terminada e plena” (FAYAD, 2010, p. 29). A relação do ser humano com o mundo, já descrita como compromisso de renovação do eu, mantém agora o seu caráter, pela ação, de fazer um novo ser dentro do mundo pelo vínculo da responsabilidade.

Agora podemos problematizar a construção do sentido moral pela ideia de responsabilidade, segundo a qual me torno responsável pelo ser do mundo e pelo meu modo de ser. O *eu* tantas vezes mencionado na questão do comprometimento moral que sou pela captação de minha liberdade é o *eu* no qual a ação encontra um princípio de identidade para a consciência de ação.

Sartre define responsabilidade como “ser o autor incontestável de um acontecimento ou objeto. O Para si deve assumi-la como a consciência orgulhosa de ser seu autor” (SARTRE, 2003, p. 678). O sentido da autoria é o de identidade de si como modo de ser da condição humana.

4.3 O sentido da autoria e a consciência orgulhosa de ser seu ator

Ao definir a questão da responsabilidade a partir da consciência de acontecimento, Sartre define que o sentido do acontecer é o de ocasião e aí será preciso que ele determine a significação que este termo pode ter na condição humana. Conceituando que a condição humana é uma essência que se realiza por meio das escolhas e da ação, todo fato que decorre da consciência coloca o seu ser em questão, justamente por que cada fato é um *fato realizado* frente aos possíveis que formam o conjunto das possibilidades nas quais o ser humano está cercado.

A ocasião, para Sartre, assim como o Em si – por eles mesmos – não são nada. É preciso que algo lhes confira significado. Por que a realidade humana assume a sua essência frente às ocasiões? Por que é pela ocasião que o ser livre de cada ser humano é posto em questão diante da necessidade de construir o sentido de sua existência a partir daquela captação temporal dos possíveis que são dados à consciência.

Aquilo que chamo de valor da liberdade, revelado pela angústia, é o conceito com o qual Sartre afirma que, por ela, apreendo o fundamento do ser como um não fundamento, mas como um sentido a ser construído. Pelo menos dois pontos podem ser pensados a partir dessa assertiva. Sartre atribui um significado à questão de o ser humano não ter um fundamento, à maneira do Em si, como sendo falta. Nesse sentido, ele irá constituir o sentido da psicanálise existencial: a falta de ser orienta o desejo de ser do humano. O outro sentido é o da liberdade. O autor retoma isso em *Cahiers pour une morale*; sendo o ser humano a falta de ser eu próprio fundamento, “por que e sobre o que esta falta aparece? Sobre e para a liberdade” (SARTRE, 1983, p. 455). Isso por que a realidade do Em si não comporta a condição de ser

projeto, ele não se realiza como o ser humano: ele é uma totalidade dada e completada no mundo.

A condição de ser do humano é a liberdade que compreende o seu sentido de ser. Quando pensamos a identidade do ser humano na perspectiva da ontologia do Para si, temos por certo que ela só se torna realizável por que esse ser humano é ontologicamente livre, ou seja, ele não é fundamento de si mesmo, mas a construção do seu sentido de ser. Sartre aborda isso de maneira muito radical a ponto de fundamentar que o sentido do nascimento de cada pessoa é uma construção de sentido no modo como concebo as situações de minha vida: escolho conceber o modo no qual dou sentido ao meu nascimento a partir das situações de minha existência.

Toda essa argumentação sobre sentido e existência, escolha e projeto, fundamentação da realidade humana como projeto, como um arrancamento da realidade totalizada da coisa para a compreensão da essência humana como liberdade é organizada por Sartre, na construção do sentido da moral como responsabilidade, como a postura que o ser humano deve assumir diante das situações às quais é deparado no espaço do mundo.

Compreender o que quer significar para Sartre a consciência de autoria é entender que ele buscou fundamentar essa consciência numa postura humana radicada na angústia. Uma vez que só há construção de identidade do Para si quando este compreende as posturas de má-fé que pode assumir diante do fato de ser liberdade, pela postura moral o ser humano passar a agregar valores à sua identidade como modo de pensar a sua própria condição humana e pela responsabilidade assume que é o único responsável por seus atos. Essa postura Sartre definiu como sendo “o próprio da realidade humana que é ser sem desculpas” (SARTRE, 2003, p. 679). A postura humana em relação à sua essência livre é ser sem desculpas diante dos fatos, das escolhas e dos sentidos nas quais constrói o seu modo de ser.

O que vai nortear o autor na definição da consciência de ação, ou de autoria de algum acontecimento é que esse ser humano é sem desculpas e sem esquivas de si mesmo. Sartre insiste na solidão humana para conceituar a responsabilidade. Antes de abordar os três argumentos que Sartre define para fundamentar a postura

humana responsável, retomemos sucintamente o sentido no qual ele define a liberdade humana na perspectiva da responsabilidade.

Ser totalmente livre é escolher o sentido de ser. Não me separo dessa escolha: sou o que eu escolho ser e integro esse sentido à minha situação. É por essa integração que a consciência de acontecimento surge no mundo e por ela posso assumir a autoria da ação como consciência de responsabilidade.

É assim, precisamente que o Para si se apreende na angústia, ou seja, como um ser que não é fundamento de seu ser, nem do ser do outro, nem dos Em sis que formam o mundo, mas que é coagido a determinar o sentido do ser, nele e por toda a parte fora dele. Aquele que realiza na angústia sua condição de ser arremessado em uma responsabilidade que reverte até sobre sua derrelição já não tem remorso, nem pesar, nem desculpa; já não é mais do que uma liberdade que se revela perfeitamente a si mesmo e cujo ser reside nesta própria revelação (SARTRE, 2003, p. 681).

Desse modo, como o próprio autor problematiza, a responsabilidade “é simples reivindicação lógica das consequências de nossa liberdade” (SARTRE, 2003, p. 678). Em que sentido reivindicar essa consequência de nossa realidade humana uma vez que ela é também sem desculpas diante de nossas ações? Sartre atribui o sentido da responsabilidade aterrado à facticidade da condição humana. Todo acontecimento se encontra impregnado de facticidade, assim como cada escolha e cada fato, ambos, fundamentam a consciência de acontecimento como facticidade e dela se reveste. Sartre passa a exigir desse revestimento de derrelição a atribuição de sentido aos atos humanos como descrição do sentido do modo de ser do Para si em relação ao mundo e a si mesmo como identidade.

A facticidade “consiste no fato de que estou condenado a ser integralmente responsável por mim mesmo. Sou o ser que é como ser cujo ser está em questão em seu ser. E este ‘é’ de meu ser é como sendo presente e inapreensível” (SARTRE, 2003, p. 681). Por isso, assim como a relação com o mundo é o impulso na qual construo o sentido de meu ser como identidade, a facticidade constitui o marco na qual assumo minha angústia de ser como responsabilidade.

Assumo minha responsabilidade pelo valor que a liberdade tem na constituição dos meus valores morais, mas também em relação ao meu próprio ser como minha mais autêntica realidade de ser. A consciência de responsabilidade,

ligada ao sentido de minha condição humana como o *eu* que renovo diante das circunstâncias que põem minha essência em questão, é, segundo Fayad (2010, p. 33): “o processo transcendental pelo qual o homem se faz *si*, ou constrói a sua identidade, se faz na medida em que desvela novos sentidos do ser e os soma a sua identidade”.

Sartre expressa essa unidade entre o sentido de ser e sua própria condição ontológica, na responsabilidade, a partir de três argumentos que se unificam na consciência de acontecimento: o primeiro deles é “tudo o que me acontece é meu”, o segundo decorre desse ponto de partida, definindo que “sempre estou à altura do que me acontece, enquanto homem, pois aquilo que acontece a um homem por outros homens e por ele mesmo não poderia ser senão humano” e o terceiro integra a consciência de identidade e de ação à facticidade na qual absorvo o sentido de minha responsabilidade: “A situação é minha por ser a imagem de minha livre escola de mim mesmo; e tudo quanto ela me apresenta é meu, nesse sentido de que me apresenta e me simboliza” (SARTRE, 2003, p. 678).

4.4 Identidade e moralidade

Desdobrar-se na interpretação dessa relação entre identidade e moralidade quer especificar o sentido, pela consciência de acontecimento, de que tudo o que me acontece é meu. Sartre assume essa construção para tematizar aquilo que chamamos de presentificação da consciência pelo fenômeno. No início deste trabalho, abordou-se que a relação entre o fenômeno e a consciência instaura, além do senso de comprometimento, um sentido de tempo fenomenológico, de modo que a intencionalidade da consciência ao mesmo tempo em que revela o ser capta o seu sentido de ser pelo instante no qual se apreende por essa revelação, por essa transcendência. Retomar o sentido do que seja identidade é rever o argumento no sentido dessa transcendência. Sartre fundamenta a relação de consciência de acontecimento na transcendência do Para si a fim de justificar a importância da angústia como consciência de liberdade.

Pois bem, a consciência se *presentifica* na sua relação fenomênica com o mundo e constrói os sentidos em que realiza a sua essência, ele é sempre uma intencionalidade dada no agora. O ser humano só pode assumir alguma coisa como sendo sua se esse algo for captado no sentido de sua existência. Sartre introduz, ainda que de maneira muito prematura, a questão do interesse, ou como ele pontualmente trabalha na psicanálise existencial: a estrutura de desejo.

Assumir algo como meu e ter a consciência que sempre estou à altura dos fatos nos quais me envolvo é a estrutura mesma do desejo. No desejo, a angústia tem o seu significado mais justo, por que ela é a captação de minha falta de ser e busca por fundamento. Assim como a situação põe o meu ser livre em questão, a captação do acontecimento como ato realizado, coloca igualmente minha liberdade em questão como apelo ao compromisso, à responsabilidade, segundo uma consciência moral. Antecedendo a análise do desejo, da falta de ser que pode conduzir a uma conduta de má-fé, Sartre (2003) determina o sentido da responsabilidade a fim de construir o senso de autenticidade, naquilo que ele defende como sendo a autêntica conduta humana em relação ao seu ser, pela facticidade.

A moral, que se edifica dessa relação, envolve a consciência de acontecimento e funda a percepção de si mesmo como fato derradeiro. Vejo *presentificado* o meu ser pela consciência, mediante os fatos e ações que assumo como meus, é o sentido da transcendência humana; sua horizontalidade vai aos fatos, às circunstâncias, e recolhe aí o seu sentido de ser. Sartre (2003) reconstrói com outras palavras o mesmo argumento da transcendência por que se no primeiro momento a transcendência estava ligada diretamente à definição do fenômeno, agora ela se assenta na postura humana diante dele como uma reclamação do sentido de ser.

A transcendência que funda a subjetividade absoluta no qual a consciência aparece como intencional, é retomada no cerne de sua expectativa: a realidade do mundo se constitui a partir do sentido humano que lhe é conferido; até mesmo as mais bárbaras posturas humanas, tais como violência e exploração do ser humano por outro, são posturas humanas “e tenho que assumir total responsabilidade por elas” (SARTRE, 2003, p. 678). A responsabilidade é o senso moral. Neste senso,

assento minha subjetividade, por isso é que Sartre coloca essa reflexão antes da análise do desejo, para defender a tensão na qual a moral se constrói frente aos possíveis, definindo que minha escolha não tem precedentes que a determine, mas que “cada pessoa é uma escolha absoluta de si a partir de um mundo de conhecimentos e técnicas que tal escolha assume e ilumina” (SARTRE, 2003, p. 679).

4.5 Facticidade e moralidade

Outra questão que se destaca no argumento da consciência de acontecimento onde a responsabilidade é conceituada por Sartre é o da assunção da situação pela presentificação de meu ser. Uma vez que Sartre afirma que tudo o que me acontece é meu, ele não poderia escapar à análise da facticidade como o chão no qual assenta essa realidade. Nesse sentido, é possível destacar outro sentido para o tempo fenomênico onde a consciência apreende o seu apelo moral: do tempo da captação do fenômeno compreendo o sentido moral do ser humano na sua incursão no tempo histórico.

A metafísica de Sartre não é de desgarramento do tempo histórico como construção das condutas humanas e a escolha de minha situação como imagem de minha livre escolha só pode ser concreta se for inserida no tempo da História. A justificativa desse terceiro ponto torna-se mais clara quando o autor afirma que “cada pessoa é um absoluto desfrutando de uma data absoluta e totalmente impensável em outra data” (SARTRE, 2003, p. 679). A postura moral do ser humano não consiste em um posicionamento frente às situações buscando o seu sentido em outras épocas, ou negando os fatos do seu tempo; o ser humano mesmo é sua situação por que cada época tende a ser o modo em que o ser humano se presentifica na História. Esse último argumento é o que Sartre mais se dedica a realizar uma interpretação justamente por que encerra os possíveis problemas em relação à moral. A responsabilidade que me é exigida pela escolha de minha liberdade como valor, dada agora na situação, é o que representa minha livre escolha.

A consciência de acontecimento, ou simplesmente, a situação, só pode ser captada em seu pleno sentido, se for dada no tempo; não apenas faço surgir uma consciência de algum fato decorrido, mas assumo a sua decorrência com todas as exigências que me são impostas. Sartre estabelece o elo entre o existir e o fazer-se humano de modo a desconstruir uma visão sobre o ser humano a partir de uma natureza já determinada. Para Sartre, ser livre como realidade mais concreta de minhas escolhas e ser representado por elas constitui a mesma coisa. Nada está determinado ao humano, nem mesmo as situações que surgem quando eu as assumo para mim como causa do sentido de minha existência. O argumento de Sartre é que todo acontecimento surge como ação humana no tempo e nesse sentido expressa a angústia de “aparecer-nos como meio para realizar este ser que está em questão em nosso ser” (SARTRE, 2003, p. 681) frente aos outros seres humanos cuja ação, assim como a minha, se estende pelo mundo inteiro, por que a ação é a “causa” de realização de meu ser como livre escolha de mim mesmo.

5 CONCLUSÃO

Não foi com pouco esforço que chegamos a esse ponto da pesquisa. Aqui não se esboçam somente os elementos conclusivos de uma ideia trabalhada, mas o direcionamento que se assume dentro do plano metodológico de uma filosofia que parte do conceito de subjetividade e se assume, nesse ponto de flexão, como a referencialidade do mundo. As dificuldades começaram a se impor já no instante da aproximação da estrutura da consciência e da estrutura do fenômeno em relação à ideia a ser trabalhada: compromisso e comprometimento.

Há que se reconhecer que toda a filosofia de Sartre é estruturada a partir da ideia de liberdade. Traçar uma relação em que essa liberdade fundamente o compromisso e o comprometimento a partir das estruturas a que nos referimos anteriormente não deixou de ser um risco constante à pesquisa: Sartre descreve a intencionalidade da consciência e a estrutura do ser do fenômeno para caracterizar qual o fundamento da sua conceituação sobre a existência humana e daí, poder definir que a condição do ser humano não é uma natureza, mas uma realidade que é intencional por que capta o fenômeno e o descreve atribuindo-lhe sentido. A pretensão do filósofo em relação ao plano moral, nesse momento em que ele mesmo empreende essa descrição, parece muito tímida. À medida que pela consciência de si o ser humano compreende-se circundado pelo mundo e tendo que lhe dar sentidos, a compreensão de comprometimento passa a ter mais solidez e possibilidade de definição quanto à sua ligação à consciência e ao fenômeno.

Serviu-nos de base nessa pesquisa o direcionamento metodológico do autor em procurar demonstrar que a realidade humana é sempre uma postura diante do mundo e, por esse modo de ser, o ser humano estabelece condutas de ser no mundo. Simone de Beauvoir (2005) também destacou esse aspecto quando estruturou a sua tese da moral da ambiguidade. A ambiguidade é o modo de ser no mundo, é a sua postura norteadora para a questão moral. Sendo a realidade humana uma postura diante do mundo, isto nos favoreceu reforçar a construção da articulação entre liberdade, compromisso e comprometimento a partir de um princípio que destacamos como fundamental: estamos sempre deparados com a necessidade de renovação da identidade que constitui a nossa conduta diante do mundo e de sermos responsáveis por isto.

Sabemos que em *O ser e o Nada* essa ideia surge no encalço da tese de que o valor extrai seu ser de sua exigência e não a sua exigência de não ser, uma vez que os valores não são nada em si mesmo, mas surgem na estrutura dos motivos que significam a minha ação no mundo. A renovação do *eu* que eu sou está fundamentalmente ligada à estrutura ineficiente dos valores em si mesmos e essa ligação, com todo o risco que ela comporta, pareceu-nos a mais próxima e sólida para a definição do compromisso moral que expresso por minha liberdade, posta em questão pelas circunstâncias; as circunstâncias não são nada mais do que os possíveis que são *para mim* os meus possíveis tornados realidade e que, pela ideia do cogito, já haviam estabelecido o conceito do meu comprometimento com o mundo.

Só que foi preciso avançar mais a fim de favorecer a compreensão do compromisso moral que se estabelece pela liberdade, não apenas como ideia de não determinação. Compreendendo a liberdade como um modo especial de consciência e definindo que essa consciência de liberdade se revela no ser humano como um modo especial de radicar a sua realidade humana como uma postura, Sartre a definiu como sendo angústia. Seria necessário no percurso desta dissertação situar o compromisso a partir da angústia, não como uma consciência especial de postura humana. Coube ao sentido de compromisso ser essa consciência; era preciso definir angústia pela própria definição do argumento – de renovação da identidade que sou – e procurar demonstrar que o argumento escolhido para estabelecer a relação de compromisso aparece como a possibilidade de crítica a um modo de conduzir a angústia humana: o determinismo psicológico surge no corpo da pesquisa como a conduta humana em que se tenta cristalizar a essência humana como uma realidade determinada, como uma plenitude de ser semelhante às coisas.

Surge então outra necessidade de fundamentação: O compromisso moral se funda na necessidade de renovação. Nesta necessidade, Sartre vê a possibilidade de um tipo especial de conduta humana que pode assentar no determinismo psicológico, a fim de negligenciar esse compromisso. Assim, é preciso que essa relação moral que foi estabelecida, a partir das estruturas da consciência e do fenômeno, possa articular a construção de sentido da realidade humana com a responsabilidade. Esta articulação visa negar a possibilidade de afirmar o

determinismo e, segundo o sentido do argumento, assumir o compromisso que deve ter por aquilo que expressa como sendo sua identidade. A análise da tese da responsabilidade é desenvolvida no texto a fim de justificar o lugar comum do compromisso em meio aos outros seres humanos. Um argumento moral que se preze deve ser a base de sustentação para a ação e para a relação entre o indivíduo e o coletivo.

O argumento moral – compreendido na relação liberdade, compromisso e comprometimento – esboça uma clara ideia de verdade, de uma verdade do ser do humano: ele não pode ocultar de si a sua realidade ontológica e deve, no plano dessa exigência moral que Sartre articula, ser um modo *autêntico de ser*. O ser humano é um ser sem desculpas para si mesmo, ele não se apoia, senão, nas próprias escolhas e na maneira como conduz a sua ação entre as possibilidades: é um ser sem tutelas. Sem ter que recorrer a um transcendente exterior a si ele define o sentido de seu projeto; não há outro apoio à sua projeção senão nas próprias escolhas.

O plano moral da filosofia de Sartre, encerrando em si a ideia de um compromisso e comprometimento, define que a essência humana é dada na tensão entre as escolhas, do sentido de ação e da condição ontológica do ser humano como *falta de ser*. É um plano em que a situação humana no mundo é o ponto de partida no qual a compreensão de que toda realidade tem que ser pautada pelo ser humano na medida em que ele sustenta, em seu ser, todos os valores e todo o sentido de valoração das possibilidades que emergem da situação e fazem com que essa exigência seja o critério no qual o valor emerge como realidade e não do contrário: é o que o Sartre chama de *estrutura ineficiente dos motivos*.

Este plano moral da filosofia de Sartre é subjetivo e, portanto, seu interesse é na afirmação da verdade do ser humano: ele é o ser pelo qual os valores ganham existência e concretude em cada ação humana. Liberdade, compromisso e comprometimento são os suportes nos quais a verdade humana estrutura a questão moral e faz o seu sentido perdurar em toda facticidade. Uma vez que não pode ocultar a si mesmo que seu ser está sempre em questão, a liberdade humana é angústia. A essência humana é uma liberdade engajada nas situações nas quais ela se põe em questão e exige que sejam definidas as motivações de sua ação: a

identidade humana é construída em meio aos fatos e sua vinculação moral se dá por meio da responsabilidade que o ser humano credita, no pensamento de Sartre, a si mesmo como o único responsável pelo que foi feito.

Sartre nos leva a afirmar, então, que o campo moral é um campo de afirmação da condição humana; é um campo ético, por que é um campo da verdade do ser. Campo este realizado por seres humanos conscientes de sua verdade de ser e não negligenciáveis quanto ao seu compromisso ontológico e moral tanto quanto ao comprometimento com o mundo – o ser humano não pode se desgarrar do mundo. É um campo de seres atuantes na radicalização da verdade humana e da qual toda a elaboração de mundo alcança o vértice da autenticidade: o ser humano se confirma como ser histórico e moral para o qual toda a história e toda moralidade têm um sentido radicado no ser humano. Nada que está fora do ser humano tem um sentido em si mesmo; só há sentido naquilo pelo qual a intencionalidade, em sua transcendência, capta como fenômeno. A moral é a afirmação do ser humano sem desculpas diante do que faz e como faz para se afirmar, por isso, a moral da filosofia sartriana é uma moral da responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *Por uma moral da ambiguidade*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BORNHEIM, Gerd. *Sartre: Metafísica e existencialismo*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COMTE-SPONVILLE, André. *O espírito do ateísmo: uma introdução a uma espiritualidade sem Deus*; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAYAD, Marilda Martins. *A condição humana: uma reflexão sobre a ontologia fenomenológica sartriana*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

HUSSERL, Edmund. *Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

LUIJPEN, W. *Introdução à fenomenologia existencial*. Tradução de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: EPU, Ed. da universidade de São Paulo, 1973.

MELO, Nélvio Vieira de. *A escolha de si como escolha do outro: Liberdade e alteridade em Sartre*. Recife: INSAF, 2003.

PARMÊNIDES. *Da natureza*. Tradução, notas e comentários de José Trindade Santos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PERDIGÃO, Paulo. *Existência & liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre*. Porto Alegre: L&PM, 1995.

PFEIL, Luis Claudio. A moral em Sartre: uma porta para o impossível? In: CESAR, Constança Marcondes – BULCÃO, Marly (organização). *Sartre e seus contemporâneos: ética, racionalidade e imaginário*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2008.

REIMÃO, Cassiano. *Consciência, dialética e ética em Jean-Paul Sartre*. Imprensa Nacional Casa da Moeda: Lisboa, 2005.

SALZMANN, Yvan. *Sartre et l'authenticité: vers une éthique de la bienveillance réciproque*. Éditions Labore et fides, 2010.

SARTRE, Jean Paul. *A imaginação*; tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

_____. *A Náusea*. Tradução de Rita Braga. 1ª ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____. *L'existencialisme est un humanisme*. Presentation et notes par Arlette Elkaim-Sartre. Éditions Gallimard, 1996.

_____. *Cahiers pour une morale*. Éditions Gallimard, 1983.

_____. FERREIRA, Vergílio. *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa, Portugal: Bertrand editora, 2004.

_____. *O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. 12ª ed. Tradução e notas de Paulo Perdigão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. *Situações I*. Lisboa: Europa-América, 1968.

_____. *Verdade e existência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SILVA, Luciano Donizetti da. *A filosofia de Sartre entre a liberdade e a história*. São Carlos: Clara Luz, 2010.

Artigo consultado:

GOIS E SILVA, Cléa. *Jean Paul Sartre: o ser-para-si*. Jornal existencial on-line, caderno de Psicoterapia Existencial – edição especial. Rio de Janeiro: Sociedade de análise existencial e psicomaiêutica, 1999. Disponível em: <http://www.existencialismo.org.br/jornalexistencial/jadircleasartre.html>, acesso em 01/09/2011